

CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO

**Programa Bolsa Família e contrapartida educacional: análise da frequência,
evasão e progressão escolar dos alunos da educação básica no município de
Restinga (SP)**

Marcos Luís de Freitas

Ribeirão Preto
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca do
Centro Universitário Moura Lacerda
Bibliotecária Gina Botta Corrêa de Souza CRB 8/7006

Freitas, Marcos Luís.

Programa Bolsa Família e contrapartida educacional: análise da frequência, evasão e progressão escolar dos alunos da educação básica no município de Restinga (SP) / Marcos Luís de Freitas. -- Ribeirão Preto, 2010. 124f.

Dissertação (Mestrado) -- Centro Universitário Moura Lacerda, 2010.
Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Torres

1. Programa Bolsa Família. 2. Contrapartida educacional. 3. Fluxo escolar. I. Torres, Julio Cesar. II. Centro Universitário Moura Lacerda. III. Título.

Marcos Luís de Freitas

**Programa Bolsa Família e contrapartida educacional: análise da frequência,
evasão e progressão escolar dos alunos da educação básica no município de
Restinga (SP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Escolar.

Linha de Pesquisa: Currículo, Cultura e Práticas Escolares.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Torres (UNESP).

Ribeirão Preto

2010

Marcos Luís de Freitas

**Programa Bolsa Família e contrapartida educacional: análise da frequência,
evasão e progressão escolar dos alunos da educação básica no município de
Restinga (SP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Escolar.

Linha de Pesquisa: Currículo, Cultura e Práticas Escolares.

Comissão Julgadora

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Torres (UNESP)

2º examinador: Profa. Dra. Maévi Anabel Nono (UNESP)

3º examinador: Profa. Dra. Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes (CUMML)

Ribeirão Preto, 30 de Julho de 2010.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Antônio Luiz de Freitas e Maria Aparecida da Silva Freitas, pelo amor e carinho ao longo de todo o caminho de vida percorrido;

À minha esposa, Verônica dos Santos Luna Freitas, pela dedicação e confiança até nos momentos em que eu não as tinha;

Às minhas filhas, Emanuela Luna de Freitas, Isabel Luna de Freitas e Letícia Maria Luna de Freitas, pelo amor e paciência de dividirem a atenção do papai com esta dissertação;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio César Torres, por ter-me mostrado o caminho a percorrer e por instigar-me a pensar sobre as concepções equivocadas que eu tinha com relação à educação;

Às professoras Maévi Anabel Nono e Sílvia Fernandes por aceitarem o convite para participarem da banca de Mestrado referente a este trabalho;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda, que demonstram enorme paixão pelo que fazem, além de um conhecimento admirável;

Aos meus amigos, Jorge Eurípedes da Silva, Edson “Mex” Soraji, Reinaldo Célio Rodrigues, Elisângela Apolinário de Souza e Suely Santiago de Souza, que sempre estiveram comigo partilhando com bom humor as muitas angústias e dificuldades com relação aos temas trabalhados nesta dissertação, contribuindo, enfim, com a minha aprendizagem.

FREITAS, Marcos Luís. **Programa Bolsa Família e contrapartida educacional: análise da frequência, evasão e progressão escolar dos alunos da educação básica no município de Restinga (SP)**. Ribeirão Preto, SP: CUML, 2010. 124.f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir as políticas recentes de garantia de uma renda social mínima e suas condicionalidades. Essas políticas rearticulam a noção clássica de cidadania, ao integrarem duas perspectivas atuais: direitos sociais *versus* obrigações. Inicialmente, discutimos a universalização do acesso aos mínimos sociais no país por meio da unificação das políticas de transferência de renda no Brasil com a instituição do Programa Bolsa Família, em 2003. No âmbito de nossa pesquisa, enfatizamos a exigência da contrapartida educacional dos beneficiários do Programa e realizamos um estudo empírico dos indicadores do município de Restinga (SP), contextualizando-os com as perspectivas em níveis regionais e nacionais. Em seguida, procedemos a uma análise do fluxo escolar dos beneficiários nesse município, no período de 2004 a 2009. Dessa maneira, nosso estudo aponta para algumas reflexões sobre a eficácia do Programa Bolsa Família em relação a dois de seus principais objetivos, quais sejam, o acesso dos beneficiários em situação de vulnerabilidade social ao sistema público de ensino e sua permanência neste.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Contrapartida Educacional. Fluxo Escolar.

ABSTRACT

The aim of this work is the discussion about current policies of social minimum income guarantees and its counterparts (counterpart contributions demanded by Brazil's Family Allowance Program). These policies rearticulate the citizenship classical notion and integrate two current perspectives: social rights versus obligations. In the first place we discuss the universalization of access to social minimum income in the country by the unification of income transfer policies with the institutionalization of Brazil's Family Allowance Program in 2003. In fact, through our research we emphasize the education counterparts demanded from program beneficiaries and we consider an empirical studies of social indicatory in Restinga (SP), not only that but contextualize them to perspectives at regional and national level. Subsequently we proceed an analysis of beneficiary's school achievements in this city between from the year 2004 to 2009. This way, our research point out to some reflections about the Brazil's Family Allowance Program efficacy in relation to main objectives which are the access of the socially vulnerable student to public educational system and their permanence as well as. This research also considers a discussion about the beneficiary's school achievements of this social policy.

Palavras-chave: Brazil's Family Allowance Program; Educational Counterparts; Educational Flux.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Relação dos programas unificados pelo Bolsa Família	13
QUADRO 2	As políticas sociais no período de 1930 até 1940	28
QUADRO 3	Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política previdenciária	35
QUADRO 4	Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política trabalhista	36
QUADRO 5	Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política habitacional	36
QUADRO 6	Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política educacional	36
QUADRO 7	Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política de saúde	36
QUADRO 8	Os avanços no campo dos direitos sociais referente à assistência social	36
QUADRO 9	Os avanços no campo dos direitos sociais referente à proteção social	37
QUADRO 10	Sistema de monitoramento das condicionalidades do Programa Bolsa Família	56
QUADRO 11	O calendário de monitoramentos das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família para o ano de 2009	56
QUADRO 12	O calendário de monitoramento da condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família para o mês de dezembro de 2009	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	A taxa de rendimento escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família em relação aos não beneficiários, no ano de 2006	63
TABELA 2	A caracterização dos responsáveis pelo recebimento do benefício.	68
TABELA 3	Informações do Cadastro Único referentes à cidade de Restinga junto à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.	73
TABELA 4	Os resultados do censo escolar do município de Restinga, estado de São Paulo, no período de 2004 a 2009, de acordo com o número de matrículas por modalidade educacional	75
TABELA 5	A eficiência do Programa quanto ao objetivo do BV proposto pelo programa BFA, sob controle do sistema de coleta de dados Caixa Econômica Federal.	81
TABELA 6	A eficiência do BFA quanto aos objetivos propostos pelo Programa no país, de 2007 a 2009 sob controle do sistema de coleta de dados Projeto Presença/MEC	82
TABELA 7	A eficiência do BFA quanto aos objetivos do BVJ propostos pelo Programa, no país, em 2008 e 2009 sob controle do sistema de coleta de dados Projeto Presença/MEC	83
TABELA 8	A eficiência do BFA quanto aos objetivos do BV propostos pelo Programa, sob controle do sistema de coleta de dados Projeto Presença/MEC, no município de Restinga, estado de São Paulo.	85
TABELA 9	A eficiência do BFA quanto aos objetivos do BVJ propostos pelo programa, sob controle do sistema de coleta de dados projeto Presença/MEC no município de Restinga estado de São Paulo.	87

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	A frequência dos alunos dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família no país de 2004 a 2006 pelo sistema da Caixa Econômica Federal	115
ANEXO B	O descumprimento das condicionalidades - frequência escolar - dos beneficiários do BFA de 2006 a 2009 no Brasil	115
ANEXO C	O Descumprimento das Condicionalidades do Benefício Variável Jovem de 2008 a 2009 no Brasil	117
ANEXO D	O descumprimento das condicionalidades - frequência escolar - dos beneficiários do BFA de 2006 a 2009 no estado de São Paulo	118
ANEXO E	O Descumprimento das Condicionalidades do Benefício Variável Jovem de 2008 a 2009 no estado de São Paulo	119
ANEXO F	O descumprimento das condicionalidades - frequência escolar - dos beneficiários do BFA de 2006 a 2009 no município de Restinga, estado de São Paulo	120
ANEXO G	O descumprimento das condicionalidades - frequência escolar - dos beneficiários do BVJ de 2008 a 2009 no município de Restinga, estado de São Paulo	121
ANEXO H	A frequência dos alunos beneficiários do programa Bolsa Família na escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI), no período de 2007 a 2009	122
ANEXO I	A frequência dos alunos beneficiários pelo Benefício Variável Jovem (BVJ) na escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI), nos anos de 2008 e 2009	122
ANEXO J	A frequência dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII), no período de 2007 a 2009	123
ANEXO K	A frequência dos alunos beneficiários do Benefício Variável Jovem (BVJ) na escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII), no período de 2008 a 2009	123
ANEXO L	A frequência dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na escola Isaac Vilela de Andrade (EEEM), no período de 2007 a 2009	124
ANEXO M	A frequência dos alunos beneficiários do Benefício Variável Jovem (BVJ) na escola Isaac Vilela de Andrade (EEEM) no período de 2008 a 2009	124

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	O perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Restinga, estado de São Paulo	78
FIGURA 2	O total de alunos da escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2004 a 2006	90
FIGURA 3	O total de alunos da escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2007 a 2009.	91
FIGURA 4	O total de alunos da escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2004 a 2006	94
FIGURA 5	O total de alunos, da escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2007 a 2009	95

LISTA DE SIGLAS

BFA	Bolsa Família
BV	Benefício Variável
BVJ	Benefício Variável Jovem
CadÚnico	Cadastro Único
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PBF	Programa Bolsa Família
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	HISTÓRIA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA: UM ENFOQUE SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS-1930.....	19
3	A RENDA MÍNIMA DE INSERÇÃO E AS CONTRAPARTIDAS – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES – O RENDIMENTO ESCOLAR DOS BENEFICIÁRIOS.....	45
3.1	A renda social mínima e a contrapartida social.....	45
3.2	O Programa Bolsa Família e suas condicionalidades.....	49
3.3	O rendimento escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família.....	60
4	METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	65
4.1	Metodologia.....	66
4.1.1	Local da Pesquisa.....	66
4.1.2	Participantes da Pesquisa.....	67
4.1.3	Procedimentos de Pesquisa.....	68
4.2	Caracterização do município de Restinga (SP).....	71
5.	Características dos beneficiários do Programa Bolsa Família em Restinga – São Paulo.....	77
5.1	Projeto Presença em nível federal e estadual (SP).....	79
5.2	Projeto Presença em nível municipal.....	85

5.3	Percentual de abandono nas escolas de Restinga, de 2004 a 2009.....	89
5.4	Considerações Parciais.....	97
5.4.1	As características da população de Restinga e de seu sistema de ensino.....	98
5.4.2	A eficiência do projeto Presença em nível federal e estadual.....	99
5.4.3	A eficiência do Projeto Presença em nível municipal e em nível de unidade escolar	102
5.4.4	Os índices de abandono escolar no município de Restinga.....	104
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS.....	110
	ANEXOS.....	114

1. Introdução

No mês de janeiro de 2003, início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), surgia o Programa Bolsa Família, fruto da unificação de um sistema que até então era composto por vários Programas sociais de transferência de renda, instituídos, em grande parte, nos dois governos anteriores, cujo presidente era Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Entretanto, esses Programas se encontravam totalmente desarticulados e espalhados por vários Ministérios, o que implicou a unificação, os recadastramentos e os critérios para recebimento dos benefícios sociais. É o que observaremos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação dos programas unificados pelo (Programa) Bolsa Família

Ano	Programa	Objetivo	Características
2001	O Bolsa Escola	Conceder benefício monetário mensal às famílias socialmente excluídas em troca da manutenção de suas crianças e adolescentes na escola. O Programa visava, primordialmente, ao combate à evasão escolar em decorrência do trabalho infantil.	O Programa Bolsa-Escola substituiria o “Programa de Renda Mínima para toda criança na escola (PGRM)”. Conforme anteriormente mencionado, o PGRM era um Programa que dava apoio às iniciativas dos municípios que apresentassem renda tributária e familiar <i>per capita</i> inferior à média estadual.

			Esse Programa beneficiava as famílias com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo e aquelas que tivessem filhos ou dependentes de 0 a 14 anos. Apresentado como sendo uma política de caráter universal, este Programa beneficiava crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade, que frequentassem o ensino fundamental regular, integrantes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.
2001	O Bolsa Alimentação	Fortalecer as ações de combate às carências nutricionais, contribuindo para a redução da mortalidade infantil e da desnutrição, em todo o Brasil. Visava complementar a renda familiar para a melhoria da alimentação e fomento à realização de ações básicas de saúde com enfoque, predominantemente, preventivo.	Os beneficiários eram crianças de 0 a 6 anos e gestantes que possuísem renda mensal <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo. Este era um Programa do Ministério da Saúde direcionado às famílias mais pobres com mulheres gestantes, mães que estivessem amamentando seus filhos até 6 meses de idade ou com crianças de 6 meses a 6 anos.

Continua

Ano	Programa	Objetivo	Características
2001	O Bolsa Renda	Atender à população atingida pelos efeitos da estiagem, especialmente agricultores familiares que habitam a região rural do semi-árido que estivesse em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecida pelo governo federal.	As atividades para prestar assistência às populações afetadas pela seca, que envolvem as “Ações Emergenciais de Defesa Civil na Região do Semi-Árido”, contaram com a execução do Ministério da Integração Nacional juntamente com os governos estaduais e municipais, além da Comissão Setorial de Convívio com o Semi-Árido e Inclusão Social no Nordeste do país e no norte do Estado de Minas Gerais – CSSA.
2002	O Auxílio Gás	Alcançar famílias de baixa renda prejudicadas com o fim do subsídio ao preço do gás de cozinha.	O Programa pagava o benefício de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) mensalmente, que era repassado a cada dois meses às famílias cuja renda per capita não ultrapassasse meio salário mínimo, ou seja, as famílias cadastradas recebiam a quantia de R\$ 15,00 (quinze reais) a cada dois meses. Para participar do Programa e receber o benefício, a família tinha que estar inscrita no Cadastramento Único para os Programas Sociais do Governo Federal.
		Promover a segurança alimentar a todos	O Programa de transferência de

2003	O Cartão Alimentação	os brasileiros.	renda às famílias carentes em situação de insegurança alimentar, como ficou denominado, incluía famílias com renda familiar mensal <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo. O <i>Cartão-Alimentação</i> foi inspirado no Programa “ <i>Food Stamp</i> ” criado em 1964 nos EUA.
------	----------------------	-----------------	--

Fonte: Torres, 2006, p. 205-206

O quadro 1 foi organizado a partir das observações de Torres (2006).

Buscamos reunir os Programas sociais, seus objetivos e suas características principais que, juntos, originaram o Programa Bolsa Família.

Dessa maneira, uma nova agenda social inicia-se no Brasil com a unificação e, principalmente, com a racionalização e ampliação dos quatro Programas sociais existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás). Com a finalidade de reinserção social pelo viés da transferência de renda, algo que até então era incipiente na história da assistência social brasileira, o Programa também avança na ideia de se articular o direito ao benefício socioassistencial com a obrigação (condicionalidade) de promover a matrícula e zelar pela frequência escolar de crianças e adolescentes:

Uma das características centrais do Programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social (WEISSHEIMER, 2006, p. 25).

Em 2006, o Programa Bolsa Família já beneficiava cerca de 11,1 milhões de famílias, as quais recebiam benefícios de até R\$107,00 (cento e sete reais) com os requisitos básicos de manterem a frequência de seus filhos em idade escolar, proibirem o trabalho infantil e acompanharem a carteira de saúde. Atingiu-se, desde 2006, a meta de 100% de cobertura das famílias que se encontravam abaixo da linha da pobreza (TORRES, 2006, p.176).

As corresponsabilidades entre os diversos entes governamentais garantem a eficácia do Programa no sistema de transferência de renda, ampliando-se o número de famílias assistidas, bem como corrigindo possíveis distorções, evitando-se o pagamento indevido às famílias que não estejam em situação de pobreza. Assim, parcerias foram estabelecidas entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estados, municípios, Caixa Econômica Federal e Ministério da Educação, cada um com funções bem definidas facilitando o funcionamento do Programa. Essas funções vão

desde o cadastramento das famílias beneficiadas à verificação do cumprimento de todas as condicionalidades exigidas para o recebimento de uma renda mínima para inserção social.

A renda social mínima, ou também a denominada renda cidadã, é uma política que consiste na transferência de moeda como forma de complementação da renda familiar, possibilitando às famílias atendidas o acesso ao mercado consumidor, e ainda aos serviços sociais básicos garantidos por lei. Por tudo isto, uma parcela da sociedade que, historicamente, esteve excluída da riqueza social produzida, teria uma porta de acesso não apenas ao mercado de consumo, mas a uma condição de cidadania mínima pelo viés dos Programas sociais brasileiros contemporâneos.

Um dos principais objetivos do PBF é fazer com que as famílias não dependam mais dele e que possam romper com o círculo vicioso da reprodução da pobreza entre as gerações. Acredita-se que, por intermédio das contrapartidas educacionais e de saúde que o Programa impõe às famílias assistidas, as mesmas encontrarão novas janelas de oportunidades de inserção social para que possam abandonar sua condição de pobreza.

Uma das condicionalidades ou contrapartida impostas por essa Política, e que merece destaque em nosso trabalho, é a contrapartida educacional: os pais beneficiários do Programa devem matricular seus filhos de 6 a 17anos, e a partir disso a frequência destes passa a ser monitorada pelo *Projeto Presença*¹ em um engenhoso processo que une as esferas municipais, estaduais e, finalmente, o MEC e o MDS.

A valorização da educação não está relacionada exclusivamente às classes sociais mais altas. O monitoramento da frequência escolar dos beneficiários do PBF exige tanto das famílias quanto do poder público, o que acarreta um incremento em suas responsabilidades em questões como educação, saúde e assistência social, além de aprimorar os serviços e os sistemas de acompanhamento das políticas sociais.

No âmbito de nossa pesquisa, discutimos as políticas recentes de garantia de uma renda social mínima e suas condicionalidades (a exigência de “contrapartidas”). Buscaremos, num primeiro momento, retratar os marcos histórico-institucionais das políticas de assistência social e das políticas de educação pós-1930, período marcado por significativos avanços institucionais na política social brasileira, com grande destaque para as áreas de educação, saúde e assistência social.

¹ É o sistema de acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família, sob controle do Ministério da Educação e do Desporto, desde novembro de 2006 (BRASIL-2009).

Discutimos a universalização do acesso aos mínimos sociais no país por intermédio da unificação das políticas de transferência de renda, reunidos agora no Programa Bolsa Família, enfatizando-se a exigência da contrapartida educacional dos beneficiários do Programa.

Traçamos como *locus* de nossa empírica pesquisa o sistema de ensino público de Restinga (SP). Nossa intenção foi investigar os indicadores de contrapartida educacional (frequência, evasão) neste município, comparando-os com as informações regionais e nacionais do Programa. O estudo também se estende a uma análise do desempenho escolar dos beneficiários, pois acreditamos que muito embora a exigência colocada a eles seja apenas a frequência aos bancos escolares, faz-se necessária uma discussão acerca da eficácia dessa política social que, sem dúvida, deve abarcar também uma análise efetiva dos fluxos escolares daqueles que têm direito a uma renda social mínima no país.

Utilizamos, para esse fim, os resultados alcançados nesses quesitos, utilizando como parâmetro os próprios objetivos e metas traçados pelo PBF desde sua instituição em 2003.

Dessa forma, para orientar o processo de investigação, foram definidos alguns objetivos gerais:

- Traçar um paralelo histórico das políticas de educação e de assistência social;
- Apresentar o surgimento do Programa Bolsa Família como fruto da unificação de várias políticas de transferência de renda;
- Discutir a lógica da contrapartida educacional, uma novidade na esfera das políticas *Welfare State*²;
- Verificar a eficácia do Programa Bolsa Família com relação aos objetivos institucionais elencados por essa política governamental.

E, ainda, elegeremos como objetivos específicos de nosso estudo:

- Analisar os indicadores de contrapartida educacional no município de Restinga (SP), no período de 2004 a 2009, que no âmbito do PBF é o controle da frequência e da evasão;

² O *Welfare State*, uma das marcas da “era dourada” de prosperidade do pós-guerra, significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania. Moralmente, a defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo e politicamente, o *Welfare State* foi parte de um Projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo (TORRES, 2006).

- Investigar a progressão escolar nesse mesmo município, pois os índices de frequência e evasão, juntamente com a progressão, possuem um caráter mais elucidativo sobre a eficácia dessa política social.

Com vistas a proporcionar uma melhor compreensão dos assuntos abordados, este trabalho está estruturado da forma descrita a seguir.

Na Introdução, destacamos nosso objeto de estudo, a problematização do tema, nossos objetivos gerais e específicos, bem como a linha condutora de nossa análise.

Na segunda seção, apresentaremos nosso referencial teórico, quando discutimos conceitos fundamentais para a análise dos objetivos propostos, dentre os quais a constituição histórica do sistema de ensino brasileiro e o desenvolvimento paulatino das políticas de assistência e previdência social brasileira pós-1930. Discutimos, também, a partir de Castels (1995), Rosanvallon (1995) e Torres (2006; 2007), a “nova” questão social e a reestruturação do Estado de Bem-Estar Social Clássico, a qual é atingida quando a trazemos para a contemporaneidade, ao colocar como novidade da política social a articulação de direitos sociais *versus* condicionalidades e não o caráter contributivo, que no caso do PBF se caracteriza na contrapartida educacional (frequência escolar).

Na terceira seção, demonstraremos as características gerais do Programa Bolsa Família e a questão da contrapartida educacional como forma de garantia de acesso aos mínimos sociais.

Na quarta seção, apresentaremos a metodologia utilizada em nosso trabalho. Já na quinta seção buscaremos analisar as características dos beneficiários do programa Bolsa Família e discutiremos os resultados obtidos por meio da investigação, com enfoque nos indicadores de frequência, evasão e desempenho escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Restinga (SP).

A parte final de nosso trabalho destina-se ao apontamento de nossas considerações finais.

2. História Político- Social Brasileira: Um Enfoque Sobre a Política Educacional e a Assistência Social Pós-1930.

A política social brasileira, em termos institucionais, tem seu início no contexto da República Velha (1889-1930), cuja economia se caracterizava pela predominância dos setores agrícola e agroexportador. Nessa época, ocorria um tímido processo de industrialização e urbanização, com um Estado altamente estruturado e alicerçado na elite agrária, caracterizando-se um Estado Oligárquico. Sendo assim, era comum aos governantes da época a não intervenção estatal na questão social e a repressão aos possíveis movimentos sociais:

A política social da oligarquia consistia no estímulo à imigração de braços para a lavoura do café e na repressão. [...] Nessa realidade e com essa ideologia, a oligarquia fez encalhar todos os Projetos de leis relativos à legislação social (FALEIROS, 1995, p. 126-127).

No campo educacional, desde o Império, pouco havia mudado quanto ao ensino destinado às massas. O ensino primário era deixado a cargo dos estados federativos, os quais eram alheios aos interesses das elites cafeeiras. Poucas mudanças ocorreram no

período que antecede a revolução de 1930, cabendo destacar a reforma de Benjamin Constant, em 1890; no entanto, esta ficou restrita ao antigo Distrito Federal, que era o Rio de Janeiro. Essa reforma buscou romper com as tradições humanistas clássicas, introduzindo disciplinas científicas na matriz curricular, de cunho positivista, mas mantendo um ensino tradicional humanista adicionado ao enciclopédico. A reforma recebeu inúmeras críticas, até mesmo dos grupos intelectuais positivistas da época, que afirmavam que essa reforma se afastara dos *Princípios Pedagógicos Continianos*³. Diante das inúmeras críticas à reforma e da falta de interesse das elites, que passam a contar com uma mão de obra assalariada de origem europeia, não se deu grande importância em investir na instrução primária. (ZOTTI, 2004).

A falta de interesse das elites agrário-cafeeiras em investir na instrução primária fica evidente na realidade apresentada no censo de 1920 quando, das 6.582.017 de crianças em idade escolar, apenas 1.249.449, ou seja, o equivalente a 19% desse segmento etário da população, recebiam alguma forma de ensino. Em relação ao grupo de adolescentes e adultos analfabetos, 75% não possuíam nenhuma cobertura da política educacional (ZOTTI, 2004, p.72). Os baixos índices de acesso à educação e os elevados índices de analfabetismo evidenciavam que, para as elites agrário-cafeeiras, a educação era considerada um artigo de luxo e tudo aquilo que dificultasse seu acesso a ela era “bem visto”; dessa maneira, não se justificariam altos investimentos na instrução primária. (ZOTTI, 2004)

No que se refere ao ensino secundário, e principalmente ao ensino superior, a literatura relata um grande número de reformas que visavam atender aos interesses das elites, as quais viam na educação um meio de ascensão social e, sobretudo, de obtenção de uma instrução mais erudita para seus membros.

Cabe-nos ressaltar as reformas de Benjamin Constant, em 1890, de Epiácio Pessoa, em 1901, de Rivadária Correia, em 1911, de Carlos Maximiliano, em 1915, e, finalmente, de João Luís Alves, em 1925. Todas foram baseadas numa política oligárquica e tiveram como principal característica a realização de ajustes nos níveis de ensino de maior interesse das elites, o ensino secundário e o superior. Quanto à matriz curricular, coube ao ensino primário o ensino das primeiras letras, ou seja, o aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo, que já havia sido definido no Decreto Imperial de 1827 (ZOTTI, 2004).

³ Os Princípios Pedagógicos Continianos organizam as ciências, de acordo com a ordenação positivista: 1º matemática; 2º astronomia; 3º física; 4º química; 5º biologia, 6º sociologia; 7º moral (ZOTTI, 2004).

A partir da constituição de 1891, o Estado Nacional torna-se laico⁴, ou seja, a educação religiosa havia sido abolida dos currículos oficiais:

[...] a política escolar da igreja, que até então exercera quase o monopólio da direção espiritual, sofria os primeiros golpes que a orientação comtista das reformas educacionais, no governo provisório, não fez senão acentuar, deslocando a influência clerical para um plano secundário (AZEVEDO, 1976, p.126).

Em seu lugar era ministrado o ensino da instrução moral e cívica que iniciaria, nesse momento, seu papel de articular e impor as ideologias dominantes à população brasileira ao longo de nossa história:

É interessante observar que, pela primeira vez, a disciplina de instrução moral e cívica faz parte da matriz curricular; é como um meio de controle ideológico, em virtude da crise política que se iniciava e que resultaria na Revolução de 1930 (ZOTTI, 2004, p.80).

A matriz curricular do ensino secundário sofreu grandes modificações nesse período, começando com a reforma de Benjamin Constant (1890), no momento em que essa modalidade de ensino teria um período de sete anos, com as disciplinas bem distribuídas em cada período, ocorrendo o embate entre a parte humanística *versus* a parte científica:

Ao longo da Primeira Republica, [...] as humanidades prevaleceram com o percentual médio de 42,4%, enquanto as ciências e a matemática constituíram 24,8% do conjunto de disciplinas, os estudos sociais 15,3% e outras atividades 17,5%, com predominância do desenho (10,9%) (ZOTTI, 2004, p.81).

Na reforma de Carlos Maximiliano (1915), o ensino secundário teria uma duração de cinco a seis anos em regime de seriação, quando o aluno, no final do quinto ano, já poderia candidatar-se ao exame vestibular para ingresso no ensino superior, cabendo o título de Bacharel em Ciências e Letras ao concluinte do 6º ano:

Mesmo com todas as reformas ocorridas na Primeira República, não foi ainda nesse momento que o ensino secundário atendeu a objetivos mais amplos de formação da juventude e de expansão para o acesso da população. Podemos dizer que a reforma de 1925 foi o

⁴ É a transferência do controle do ensino no país, antes na esfera religiosa, para o controle do Estado Constitucional; contudo, a disciplina de ensino religioso passa a ser obrigatória em toda a rede de ensino. Foi assim que essa transferência foi aceita por parte da Igreja Católica (SAVIANI, 2007).

caminho para a implantação de um curso secundário com objetivos para além da preparação fragmentária exigida para ingresso no curso superior, que só iria ocorrer após 1930 (ZOTTI, 2004, p.81).

Em nível estadual, o estado de São Paulo sai na frente em relação às reformas da instrução primária pública, culminando com a implantação de grupos escolares idealizada por Caetano de Campos, então diretor da Escola Normal, e também por Rangel Pestana. Os grupos escolares foram implantados em 12 de março de 1890, em consonância com os modelos já implantados em países como Alemanha, Suíça e Estados Unidos. Esses grupos vieram unificar a estrutura anterior monárquica, na qual as escolas das primeiras letras eram constituídas por classes isoladas, avulsas, com agrupamentos heterogêneos de alunos e com um único professor. (SAVIANI, 2007)

Cada grupo escolar tinha um diretor e tantos professores quantas escolas tivessem sido reunidas para compô-lo. Na verdade essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, no interior dos grupos escolares, às classes que, por sua vez, correspondiam às séries anuais (SAVIANI, 2007, p.172).

Esses grupos também eram chamados de escolas graduadas, devido ao modelo de organização escolar. Os alunos eram agrupados homogeneamente, de acordo com o grau ou série em que se situavam, e isso determinava a progressividade na aprendizagem. Desse modo, os alunos passavam da primeira série para a segunda e assim sucessivamente, até concluírem a última série. No caso da educação pública paulista, o ensino primário constituía-se de quatro anos. Essa proposta paulista de agrupamento escolar mostrou-se um modelo bem eficiente de ensino, logo se espalhando por todo o país, de acordo com Saviani (2007). Se, por um lado, a graduação do ensino levava a eficientes processos de controle da instituição escolar, em virtude da divisão e organização do trabalho escolar, por outro, ao se formarem classes de alunos homogeneizadas, o ensino vai deixando de ser individualizado, passando a ser massificado e não possibilitando, entretanto, um acesso universal da população brasileira aos bancos escolares. Esse tipo de organização de ensino instituiu refinados mecanismos de seleção, com altos padrões de exigência escolar, constituindo-se verdadeiras barreiras à continuidade do processo educativo, o que acentuava as taxas de reprovação escolar, principalmente nas séries iniciais.

Saviani (2007, p.175) ressalta a principal característica dessa escola: “[...] no fundo, era uma escola mais eficiente para o objetivo de seleção e formação das elites. A questão da educação das massas populares ainda não se colocava”.

Nesse período, devido à importante influência política das oligarquias agrárias, ocorreu uma grande resistência em prol da implementação de políticas sociais, diminuindo-se o interesse no processo de transferência da população do campo para as cidades, devido à utilização da mão de obra europeia:

Um fenômeno importante que demonstrava os objetivos da oligarquia rural brasileira em tentar combater e evitar a implementação de alguma forma de política social urbana e, sobretudo, iludindo com supostos “atrativos” a mão-de-obra imigrante, era tentar manter uma duradoura e contínua paz social no campo, conservando a força de trabalho na zona rural, ou seja, não permitir que possíveis melhorias nas condições de trabalho nas cidades fossem atraentes para os camponeses (TORRES, 2006, p. 109).

Essa situação garantiria a manutenção do regime de colonato, uma pseudoforma de relação salarial, tão característico desse período da história econômica e social brasileira (FURTADO, 1984).

Com a aprovação de duas leis, a lei de seguros contra acidentes de trabalho, em 1919, e a lei de criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários, em 1923, a política do colonato começa a perder sua influência, visto que a lei de acidentes de trabalho era destinada a uma pequena parcela de trabalhadores urbano-industriais. Acenava-se, porém, para um processo crescente de industrialização e urbanização do país. A esse respeito, FALEIROS (1995, p.130) afirma que “[...] a lei sobre os acidentes de trabalho pôde ser o resultado de uma pressão forte e imediata da *classe operária*, mesmo *espontânea e anarquista*. Entre 1917 e 1920 houve 112 greves somente em São Paulo.”

As oligarquias agrárias não ofereceram resistência à criação da Caixa de Aposentadoria para os ferroviários, uma vez que a ferrovia escoava toda a produção agrícola daquele período, sobretudo o café. Ainda, segundo Faleiros (1995, p. 131), “[...] ficava bem claro a resistência da oligarquia a beneficiar os trabalhadores agrícolas, e seu interesse em manter a paz social no setor ferroviário, garantindo a exportação do café.”

Na década de 20, a população brasileira era essencialmente agrária (HAJNAL, 1973). Somente com a intensificação do processo de urbanização e de industrialização no período subsequente surgiria uma nova classe social no Brasil, a classe operária:

Portanto, apesar de já termos registros sobre um pequeno processo de “proletarização” de parcela da população urbana brasileira nesse período, considerando-se que até então a industrialização brasileira era bastante incipiente, fica fácil entendermos por que, somente a partir do Estado Novo, é que efetivamente poderíamos constatar o início da constituição da

seguridade social brasileira, malgrado algumas iniciativas de cobertura de riscos sociais na república velha (TORRES, 2006, p. 110).

A questão da educação voltada às massas emergiu apenas em 1920, conduzida por Sampaio Dória, quando se objetivou resolver o problema do analfabetismo – mais da metade da população paulista entre 7 e 12 anos estava fora da escola – embasando-se nos ideais republicanos de que a concessão da instrução a alguns e não à totalidade da população configurava-se como algo profundamente injusto.

A Reforma Sampaio Dória (1920), com orçamento reduzido, universaliza a educação primária no estado de São Paulo, mas de uma maneira aligeirada, com a redução de quatro para dois anos. Num contexto onde o ensino primário que já era alvo de muitas críticas, verificava-se, todavia, que essa reforma se constituiria em uma primeira tentativa de universalização do ensino primário por meio da ampliação da rede de escolas, do aparelhamento técnico-administrativo, da melhoria das condições de funcionamento, da reformulação curricular no início da profissionalização do magistério e da reorientação das práticas de ensino. Somando-se a todos estes fatores supracitados, no final da década, assistimos à penetração do ideário Escolanovista⁵ (SAVIANI, 2007).

A Revolução de 1930, com a instituição do governo provisório (1930-1934) que, por sua vez, tornou-se parte da Era Vargas (1930-1945), caracterizou-se pela intensificação da industrialização a partir de 1933, por meio de uma política denominada “substituição de importações”. Essa intensificação iniciou um novo período na história política, econômica e social do Brasil que, por sua vez, também possibilitou a formação de todo um aparato administrativo governamental até então inexistente (ZOTTI, 2004; TORRES, 2006). Todo esse aparato foi instituído no período do Governo Provisório, de 1931 a 1937 e teve substancial influência na educação por intermédio do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo proposta a primeira reforma educacional desse período: a reforma Francisco Campos, a que regulamentava a organização do ensino secundário (BRASIL, Decreto nº. 19.890/31):

O processo de industrialização desencadeou discussões e ações no setor educacional, diante da necessidade de construção de um sistema nacional de educação para atender às necessidades que o desenvolvimento impunha (ZOTTI, 2004, p.101).

⁵ Trata-se de um movimento pedagógico, contra a tendência à passividade, ao intelectualismo e verbalismo da escola tradicional, a nova concepção estimula a atividade espontânea, tendo com foco pedagógico a criança e não o conteúdo (SAVIANI, 2007).

Nesse período, o então ministro Francisco Campos (1931) instituiu uma série de decretos que redirecionam os ensinos superior, secundário e, em 1937, o ensino profissionalizante comercial (SENAC). Dessa maneira, foi implementado um ensino primário elementar com duração de quatro anos, acrescidos de mais um ano, que corresponderia a um primário complementar. Já o ensino secundário ficou organizado verticalmente em dois ciclos: o fundamental, com duração de cinco anos, que tinha a função de formar os indivíduos como um todo para a vida em sociedade, e o ciclo complementar, com duração de dois anos, que tinha a função de adaptar os indivíduos ao ensino superior. Este se dividia em três seções ou áreas: humanidades, com ênfase em estudos jurídicos; biológicas, enfatizando os estudos em medicina, farmácia e odontologia; e, finalmente, a técnica, privilegiando os estudos em engenharia e arquitetura (ZOTTI, 2004).

O ramo profissional estava subdividido em setores industrial, comercial e agrícola, além do curso normal, que mantinha interface com o secundário. A reforma Francisco Campos é considerada uma grande reforma, de acordo com ZOTTI (2004) e SAVIANI (2007), pois possui como característica fundamental seu caráter centralizador, o qual irá manifestar-se nos diversos segmentos da “máquina estatal”, principalmente no campo educacional.

Apesar dos avanços alcançados nesse período, a reforma foi omissa em relação às reais necessidades de reestruturação do ensino primário, consolidando o elitismo e reforçando a dualidade do ensino secundário e profissional, não efetivando a tão esperada renovação científica da educação brasileira (ZOTTI, 2004; SAVIANI, 2007).

O dualismo educacional estava sendo introduzido nas políticas educacionais brasileiras:

Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzindo e concedendo apenas o ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vincula estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social (SAVIANI, 2007, p.269).

Nessa época, o ensino secundário recebia muitas críticas, pois não possuía uma base nacional comum e não passava de um curso preparatório para o ensino superior. O próprio ministro Campos considerava o ensino secundário como um “curso de

passagem”, um “instrumento de preparação de candidatos para o ensino superior” , com a mera finalidade de aprovação nos exames de acesso às universidades (ZOTTI, 2004).

Quanto à política de seguridade social, constata-se que, no período que antecede o Estado Novo, não havia efetivamente uma política social que assegurasse um melhor tratamento às questões sociais, pois a questão da pobreza, por exemplo, era tratada no país como um caso de polícia e não como uma expressão de uma condição social:

No caso brasileiro é possível afirmar, salvo exceções, que até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato enquadrada como “caso de polícia” e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob a forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos (SPOSATI *et alli*, 1995, p. 41).

Enquanto Vargas governava, observava-se no Brasil uma tentativa de estruturação de um modelo nacional “específico” de política de proteção social, principalmente em virtude da intensificação do processo de urbanização e industrialização somado à estruturação de uma nova classe social no Brasil: a classe operária. As políticas de proteção social brasileira, desde seu início, tinham como característica principal seu caráter excludente, seletivo e centralizador, muito aquém daqueles tão conhecidos *Welfares* desenvolvidos nos países ricos. Desse modo, revelava-se a *cidadania regulada* (SANTOS, 1979), constituindo o padrão de proteção social que começaria a ser implementado com certo ímpeto na história social brasileira:

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar o conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na idéia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados (COUTO, 2004, p. 95).

Conforme descrito por Carvalho (2003), o Brasil, a partir da década de 1930, passaria por diversas transformações nas áreas social, econômica e política. Sob o ponto de vista político, a ascensão ao poder, por Getúlio Vargas, representaria a descontinuidade na história brasileira da República do “Café com Leite”. Assim, com a constituição do Estado Novo, inicia-se um intenso processo de consolidação de um “Estado Nacional” brasileiro.

No campo econômico, essa ascensão representou o declínio da economia atrelada ao setor agroexportador cafeeiro, verificando-se, em 1933, o auge da crise que intensificaria o processo de industrialização e urbanização. Assim, findo o “ciclo do café” e a riqueza do “ouro verde brasileiro”, que marcara toda a história econômica e política da Primeira República, dá-se início, com a proposta de substituição de produtos importados, a uma política de produção voltada para o mercado interno, com forte ênfase na produção manufatureira (MELLO, 1990).

Em síntese, o país passa de uma economia de dependência agroexportadora para uma economia de dependência urbano-industrial, na qual a burguesia nacional, juntamente com o governo Vargas, tenta fazer uma “revolução burguesa” com a ausência do proletariado (ZOTTI, 2004).

Após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), observamos o surgimento de uma nova hegemonia política e econômica no país: o Estado oligárquico, que cede lugar à hegemonia da burguesia urbano-industrial, com seus interesses bem resguardados pela política econômica do Governo Vargas que, por sua vez, procurava contentar politicamente as massas, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e as oligarquias agrárias, com políticas de proteção à agricultura, além de atender aos interesses das nações imperialistas (USA e Europa) daquela época, que viam com “bons olhos” o mercado consumidor brasileiro (SAVIANI, 2007):

O país iniciaria de fato seu processo de industrialização que, após a Segunda Grande Guerra, intensificar-se-ia sobremaneira, principalmente no tocante à perspectiva de consolidação de uma infra-estrutura econômica (TORRES, 2006, p. 112).

Nesse período, inúmeras reformas administrativas, com ênfase na modernização e na racionalidade de base positivista na máquina governamental, foram planejadas com a finalidade de melhorar a eficiência da regulação e da execução de políticas governamentais:

O primeiro período, portanto, se inicia na década de 1930 (mais precisamente em 1937), quando se desenvolveu, até 1945, todo um esforço de inovação e renovação do aparato governamental. As premissas fundamentais eram a reforma do sistema de pessoal, a implantação e simplificação de sistemas administrativos e das atividades de orçamento, para, de acordo com o modelo weberiano, dar maior eficiência à administração pública federal. Nesse período, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), a grande agência de modernização do primeiro processo planejado de reforma administrativa (MARCELINO, 2003, p. 643).

Apesar da busca por uma modernização administrativa do Estado nesse período, o que mais ficou em evidência no tocante às questões sociais e, principalmente, no campo político, foram o *insulamento burocrático* e o *universalismo de procedimentos*, o *corporativismo* e o *clientelismo* (NUNES, 1997).

Os problemas sociais eram tratados de forma administrativa, com a finalidade de se manter a paz social, separando-se as áreas de decisão daquelas de influência dos grupos sociais e concentrando-se a política do mais alto nível do governo central.

A melhor forma de controlar é dividir, é regulamentar. Os problemas sociais eram transformados administrativamente pelos regulamentos, dividindo-se as áreas de decisão e de influência, mas sempre controladas de cima. A influência dos técnicos na elaboração dos seguros não foi de resposta global, mas de controle, numa posição atuarial para analisar quanto ia entrar e quanto sair das Caixas de previdência.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado a quatro de fevereiro de 1931, articulava as mudanças politicamente, sensível à correlação de forças sociais e por isso mesmo reproduzindo as desigualdades entre os próprios trabalhadores, concedendo mais benefícios aos trabalhadores já melhor situados (FALEIROS, 1995, p. 133).

Dessa forma, todo o aparato administrativo instituído para modernizar o Estado buscou regular a questão social urbana, deixando de lado a questão social rural, uma vez que, no processo de industrialização brasileiro, já se contava com o capital internacional:

No Brasil, a moderna política do Estado precedeu a formação de classe na indústria; a regulação da cidadania perpassou a solidariedade de classe e interveio nas relações de classe; os arranjos corporativistas legais fixaram parâmetros e limitações para a cidadania dos operários; a revolução burguesa teve lugar quando muitos elementos do Estado moderno já estavam instalados. A revolução burguesa foi feita em associação com as multinacionais e com a participação e a supervisão do Estado. O capitalismo moderno veio a acontecer no Brasil em contexto distinto daquele prevalecente nos países que se industrializaram cedo. O clientelismo constituía um importante aspecto das relações políticas e sociais no país. Os arranjos clientelistas não foram minados pela moderna ordem capitalista – permaneceram nela integrados de maneira conspícua (NUNES, 1997, p. 26).

O quadro abaixo demonstra como a política social brasileira foi configurada no Brasil durante a década de 1930.

Quadro 2- As políticas sociais no período de 1930 até 1940.

Ano	Política social
1930	Estabilidade de emprego após 10 anos de serviço para pessoal de força, luz, bondes, telefone, telegrafia e radiotelegrafia, e extensão dos benefícios das Caixas a esse pessoal (lei 5.109, de 1926).

193 1	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
193 1	Suspensão dos benefícios dados, por tempo de serviço para reestudo.
193 1	Extensão dos seguros aos empregados em serviço de água e esgotos. Manutenção dos mesmos para ferroviários e portuários.
193 2	Regulamento sobre a aquisição de casas.
193 2	Extensão da previdência aos empregados em serviços de mineração.
193 3	Começa a era dos institutos, agora por setor e não por fábrica. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – IAPM (Decreto 22.872, de 29/6/33). Os acidentes de trabalho estatais foram estendidos a essa categoria.
193 4	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC (Decreto 24.273, de 22/5/34).
193 4	Caixa de aposentadoria e pensões dos trabalhadores em trapiches
193 4	Idem para operários e estivadores.
193 4	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB (Decreto 26.615, de 9/7/34).
193 4	Nova Constituição – consagra o direito à previdência.
193 6	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI (lei 367, de 31/12/1936) em execução em janeiro de 1938.
193 8	Instituto de Aposentadoria e Pensões para Trabalhadores do Transporte e Carga – IAPETEC – transformando a Caixa dos trabalhadores em trapiches e armazéns.
194 0	1º de Maio: lei que fixa o salário-mínimo para todo o país.

Fonte: Torres, 2006, p. 118.

De acordo com o quadro acima, podemos observar que a legislação, no tocante às políticas sociais, foi implementada de forma gradual e fragmentada. Isto se deu em decorrência da questão social, no Estado Novo, ter sido construída por categoria profissional, com o intuito de controlar os inúmeros conflitos gerados pelos diferentes interesses das várias forças presentes na revolução de 1930 (ZOTTI, 2004).

Os IAPs (Institutos de Assistência Previdenciária), nesse período, foram utilizados como exemplo do controle estatal, agregando os “direitos sociais” às leis trabalhistas de Vargas e agindo de forma a prevenir os conflitos entre capital e trabalho (TORRES, 2006).

Como os IAPs foram constituídos como entidades autárquicas e vinculados ao poder do Estado por meio do Ministério do Trabalho, proviam benefícios aos trabalhadores a eles filiados compulsoriamente (VIANNA, 1998):

Pode-se notar que os Institutos foram organizados em torno das Caixas já existentes, e para os trabalhadores mais combativos, diante de um aumento de revoltas populares com a organização das forças de oposição. O objetivo era, nesse caso, manter a paz social (FALEIROS, 1995, p.137).

Dessa forma, a Previdência Social possuía uma estreita ligação com a estrutura sindical corporativa do período, tornando-se um eficiente instrumento de “incorporação controlada” e definindo os direitos do “pacote de cidadania”, sobretudo as pessoas que a ele teriam acesso.

Essa característica que assume a Previdência no Brasil ficou conhecida como “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), reforçando ainda mais a estrutura de desigualdades sociais no país, ou seja, concedendo benefícios desiguais a cidadãos estratificados em categorias profissionais:

Pelo ângulo dos *direitos sociais*, porém, mais grave do que a diferenciação imposta pelo caráter atuarial da Previdência, [...] a segmentação corporativa institucionalizada pelos IAPs, foi a ação discriminatória exercida pelo Estado na identificação dos cidadãos. Outorgava-se o *estatuto da cidadania* apenas aos membros da comunidade nacional localizados em ocupações regulamentadas pelos preceitos legais, o que transformava em pré-cidadãos todos aqueles cujo trabalho a lei desconhecia (VIANNA, 1998, p. 132).

A assistência social, nesse período de expansão dos direitos sociais brasileiros, sob os moldes de uma legislação trabalhista, abrangia umas poucas categorias profissionais urbanas. O Estado brasileiro teria que, de alguma forma, passar a reconhecê-la como uma “esfera programática da ação governamental” para a prestação de certos serviços ou como um “mecanismo político” de amortecimento de tensões sociais, visto que a assistência somente seria definida como política pública integrante da seguridade social na Constituição de 1988 (TORRES, 2006).

Após o estabelecimento da Ditadura, em 1937, o Estado passa a intervir mais diretamente e de forma intensiva na economia por meio da industrialização, quando a política liberal do governo é substituída pelo *dirigismo estatal*, o qual favorece a aceleração da industrialização no país. Dessa forma, constata-se que o Estado Novo nasce da aliança da burguesia com o latifúndio e com o imperialismo, em resposta aos movimentos sociais urbanos surgidos entre 1930 e 1937 (ZOTTI, 2004).

Com o objetivo de não perder o foco no desenvolvimento urbano-industrial, a Ditadura é utilizada para garantir que o processo de industrialização prossiga. Nesse momento histórico, a educação é cada vez mais sentida como fator importante para o

desenvolvimento socioeconômico do país, mas ainda de forma bem prematura. É justamente nesse período que o golpe põe fim à efervescência de ideias e de debates sobre educação, principalmente em outros setores sociais que discordavam das políticas conciliadoras de Vargas.

A política educacional é um bom exemplo, pois sai do controle da sociedade civil e passa para o Estado ditatorial, onde os debates educacionais são de controle da sociedade política. (ZOTTI, 2004; SAVIANI, 2007). Esse período que corresponde à segunda fase do governo de Vargas, vai de 1937 a 1946; corresponde ao período da criação das leis orgânicas do ensino⁶, e o Estado irá intervir de maneira mais significativa na organização da educação brasileira.

A ditadura de Vargas traz consigo uma nova Constituição Federal, em 1937, com características bem diferentes das características da Constituição de 1934. A constituição de 1937, de caráter antidemocrático e imposta a toda a população, desobrigava o Estado da educação pública. Somente com a função de subsidiar a organização do ensino, o Estado mascarava sua gratuidade, do ensino, institucionalizando-se o ensino público pago, onde o ensino primário era de caráter obrigatório e gratuito, desde que as famílias não pudessem contribuir de maneira alguma, caso contrário, uma contribuição mensal seria cobrada para a *caixa escolar*, de acordo com o artigo 130 da Constituição de 1937 (ZOTTI, 2004).

O ensino profissionalizante seria estabelecido com a parceria entre Estado e indústria, e não caberia mais à União traçar as diretrizes da educação nacional. A Constituição de 1937 deixa bem nítida a dualidade educacional quando dá ênfase ao trabalho manual. O trabalho intelectual e o manual eram destinados a diferentes grupos sociais. Zotti (2004, p. 93) comenta que “os ricos proveriam seus estudos como melhor convinha, no sistema público ou particular, com o objetivo propedêutico. Os pobres deveriam destinar-se às escolas profissionalizantes.”

Esse aparato administrativo governamental e principalmente institucional teve substancial influência na educação, pois criou o Ministério da Educação e da Saúde.

⁶ Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei n.4.073, de 30/01/1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto-lei n.4.244, de 09/04/1942); Lei Orgânica do Ensino Comercial (decreto-lei n.6.141, de 28/12/1943); Lei Orgânica do Ensino Primário (decreto-lei n.8.529, de 02/01/1946); Lei Orgânica do Ensino Normal (decreto-lei n.8.530, de 02/01/1946); Lei Orgânica do Ensino Agrícola (decreto-lei n.9.613, de 20/08/1946) (ZOTTI, 2004, p.92).

Suas Leis Orgânicas criaram o SENAC, o SENAI e o Ensino Técnico Agrícola, e também regulamentaram os Ensinos Normal, Primário e Secundário, os quais culminaram nas reformas educacionais de Capanema (SAVIANI, 2007).

As reformas de Capanema resumem-se às Leis Orgânicas que regulamentaram as políticas educacionais no período de 1942 a 1946. A primeira grande reforma no sistema de ensino desse período ocorreu em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário – Lei n. 4.244, de 9/4/42. Esta lei, de caráter elitista, tinha como principal objetivo formar as individualidades dirigentes, sendo responsável pela divulgação ideológica desses princípios ao povo. Sendo assim, por intermédio da Ditadura Vargas, a dicotomia da estrutura de classes da sociedade capitalista consolidava-se na educação, ou seja, enquanto os filhos das elites eram conduzidos ao ensino secundário e posteriormente ao ensino superior, aos filhos dos trabalhadores cabia apenas o ensino profissionalizante. (ZOTTI, 2004; SAVIANI, 2007)

Segundo ZOTTI (2004), a estrutura do ensino secundário foi organizada nos moldes da Reforma Couto Ferraz, de 1854: o ciclo fundamental era chamado de ginásial, com quatro anos, servindo de base para o colegial, que seria o ciclo complementar, com duração de três anos. Se compararmos esta estrutura com a reforma de Francisco Campos, o ciclo fundamental foi diminuído; no entanto um número maior de brasileiros teve acesso a essa etapa educacional, o colegial, que era oferecido em duas modalidades: o curso clássico e o curso científico, sendo aquele com o predomínio do estudo das letras e este com o predomínio do estudo das ciências. Ambos possuíam um único objetivo, que era preparar as elites para o ensino superior. Cabe ressaltar a influência dos “Escolanovistas” na elaboração da metodologia do ensino nesse período, principalmente no que diz respeito ao ensino das ciências. ZOTTI (2004, p.110) ainda comenta que “o método de ensino estará centrado na atividade do aluno, cabendo ao professor a orientação do trabalho num clima de cooperação, com vista na reconstrução da experiência”.

Os Princípios Deweyanos⁷ inspiraram o manifesto dos pioneiros e a Reforma de Francisco Campos, mas é na Reforma de Capanema⁸ que esses princípios foram mais bem caracterizados no ensino das ciências, pois, para o contexto nacional, era de grande

⁷ É o nome dado a um conjunto de ideias pedagógicas centralizadas no ensino intuitivo e empírico, baseando-se no modelo científico (SAVIANI, 2007).

⁸ A Reforma de Capanema trata-se de um conjunto de decretos que culminaram na reorganização do ensino primário, ensino secundário e técnico, no país, na década de 1940 (ZOTTI, 2004).

necessidade desse ensino para o desenvolvimento do setor industrial. Essa nova realidade encontra ressonância no currículo escolar, que mais uma vez, se volta aos interesses e às necessidades da classe dominante; contudo, o que outrora tinha o predomínio das humanidades sobre as ciências, no ensino “tradicional”, agora, no ensino “escolanovista”, apresenta um equilíbrio entre as Humanidades, com 35,4%, as Ciências, com 30,5%, os Estudos Sociais, com 20,7%, e a Educação Artística, com 13,4%. Esses dados referem-se ao curso colegial normal (ZOTTI, 2004).

No colegial científico, é importante ressaltar o crescente predomínio da formação *científica* sobre a *humanística*. As disciplinas de História e Geografia do Brasil e Educação Moral de Cívica tiveram grande destaque nesse período, pois tanto no período da Ditadura de Vargas quanto na Ditadura Militar tiveram como função primordial passar, às novas gerações, a ideologia dominante (ZOTTI, 2004; SAVIANI, 2007).

O sistema de proteção social brasileiro, criado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, vai se expandindo, ainda que de uma forma fragmentada, durante todas as décadas posteriores. No período de 1946 a 1964, com governos de cunho liberal-conservador, assistiríamos à configuração de um Projeto de Estado de Bem-Estar Social que poderia ser classificado como do tipo “meritocrático-particularista”, pois estava voltado, significativamente, a formular políticas de regulação social como fator de *mediação social da contradição entre capital e trabalho*, que privilegiavam a classe trabalhadora da esfera urbano-industrial (TORRES, 2006).

Desde o fim da ditadura de Vargas até o início da ditadura militar, o país experimentou um longo período democrático, onde muitos debates foram travados entre os diversos grupos sociais, principalmente no que se refere à educação (SAVIANI, 2007).

Promulgada em 20 de dezembro de 1961, fruto de 13 anos de intensos debates, a primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) brasileira trouxe consigo grandes avanços. Um deles é a definição da competência da União em fixar e legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, uma vez que, até então, a legislação educacional em nível federal era construída por inúmeras reformas de caráter isolado e fragmentado, pois atendia a cada nível da educação sem articular os diversos segmentos educacionais.

Com a articulação entre os diversos setores da educação brasileira, o ensino primário seriado passa a ter como objetivo primordial o desenvolvimento das atividades

expressivas e de raciocínio da criança, integrando-se ao seu meio físico e social. Em relação à sua organização, o ensino primário continuou com a mesma estrutura da Reforma de Capanema (1946), com duração de quatro anos, podendo estender-se por mais dois. Este período adicional tinha como objetivo a ampliação do conhecimento dos alunos e iniciá-los em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade (ZOTTI, 2004).

Para suprir a deficiência de vagas nas escolas médias, o Estado investe na criação de turmas de 6º série primária, restringindo o ensino primário a um papel de mera preparação para o grau seguinte, e o acesso ao ensino médio para as crianças de origem modesta que desejavam prosseguir seus estudos. Dessa forma, o cumprimento da 5ª e 6ª séries deixa nítida a seletividade e a dualidade na estrutura educacional brasileira (SAVIANI, 2007). Ainda era permitido aos alunos que tivessem concluído a sexta série do ensino primário, mediante exame das disciplinas da 1ª série do ginásial, frequentar a segunda série do ginásial, solução encontrada para, de certa maneira, conter a crescente demanda pela primeira série do ensino médio:

[...] é justificado por ser a educação um direito de todos pelo elevado número de alunos que não eram aprovados nos exames de admissão ao ensino médio, principalmente em virtude da insuficiência de vagas nas escolas médias (ZOTTI, 2004, p.118).

O governo militar durou 21 anos, e pela Presidência da República passaram cinco generais. O regime militar foi sustentado por um pacto entre a tecnocracia militar e a civil, a burguesia nacional e as empresas multinacionais. Assim, os militares atribuíram maior prioridade à construção da “potência”, cuja ideia refletia um país industrializado e desenvolvido ante a construção da democracia brasileira.

Para ajustar a ideologia dominante ao modelo econômico, o Estado aplicou sobre a população um elevado grau de autoritarismo e violência, culminando com os Atos Institucionais. Estes enfraqueceram o Legislativo e controlaram o Judiciário, consequentemente dando ao governo o direito de cassar mandatos e suspender direitos políticos sem justificativa e sem direito a julgamento prévio, utilizando a tortura para obtenção de confissões e delações, e instalando na sociedade o medo e a violência (ZOTTI, 2004).

Ajustes econômicos foram feitos e, durante o período de 1968 a 1973, ocorreu uma grande expansão econômica denominada “milagre brasileiro”. O Estado investe em

vários setores da economia, criando estatais por intermédio do financiamento de recursos de origem tributária. Para ZOTTI (2004, p. 140), “[...] entre 1966 a 1967 foram criadas mais empresas estatais (210) do que nos 60 anos precedentes, cujo total monta, em 1976, a 571 empresas abrangendo a esfera da União, estados e municípios.”

A política econômica militar favoreceu os grandes grupos econômicos de capital nacional e principalmente de capital multinacional, facilitando a remessa de lucros para o exterior, restringindo o crédito às pequenas e médias indústrias e levando à falência muitas empresas de pequeno porte. Esse processo de monopolização, tanto econômica quanto política, levou ao alinhamento com os Estados Unidos, país tido como modelo a ser copiado. Todo o aparato governamental buscava a ajuda técnica e financeira das agências norte-americanas, e isso não foi diferente em relação à educação, com a implementação do convênio “MEC-USAID” (ZOTTI, 2004).

Voltando ao campo econômico, a renda dos trabalhadores caía enquanto os lucros do setor industrial aumentavam: “[...] da renda industrial, em 1961, cabia 29% para os salários e 71% para os lucros. Em 1973, 23% para os salários e 77% para os lucros” (ZOTTI, 2004, p.140).

As políticas sociais, implementadas pelo Estado nesse período, visam combater, de algum modo, o crescente quadro de exclusão social. As políticas teriam caráter preventivo e, principalmente, compensatório, buscando-se amenizar os desequilíbrios gerados pelo processo de concentração de renda. Políticas sociais nas áreas de saúde, habitação, previdência social, tanto para “o campo” quanto para “as cidades”, e reformas educacionais foram propostas pelo regime militar, mas como de costume privilegiando uma minoria da população brasileira.

Em 1966 ocorreu a unificação dos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), iniciando-se um novo período na história dos seguros sociais no Brasil. Um país, agora industrializado e predominantemente urbano, apresentava uma estrutura econômica, política e social bastante adversa daquela da década de 30.

Mesmo após o Ato Institucional nº 5, de 1968, e a promulgação da Constituição de 1969, com a supressão de diversos direitos civis e políticos, os direitos sociais trabalhistas (quando individualmente tratados) foram preservados.

Draibe (1993b apud Couto, 2004, p. 129) aponta um estudo sobre o sistema de proteção social no período de 1964 a 1985 e sobre alguns fatos transformadores da política social brasileira no período que compreendeu o governo militar.

Essas transformações, designadas por Carvalho (2003), representam uma característica bem peculiar, pois se observam significativos avanços no campo dos direitos sociais em contraponto à retração dos direitos civis e políticos. Esse fenômeno pode ser observado nas seis grandes áreas da política social da época e na emergência de alguns Programas: a Previdência, o Trabalho, a Habitação, a Educação, a Saúde e as Assistências Social, Alimentação e Nutrição.

As principais mudanças nas áreas citadas podem ser analisadas nos quadros abaixo:

Quadro 3 – Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política previdenciária

Ano	Ações
1966	Criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
1966	A constituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)
1971	A extensão do direito previdenciário às empregadas domésticas
1972	A extensão do direito previdenciário aos trabalhadores autônomos
1973	A criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)
1974	A implementação da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) e a criação da renda mensal vitalícia
1977	A instituição do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) e seu respectivo Fundo da Previdência e Assistência Social (FPAS)
1982	A elevação das alíquotas de contribuição social (FINSOCIAL)

Fonte: Torres, 2006, p. 120.

Quadro 4 – Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política trabalhista

Ano	Ações
1966	* A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); * A criação do Programa de Integração Social (PIS); * A criação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).
1976	A consolidação do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Fonte: Torres, 2006, p. 120.

Cabe-nos ressaltar que os fundos necessários para a manutenção desses Programas eram oriundos dos recursos das folhas de pagamento do setor empregador.

Quadro 5 – Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política habitacional

Ano	Ações
1964	A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH)
1966	A criação das Companhias de Habitação (COHABS) como agentes promotores de habitação popular.
1973	A consolidação do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAB).
1975	A instituição do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFLURB).
1977	A criação do Financiamento de Moradias (FICAM).
1979	A criação do Programa de Erradicação de Favelas. (PROMORAR).
1984	A criação do financiamento da autoconstrução

Fonte: Torres, 2006, p. 121.

Quadro 6 – Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política educacional.

Ano	Ações
1964	Implementação do salário-educação.
1968	Reforma Universitária.
1970	Implantação do Programa de alfabetização (Mobral).
1971	A extensão da escolaridade básica para cinco anos.
1972	A implantação do Livro Didático
1983	O início do processo de vinculação de receitas tributárias para a área de educação

Fonte: Torres, 2006, p. 121.

Quadro 7 – Os avanços no campo dos direitos sociais referente à política de saúde

Ano	Ações
1971	A criação da Central de Medicamentos (CEME).
1974	A implementação em 1974 do Plano de Pronto Ação.
1976	A Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS).
1977	A criação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).
1984	A implantação de Ações Integradas de Saúde.

Fonte: Torres, 2006, p. 121.

Quadro 8 – Os avanços no campo dos direitos sociais referente à assistência social

Ano	Ações
1964	Criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNSABEM).
1972	Criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).
1973	Criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição para o Grupo Materno-Infantil (I PRONAN) .
1976	A constituição do Plano Nacional de Saneamento (PNS)
1977	A constituição do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
1985	A implementação do Programa de Suplementação Alimentar (PSA).

Fonte: Torres, 2006, p. 121.

Quadro 9 – Os avanços no campo dos direitos sociais referente à proteção social

Ano	Ações
1966	Criação do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social (que integrou todos os institutos existentes até aquele momento).
1966	Criação do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (que funciona como fundos para financiar o sistema nacional de habitação).
1974	Criação do Ministério da Previdência Social.

Fonte: Torres, 2006, p.122

Os quadros acima evidenciam a preocupação do governo militar em garantir avanços no campo dos direitos sociais como forma de amortizar a privação dos direitos políticos e civis que eram impostos à população naquele período. (TORRES, 2006)

Além das compensações citadas acima, essas mudanças tiveram a intenção de uma maior racionalidade sobre a burocracia administrativa, almejando-se a redução de custos, a centralização do poder e um maior controle do aparelho da administração pública, numa tentativa de superação dos padrões de proteção social constituída desde o período de 1930 (VIANNA, 1998):

Essa unificação, [...] com o apoio dos tecnocratas, visava reduzir custos, as diferenças, mas não mudando em nada a estrutura real dos Institutos. Era uma racionalização burocrática que somente ofereceu uma resposta mais simbólica que real aos problemas dos trabalhadores (FALEIROS, 1995, p.137).

Essa nova configuração trouxe mudanças significativas ao sistema de proteção social brasileiro. Em um primeiro momento, verifica-se que, nas relações entre os IAPs e os sindicatos, antes de caráter estritamente burocrático, segundo Torres (2006, p.125), “agora ia tomando uma dimensão maior, devido à atuação, ainda que limitada pelo regime político da época, dos partidos políticos e a ampla diversificação na relação capital-trabalho, fruto do processo de industrialização”.

Outra mudança significativa deu-se na implantação do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), em 1975, que se traduz em um intenso processo de “medicalização” da Previdência Social. É nesse momento que os gastos com a assistência médica passariam a consumir a maior parte do orçamento da área, sem possuir uma receita tributária específica para equilibrar estes novos gastos (TORRES, 2006).

Nesse período, o Estado adota o discurso de valorização da educação, que permaneceria apenas na retórica governamental, pois as verbas destinadas à educação pública eram escassas, uma vez que o próprio governo destinava grande montante de verbas para o setor privado da educação, direcionando esforços para a “privatização” do ensino público. Entretanto, sob o ponto de vista político, o Estado sempre esteve atento à educação, principalmente com relação às ações de repressão de professores e alunos contrários ao regime, buscando-se de alguma forma extinguir a crítica social e política manifestada por esses grupos. A educação esteve também fortemente subordinada ao sistema de produção capitalista, no qual a Teoria do Capital Humano orientava as teorias pedagógicas com grande ênfase na pedagogia tecnicista (ZOTTI, 2004; SAVIANI, 2007).

O ensino primário de caráter obrigatório estava a serviço dos interesses das classes dominantes, uma vez que as disciplinas como Educação Moral e Cívica (*EMC*) e Educação Física (*EF*), que outrora já estiveram a serviço da ideologia conservadora de Vargas, nesse momento passam a ser importantes instrumentos de controle sobre os estudantes brasileiros. A prática da Educação Física, por exemplo, tinha como função desviar as atenções e as energias dos estudantes, evitando assim a disposição dos mesmos à prática política numa concepção militarista. (ZOTTI, 2004).

Em relação à *EMC*, esta tinha como ênfase o ensino dos símbolos da pátria e ia ao encontro da padronização nacionalista imposta pela ditadura militar, visto que seu conteúdo deveria estar centrado na comunidade. Se, por um lado, celebrava e condensava todos os interesses da direita no país (elites industriais nacionais), por outro lado condenava os “diferentes” e os “desviantes”, os quais se mostravam contrários aos modelos econômicos e políticos impostos ao país naquele momento. O ensino secundário não esteve tão distante desta realidade, visto que os pareceres definidos pelo Conselho Federal de Educação e ratificados pelo MEC ficavam evidentes no discurso democrático e libertário nos documentos oficiais, fatos estes que demonstravam total incoerência com a realidade política do momento (ZOTTI, 2004).

O Decreto nº 58.023, de 21/03/1966, define as normas para o ensino da Educação Moral e Cívica em todo o país. O estímulo e a responsabilidade da prática desta disciplina passam a ser do Departamento Nacional de Educação - órgão do MEC (art.1º). Os objetivos desta disciplina visam despertar, nos educandos e no povo em geral, o sentimento de apreço à Pátria, o respeito às instituições e à família, a obediência às leis e a fidelidade ao trabalho (art.2º). Em relação ao ensino da Educação Moral e Cívica, este cabe a todos os professores, principalmente àqueles da área de humanidades - linguagens, geografia, história - (art.3º) (ZOTTI, 2004).

O uso dos meios de comunicação de massa também foi convocado à formação cívica, sendo esta um instrumento enriquecedor para as Programações (art.4º). O cumprimento do Decreto foi deixado a critério dos professores e diretores de escola. Por esse motivo, pouca coisa foi feita para cumprir essas determinações, pois eram contrárias ao sentimento da maioria da população, pessoas vitimizadas pela exploração política e econômica (ZOTTI, 2004).

No entanto, o Projeto de Lei nº 770/67, da Câmara dos Deputados, e, principalmente, o Parecer nº 640/68, tornavam obrigatório o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica, o que culminaria no Projeto de Lei nº 869, de 12/09/1969, que tornava obrigatório o ensino desta disciplina em todos os graus e modalidades de ensino no país, e ainda a criação da disciplina Organização Social e Política Brasileira (*OSP*B), para o ensino médio (art.3º §1º) (ZOTTI, 2004). Ainda segundo ele (2004, p. 153), “com esse decreto, é alcançado o objetivo dos setores militares mais extremistas de oficializar e controlar a educação moral e cívica do povo para garantir a reprodução da ideologia dominante.”

Nesse período de governo militar, segundo Zotti (2004) ficou comprovada a dicotomia entre o discurso oficial e a realidade nacional. Se, por um lado, observávamos um discurso libertário e democrático por parte dos órgãos oficiais de imprensa, por outro lado, as disciplinas como OSPB e EMC atuavam como braço direito da ditadura, divulgando ideias que nada condiziam com a realidade que o país vivenciava:

O país não escolhia o seu caminho, porque o povo não tinha voz, nem vez. O caminho não era uma escolha, era uma imposição. Democracia? Essa palavra só existia nos discursos e nos documentos oficiais. Moral e civismo? Significaram tortura, censura, imposição, decretos... Nesse caminho, o Conselho Federal de Educação resolve estabelecer algumas diretrizes para garantir que os alunos, dos diversos cursos e graus de ensino, não saíssem da escola sem ter recebido o “saudável influxo da Educação Moral e Cívica” (ZOTTI, 2004, p. 154).

A Lei nº 5.692/71, idealizado desde 1968, consistia em uma tentativa do governo militar de solucionar o problema da demanda de vagas para o ensino superior, pois a reforma universitária proposta na época não solucionaria. Tornava-se necessário, desse modo, equacionar também as problemáticas dos ensinos de primeiro e segundo graus. A lei busca compatibilizar os três níveis de ensino de acordo com a realidade social e econômica em que o país se encontrava (ZOTTI, 2004).

O ensino, agora, estava organizado em primeiro e segundo graus, mas seus objetivos, no que se referem aos fins da educação, não sofreram grandes alterações, se compararmos com a Lei nº 4.024/61. Em seu artigo 1º, tanto a Lei nº 4.026/61 quanto a Lei nº 5.692/71 não apresentavam grandes mudanças, ficando apenas a sistematização do ensino em 1º e 2º graus e mantendo seus objetivos, que não sofreram alterações:

Art. 1º. – O ensino de 1º. e 2º. grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (ZOTTI, 2004, p.163.).

A reforma educacional proposta pela Lei nº 5.692/71 teve como característica principal a não ruptura dos objetivos educacionais propostos na legislação anterior, pois seus objetivos vinham ao encontro da realidade socioeconômica do país naquele momento. No entanto, sob o ponto de vista político-organizacional, o sistema educacional foi plenamente reorientado.

Em relação à questão organizacional do sistema de ensino, a escolaridade obrigatória passa dos quatro anos para oito anos e recebe a denominação de 1º Grau. Já

o 2º Grau passaria dos quatro anos para três anos. Essa ruptura nos padrões educacionais visava acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro, no ideal do “Brasil potência”, uma vez que a baixa escolarização da população assalariada era considerada um entrave a nosso desenvolvimento (ZOTTI, 2004).

O currículo passa agora a ter uma *base nacional comum* e uma parte *diversificada* para atender às necessidades locais dos alunos. A matriz curricular da base nacional comum continuava sendo função do Conselho Federal de Educação (CFE). Já os Conselhos Estaduais elaboravam uma matriz curricular para a parte diversificada. Dentro dessa matriz (rol de disciplinas escolares), caberia às escolas escolherem aquelas que mais atendessem às suas necessidades. Caso fosse necessário, outras disciplinas que não constavam na lista teriam que passar pela aprovação do respectivo Conselho (ZOTTI, 2004).

A Lei nº 5.692/71, segundo ZOTTI (2004), possui um caráter centralizador e de detalhamento técnico, evidenciando a tendência tecnicista que orientou as publicações e ações educacionais daquele período, sem deixar de mencionar seu caráter profissionalizante, uma vez que caberia ao ensino de primeiro grau a sondagem das aptidões dos alunos, e ao segundo grau sua habilitação profissional em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local e regional:

Fica evidente o objetivo central da educação, que é voltado para as necessidades do mercado de trabalho e calcado na Teoria de Capital Humano. Verificamos nessa composição curricular a ênfase no ensino tecnicista, profissionalizante, já desde as séries finais do 1º. Grau, visando transformar a educação em um braço do capital, no intuito de servir as suas necessidades (ZOTTI, 2004, p.166).

Sob o ponto de vista político, as reformas buscavam a legitimação do governo militar junto à sociedade, produzindo uma aparente igualdade de oportunidades, neutralizando-se, assim, as relações de conflito entre as classes:

Assim, o Estado buscava ampliar e consolidar sua posição, mascarando as desigualdades, através da demonstração de “interesse” pelo ensino de 1º. e de 2º. Graus, no intuito de “melhorar” as condições de vida do povo (ZOTTI, 2004, p.164).

A crise econômica dos anos 80 culminou com o fim da ditadura militar, em 1985, iniciando o processo de redemocratização brasileira e, ainda, revelando a fragilidade do sistema de proteção social institucionalizado no período anterior. O

processo constituinte de 1988 teria como ímpeto a necessidade premente de reforma do sistema:

A Constituição Brasileira de 1988 consagrou a expressão Seguridade Social, até então oficialmente inexistente, para consignar um padrão de proteção social que se queria abrangente e redistributivo, de certa forma coroando um ciclo de críticas e debates que desde fins dos anos 70 se desenvolvera em torno da Previdência. [...] O conceito de seguridade, a universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade dos benefícios, a seletividade e a distributividade da proteção, a irredutibilidade dos valores pagos, a equidade na forma de participação no custeio, a diversificação da base de financiamento, o envolvimento da comunidade nas decisões e o caráter democrático e descentralizado da gestão foram princípios inscritos na Carta que, sem dúvida, responderam aos anseios mudancistas manifestos por vários segmentos da sociedade (VIANNA, 1998, p.130).

Contudo, ressalta Vianna (1998, p.130-131) que “o sistema de proteção social brasileiro vem na prática demonstrando intenso processo de “americanização” da seguridade social, de caráter perverso, pelo “alto”, onde a seletividade e exclusão prevalecem”, e ainda:

[...] a modernização realizada pelo autoritarismo implantado em 1964 pavimentou simultaneamente os caminhos da universalização e da seletividade; [...] o “fracasso” das reformas operadas no pós-autoritarismo [...] num país onde se encontram ausentes os elementos responsáveis pelo consenso a respeito da “concepção européia” de Welfare State.

O mesmo é observado nas reformas na área de saúde, no país:

O Sistema Único de Saúde, teoricamente universal, é seletivo na prática. Aí reside uma primeira distorção, pois o americano é *institucionalmente* seletivo. Isto significa a existência de normas que regulamentam o acesso aos estabelecimentos públicos, restringindo-os aos pobres. No Brasil, embora o sistema público tenha se deteriorado, certos procedimentos de excelência – bem como tratamentos de longa duração ou alta especialização – ainda se encontram predominantemente sob sua guarda. E a eles não chegam os pobres e sim aqueles cujas posições de poder em relações pessoais garantem o ingresso privilegiado (VIANNA, 1998, p.143).

Podemos observar que nesse período histórico de consolidação institucional das políticas sociais no país temos, inicialmente, a introdução e a consolidação institucional dessas políticas e, num segundo momento, ocorrerá a expansão das mesmas, porém de maneira massificada e fragmentada. (TORRES, 2006)

Notamos que, no tocante aos aspectos históricos da política social brasileira, não houve grandes transformações estruturadas, ao longo da história, no enfrentamento da

questão social, uma vez que, desde sua institucionalização, manteve-se seu caráter excludente e seletivo.

Fato evidente, não só nas políticas de saúde, conforme apontado por Torres (2006), mas também nas demais políticas de bem-estar social, é que as ações pontuais e residuais do sistema de proteção social no Brasil alimentam o debate sobre o possível fracasso do “*Welfare State Clássico*” no país, nos moldes propostos nos países capitalistas mais desenvolvidos.

No que tange à educação, esse momento foi caracterizado por grandes e significativas transformações. O ensino, agora, busca não mais a formação obrigatória para o trabalho e sim a formação para o mundo do trabalho de cunho humanista, privilegiando, exclusivamente, a vida humana e não mais a produção e reprodução material. Novamente, observamos o embate curricular entre humanidades e científico, nesse momento em que o currículo volta a privilegiar o caráter humanista em detrimento do científico (ZOTTI, 2004).

Quanto ao currículo, até 1986, o núcleo comum dos ensinos de 1º e 2º graus estava baseado na Resolução do CFE nº 08/71, sendo parte integrante do Parecer nº 853/71 (ZOTTI, 2004). Após 1986, o plano de educação básica da Nova República altera o núcleo comum pelo Parecer nº 785/86 e pela Resolução nº 06/86 do CFE. Com o slogan “educação para todos”, o governo Sarney tem como proposta educacional resgatar uma “dívida social” decorrente de anos a fio de políticas antidemocráticas e de injustiças sociais, como se esse resgate, naquele período, fosse tão importante quanto a “dívida externa” brasileira:

[...] pós Ditadura Militar, visto que, mesmo alterando-se a conjuntura política com o advento da Nova República, há uma continuidade das questões públicas, apesar do discurso democrático. Na essência, as questões relacionadas às políticas sociais, especialmente à educação, tiveram continuidade (ZOTTI, 2004, p.197).

Um passo importante para efetivar a assistência social no campo das políticas públicas brasileiras, de caráter universal e não contributivo, foi a promulgação da Carta Magna de 1988:

Em seu artigo 203, a Constituição enumera como sendo os objetivos da política de assistência social a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; tenta garantir também amparo às crianças e adolescentes carentes, estimular a promoção da integração ao mercado de

trabalho, promover a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e sua integração na vida comunitária (TORRES, 2006, p. 147).

E, ainda:

A Assistência Social, definida no texto constitucional como política pública da Seguridade Social, foi posteriormente regulamentada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que estabelece princípios doutrinários e organizativos, dentre eles o de descentralização, de democratização, de equidade, de complementaridade entre o poder público e a sociedade, e, ainda, que a Assistência Social deve realizar-se “de forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais”, conforme o parágrafo único do seu art. 2º (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEAS, maio/2001).

Para que possamos compreender a assistência social brasileira pós-constituente, faz-se necessário observarmos alguns fatos importantes. Verifica-se a crescente vulnerabilidade social da grande parcela da população e das demandas sociais historicamente reprimidas. Observa-se, também, a crescente falência em nível mundial dos modelos clássicos de proteção social. Os processos de universalização dos direitos sociais no país, necessários à consolidação da democracia, aceleraram ainda mais o processo de falência no caso brasileiro e, ainda, temos a crescente importância que vem sendo atribuída à família, principalmente quanto às formas alternativas de complementação de renda. Estes são os fatores que moldam a assistência social brasileira na contemporaneidade. No que tange à educação, observamos que a maioria das “reformas educacionais” ocorreram inicialmente de maneira localizada e institucionalizada para, em seguida, ocorrer uma expansão fragmentada sempre voltada a atender às necessidades das elites brasileiras, que moldaram as políticas educacionais no país. Contudo, o desenvolvimento econômico, político e social pelo qual passou o país nas últimas décadas impôs às políticas educacionais seu papel fundamental na consolidação da democracia brasileira que é a de emancipação humana⁹.

A emancipação humana constitui as bases de sustentação e consolidação da democracia no país; a institucionalização, por si só, dos direitos sociais mínimos, como educação, saúde e assistência social não é suficiente para garantir a democracia. O

⁹ Sobre a emancipação humana afirma Vieira (2005): Será apenas com Marx que o conceito de emancipação se libertará do Estado. Aliás, com ele o significado do conceito passa a ser precisamente o de libertar-se do próprio Estado e de suas instituições, como o direito. A superação do Estado, o *aufhebung*, constitui o momento máximo da emancipação – e não apenas da emancipação política, que é apenas uma etapa de algo maior, a emancipação humana[...] o que importa ressaltar é que em Marx a emancipação é sempre um processo auto-reflexivo, auto-executável. Em outras palavras, a emancipação é sempre auto-emancipação, mesmo que estejamos falando de sujeitos coletivos, como ‘os judeus’, ‘os cidadãos’ ou ‘a humanidade’. (p.6)

acesso a esses direitos deve ser garantido a todos e não a uma pequena parcela da sociedade, com nossa pesquisa demonstrou.

É nesse contexto que as políticas de transferência de renda (PBF) desempenham uma função única, a de unir o acesso aos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 a uma renda mínima necessária para a reinserção no mercado consumidor, das famílias pobres e historicamente excluídas da vida cidadã.

3 – A RENDA MÍNIMA DE INSERÇÃO E AS CONTRAPARTIDAS SOCIAIS - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES RENDIMENTO ESCOLAR DOS BENEFICIÁRIOS

Esta seção está dividida em três partes. A primeira busca a discussão da renda social mínima de inserção social, suas contrapartidas sociais e os impactos causados na teoria clássica do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), uma vez que foi esta política de distribuição de renda, de origem francesa, que inspirou as políticas sociais de transferência de renda brasileiras, iniciadas no governo FHC, até a criação do Programa Bolsa Família, pelo governo Lula. Entender o funcionamento do Programa Bolsa Família e os mecanismos de controle de suas condicionalidades é o assunto que discutiremos na segunda parte. Essa compreensão nos levará a possíveis análises de distorções nos resultados esperados na quarta seção de nosso trabalho e, finalmente, na terceira parte faremos uma discussão sucinta sobre o rendimento escolar dos beneficiários inseridos no Programa e quais os parâmetros para sua mensuração.

3.1. A renda social mínima e a contrapartida social

A garantia de um padrão de renda mínima à população pobre, apta ao trabalho, mas excluída do acesso ao trabalho estável, foi implantada inicialmente na França, como uma política de Renda Mínima de Inserção (RMI), com o ideal de ser estabelecer uma nova “ordem social”:

Na atualidade, o caso francês é emblemático por ter representado uma das primeiras políticas de garantia de mínimos sociais na concepção contemporânea. Desde 1988, o país implementa de forma efetiva uma renda social mínima de caráter universal e não-contributivo, antecipando-se inclusive aos demais países-membro da Comunidade Econômica Européia (TORRES, 2007, p. 6).

A RMI francesa, de caráter universal e não-contributiva, representa uma dissociação entre *renda e trabalho* e uma ruptura entre o *econômico* e o *social*. Tal fato retoma a discussão sobre o real valor e a real função clássica da categoria trabalho, como núcleo organizador da sociedade contemporânea e principalmente na relação trabalho e produção:

Com o desenvolvimento tecnológico, a produção pode ocorrer independentemente do trabalho humano, permitindo que a constituição das rendas se desvincule, mais e mais, da atividade produtiva (SILVA E SILVA, 1997, p. 19).

Ainda a respeito da política francesa, Ferreira (1997) cita: “O RMI não é apenas mais um Programa social; ele é um indicador das possibilidades do futuro do Estado social, em um contexto que não é mais de quase pleno emprego e onde a seguridade social generalizada está ameaçada”

Com relação à Renda Mínima de Inserção, da França, é estabelecido um novo paradigma contemporâneo de garantia aos mínimos sociais. Afirma SCHERER (1997, p. 90) que:

Desde sua origem, a RMI francesa tem uma perspectiva inovadora, o duplo direito: a uma renda mínima e à inserção no mundo do trabalho e na sociedade dos usuários demandantes. Além disso, contrapõe-se à idéia puramente econômica da pobreza, reconhece a sua multidimensionalidade e procura vincular a esfera pública com a individual, visando obter a inserção dos usuários no mundo do trabalho e na sociedade. A particularidade desta proposta reside no fato da participação direta dos próprios usuários em seu processo de inserção. Com efeito, esta particularidade é, sem dúvida, a principal diferença entre a primeira geração de salários sociais existentes na maioria dos países europeus (como mero direito universal), e a segunda geração que contempla a declaração explícita do usuário de comprometer-se

pessoalmente, mediante um contrato, na sua inserção no mundo do trabalho e na sociedade.

Segundo Torres (2007), a inserção social pode ser compreendida como uma tentativa de superação do modelo puramente assistencial das demais práticas relacionadas à garantia de mínimos e à noção de caridade cristã. Estabelecida mediante um contrato e pressupondo, portanto, a existência de uma contrapartida a ser cumprida pelo indivíduo beneficiado, a renda mínima francesa parte de um dispositivo que almeja contemplar, ao mesmo tempo, a alocação monetária e a inserção profissional da população beneficiada.

A inserção profissional do beneficiário constitui-se na grande lógica da política de renda mínima:

No caso francês, as formas de (re)inserção do indivíduo podem se dar por diversos meios: participação em Projetos comunitários, capacitação em oficinas de profissionalização e requalificação profissional, ou mesmo trabalhos voluntários em instituições públicas e/ou filantrópicas. No caso brasileiro, geralmente a contrapartida é estabelecida na responsabilização das famílias para com a educação de seus filhos e o acompanhamento dos mesmos na rede pública de saúde (TORRES, 2007, p. 06).

Ainda ressalta Ferreira (1997, p. 39) que:

Ao articular concessão de renda mínima e inserção como uma espécie de contrapartida, o RMI pode ser situado entre a assistência e os seguros sociais, entre o trabalho e o não-trabalho, e a inserção pode ser interpretada como uma maneira de valorizar e legitimar atividades não produtivas.

O acesso a um trabalho estável apresenta efeitos limitados devido à própria dificuldade econômica de se criar novos postos de trabalho, sobretudo no contexto atual de aceleração da chamada *reestruturação produtiva*, a qual é intensificada com os processos de globalização econômica e financeira que envolve parcelas consideráveis dos países capitalistas ocidentais. Ferreira (1997, p.40) ainda ressalta:

Isto não quer dizer que o RMI não vem conseguindo lutar contra a exclusão [...] o RMI provoca certa inserção social, na medida em que garante o acesso dos beneficiários a direitos sociais dos quais eles estavam excluídos antes de ascender ao RMI.

Algumas reflexões são importantes no caso da RMI francesa. Trata-se de uma política de inserção sem referência ao trabalho, se buscarmos entendimento sob o

paradigma da sociedade industrial. A reinserção dos beneficiários no mundo do trabalho dá-se pela lógica da inserção pela cidadania, reconstruindo sua identidade social por meio de uma atividade não necessariamente ligada a um tipo de trabalho estável. Essa inserção consiste na garantia, por parte dos beneficiários, a direitos sociais dos quais estavam excluídos anteriormente.

A inserção social está aqui representada como uma forma de legitimação do direito a uma renda mínima, sem que obrigatoriamente encontre referência em uma atividade economicamente produtiva. Essa inserção também representa uma dissociação, estrutural e histórica, no parâmetro que a categoria trabalho representa para os atuais sistemas de proteção social, os quais são estruturados na lógica assistência /seguros sociais (TORRES, 2007).

A renda social mínima foi concebida como um direito, mas a exigência da contrapartida por meio da participação em Programas de inserção constitui um paradoxo no debate sobre o que se entende como cidadania na sociedade contemporânea, como ressalta Torres (2007).

A RMI está representada no Brasil pelo Programa Bolsa Família, constituído pela unificação de cinco Programas de transferência de renda, exigindo-se das famílias como contrapartida, matrícula e frequência de seus filhos em uma escola pública, sob rígido controle das autoridades locais. Para os demais membros das famílias, cabe a participação em atividades de caráter socioeducativo e/ou profissionalizante, e, ainda, a obrigação de participarem de Programas de saúde vinculados ao SUS - Sistema Único de Saúde.

A inserção social, nesse caso, faz-se por meio da obrigatoriedade da contrapartida, a qual cumpre o papel da legitimação dos gastos sociais desenvolvidos (desembolsados) no Programa. Essa concepção de inserção social via contrapartida contrapõe-se à ideia clássica de ajuda pelo trabalho (*Workfare*¹⁰), onde o trabalho justificaria os gastos sociais desenvolvidos nos Programas de assistência ao trabalhador (TORRES, 2007).

Esses fatos nos levam a reinterpretar os direitos sociais dentro de uma perspectiva contratualista, que por si só articula direitos e obrigações. Trata-se de uma relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade, onde o contrato denota as

¹⁰ *Workfare*: “O acesso a direitos sociais dentro de uma perspectiva “contratualista”, que tenta articular direitos e obrigações” (TORRES, 2006).

obrigações do indivíduo para com a sociedade. Esse contrato legitima, por sua vez, todas as despesas empenhadas com as políticas sociais contemporâneas:

[...] em nosso caso, a contrapartida educacional exigida na política social de renda mínima brasileira indica a educação dos filhos como componente da responsabilidade social do indivíduo, o que, até de certo modo, já está exposto como princípio na Constituição Federal em seu art. 205 – “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” (TORRES, 2007, p. 9).

Torres (2007) ainda afirma que:

Assim, segundo Rosanvallon (1995), a implantação de um novo Estado-providência, ou seja, a superação do atual Estado Social passivo que não estabelece obrigações contratuais, sobretudo nas políticas de assistência social, constituir-se-ia num dos elementos essenciais para a resolução da crise da modernidade, que carece de soluções palpáveis e eficazes para o enfrentamento da questão social contemporânea (p. 10).

Dessa maneira, uma profunda reforma de caráter conceitual e estrutural dos direitos sociais torna-se necessária e exige obrigações positivas que rompam de vez com a noção de sociedade caritativa, tão arraigada na história dos direitos sociais brasileiros.

A nova questão social necessita, para seu enfrentamento, de uma reformulação dos paradigmas do pensamento social clássico:

Podemos perceber que os antigos parâmetros teórico-conceituais sobre o estabelecimento e a garantia de mínimos sociais tomam novas configurações e interpretações em praticamente todas as áreas das ciências humanas e sociais. Rediscutir, portanto, os direitos sociais e as bases de sustentação do atual padrão de Welfare State, requerem, decerto, um esforço imenso das ciências econômicas, da sociologia, da teoria política, da teoria da educação, das ciências jurídicas, da antropologia e da filosofia, enfim, um esforço multidisciplinar do pensamento social contemporâneo (TORRES, 2007, p. 10).

O Programa Bolsa Família, desse modo, caracteriza-se como uma política de transferência de recursos financeiros, por parte da sociedade, a indivíduos, independentemente de sua contribuição na produção direta da riqueza social, ou seja, seria o direito a uma renda sem necessariamente ter desenvolvido um trabalho de forma direta. Assim, esse modelo contraria a ideia do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) de caráter “clássico”, cujo direito irrestrito a certos benefícios sociais, ainda que algumas vezes de forma excludente e hierarquizada, estaria acessível apenas a indivíduos, que teriam “contribuído” anteriormente para o sistema de seguridade social.

Podemos observar um novo padrão de assistência social no qual, que, ao contrário do modelo clássico, as famílias atendidas necessitam apresentar uma contrapartida social.

3.2 – O Programa Bolsa Família e suas condicionalidades

A medida Provisória nº 132, de outubro de 2003, instituiu o Programa Bolsa Família, que foi criado a partir da unificação de vários Programas federais de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) para auxílio das famílias pobres. Este Programa tem o objetivo de combater a miséria e a exclusão social, garantindo também o acesso aos direitos básicos, do ponto de vista social, tais como: à saúde, à alimentação, à educação e à assistência social:

Uma das características centrais do Programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. O Bolsa Família tem dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. Uma das novidades do Programa em relação a iniciativas similares anteriores foi a unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) em um único Programa. O objetivo da unificação foi garantir maior agilidade na liberação do dinheiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos (WEISSHEIMER, 2006, p. 25).

Gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), juntamente com Estados e Municípios e Caixa Econômica Federal (CEF), cabe aos municípios o cadastramento e atualização das famílias na base de dados do Cadastro Único, e ainda o acompanhamento das ações condicionais (contrapartidas) necessárias para o recebimento dos benefícios por parte das famílias. Assim, com base no Cadastro Único, o MDS seleciona as famílias que serão beneficiadas. A CEF é o agente operador do cadastro e do pagamento dos benefícios e a fiscalização ou controle social é realizado por uma comissão municipal intersetorial e paritária. Assim, as corresponsabilidades entre os entes federados são uma característica muito importante a esse novo sistema público de transferência de renda:

Portanto, a unificação dos Programas de Transferência de Renda, mediante a criação do Bolsa-Família, situa-se no âmbito da prioridade de combate à fome e à pobreza, representando, no entendimento de seus idealizadores, uma evolução dos Programas de Transferência de Renda, ao incluir a perspectiva da responsabilidade partilhada entre a União, estados e municípios num único Programa, representando um passo adiante e importante no campo das Políticas Sociais (SILVA E SILVA, 2004, p. 136).

Os condicionantes para o recebimento dos benefícios constituem ações destinadas ao desenvolvimento e à sustentação da autonomia¹¹ das famílias pobres atendidas pelo Programa:

As famílias devem participar de ações no acompanhamento de saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças no ensino fundamental e participar de ações de educação alimentar (WEISSHEIMER, 2006, p. 26).

Para garantir o acesso do educando à escola e principalmente a permanência do mesmo, o Programa Bolsa Família visa garantir os mínimos sociais à população carente. Esses mínimos garantiriam as condições socioeconômicas mínimas para a manutenção plena do educando em sua trajetória educacional (TORRES, 2007).

Apesar de mínimos sociais, na história das políticas sociais brasileiras, não serem tão recentes, foi no período pós-Constituição de 1988 que sua discussão foi ampliada na agenda política do país. O estabelecimento desses mínimos está diretamente relacionado ao atendimento às necessidades básicas do cidadão moderno:

Muito embora, na história das políticas sociais, não sejam tão recentes os primeiros registros que contemplam os mínimos sociais como forma de atendimento às necessidades básicas do cidadão moderno, no caso brasileiro é no período pós-Constituição de 1988 que essa discussão assumiria parcela significativa da agenda política nacional (TORRES, 2007, p.1).

O artigo 206 (item I) da Constituição Federal de 1988 disciplina que “o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” Segundo Torres (2007), devemos considerar a inter-setorialidade no planejamento das políticas governamentais. Desta forma, a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) prevê que:

¹¹ Segundo Weissheimer (2006), o Bolsa Família tem dois objetivos básicos: Combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias pobres, associando a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. Então a emancipação se daria, segundo o autor, pelo acesso a direitos sociais básicos e a uma renda mínima necessária para promover o desenvolvimento socioeconômico das famílias em estado de insegurança alimentar, sendo reinseridas no mercado consumidor e interrompendo o ciclo da pobreza ao qual estão submetidas estas famílias (p.39).

Art. 1º. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado são Políticas de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (TORRES, 2007, p.1).

O BFA é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza:

[...] o Bolsa Família é um Programa federal de transferência direta de renda destinada às famílias em situação de pobreza (renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e de extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00) (BRASIL, 2010).

Ainda sobre os critérios e elegibilidade, o MDS esclarece que:

As famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa, podem participar do Bolsa Família - qualquer que seja a idade dos membros da família (BRASIL, 2010).

Como consequência da baixa renda *per capita*, essas famílias estariam excluídas dos direitos sociais básicos garantidos por lei e principalmente do mercado de consumo, aumentando o ciclo da pobreza e agravando, ainda mais, a situação de exclusão social. Dessa forma, as condicionantes estabelecidas pelo BFA teriam uma função primordial, a de oferecer o acesso aos direitos sociais básicos e a transferência monetária garantiria os recursos necessários para que essas famílias possam ser novamente inseridas na sociedade de consumo, interrompendo ou reduzindo o ciclo da pobreza e exclusão social (WEISSHEIMER, 2006 e TORRES, 2007).

O Programa atende a dois tipos de famílias: aquelas em situação de extrema pobreza (com renda mensal *per capita* de até R\$ 70,00), sendo o benefício pago a essas famílias mesmo que elas não tenham filhos, e aquelas em situação de pobreza (com renda mensal de até R\$ 140,00 *per capita*), e, caso tenham filhos de 0 a 15 anos, o benefício variável é calculado pelo número de filhos de até 15 anos, não ultrapassando três benefícios. Às famílias pobres com filhos - crianças e jovens de 16 ou 17 anos incompletos -, o benefício variável está vinculado ao adolescente BVJ – Benefício Variável Jovem -, não ultrapassando dois benefícios. Os benefícios podiam ser de R\$ 22,00 para cada filho de 0 a 16 anos e de R\$ 33,00 por filho de 16 ou 17 anos incompletos, podendo ser de dois tipos: fixo ou variável.

A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda *per capita* da família (BRASIL, 2009).

No ano de 2009, observa-se que o benefício poderá variar de R\$ 22,00 a R\$ 200,00¹², de acordo com a renda mensal por pessoa da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 ou 17 anos incompletos, devidamente matriculados numa unidade escolar pública:

O **Benefício Básico, de R\$ 68,00** (sessenta e oito reais), é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 70 (setenta reais) por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens). O **Benefício Variável, de R\$ 22,00** (vinte e dois reais), é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 66,00 (sessenta e seis reais). O **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 33,00** (trinta e três reais), é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) (BRASIL-2009).

Além de estabelecer valores bem definidos para os benefícios, o Programa apresenta as seguintes características:

- Proteção à família e não só ao indivíduo;
- Aumento do valor médio dos benefícios pagos;
- Simplificação da gestão, unindo todos os Programas em apenas um;
- Exigência de um maior compromisso (responsabilização) das famílias atendidas;
- Potencialização das ações do governo, articulando-se a União, os estados e os municípios. (BRASIL, 2009)

O Programa apresenta contrapartidas para que as famílias possam receber o benefício, como:

- Manter atualizada a carteira de vacinação dos filhos;
- Comprovar a presença dos mesmos na escola;
- Frequentar as unidades de saúde da rede pública;

¹² Esse valor é calculado caso a família receba o Benefício Básico (R\$ 68,00) e tenha três filhos de 6 a 15 anos matriculados e frequentando o ensino básico (R\$66,00) e ainda dois filhos de 16 a 17 anos matriculados e frequentando o ensino básico (R\$66,00), totalizando, assim, R\$200,00, que corresponderiam ao benefício máximo.

- Quando oferecidas, participar de atividades de orientação alimentar e nutricional, de Programas de alfabetização, de cursos profissionalizantes (janelas de saída), etc. (BRASIL, 2009)

Além destas características, outra merece destaque. O MDS, por meio de estudos realizados na PNAD com famílias atendidas pelo Programa, identificou diferentes perfis de pobreza e, de acordo com eles, buscará ações que visarão atender a cada grupo de maneira distinta e diferenciada:

Essas pesquisas constataram que há um grupo de famílias em situação de pobreza estrutural, com baixa escolaridade, habitação precária e saneamento precário, geralmente chefiadas por mulheres. Há ainda as famílias novas, formadas a partir de outras famílias de baixa renda. E há um outro grupo de famílias, mais estruturadas, que têm alguma renda e são atendidas com o benefício variável de R\$15 ,00 por possuírem crianças na escola. O atendimento diferenciado, considerando tais diferenças, passaria, inclusive, pela definição de tempos-limite para a permanência no Programa (WEISSHEIMER, 2006, p. 41).

Assim, o MDS já atende às famílias com filhos até a finalização do ensino médio e famílias sem filhos durante um período entre cinco e dez anos. Cessado o período, essas pessoas seriam inseridas em políticas públicas voltadas para a garantia de direitos e para a inserção no mercado de trabalho, condição esta atingida por meio das chamadas “portas de saída da pobreza”.

A respeito das portas de saída da pobreza, esclarece Weissheimer:

Promover o desenvolvimento socioeconômico das famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, desenvolver ou mesmo criar dignidade capaz de levar a algo que possa ser chamado de cidadania. Esse é o caminho para a saída do Bolsa Família. (p.39)

Sem dúvida alguma, o grande objetivo deste Programa de transferência de renda é fazer com que as famílias não dependam mais dele, buscando a autonomização das mesmas, rompendo-se o círculo vicioso de reprodução da pobreza entre as gerações. O caminho de saída do BFA pode levar até décadas, mas o caminho de entrada no Programa é bem conhecido:

[...] décadas - e mesmo séculos - de uma política patrimonialista, de apropriação privada do Estado, de exclusão da imensa maioria da população não apenas do mercado produtivo, mas de um sentimento mínimo de pertencimento a uma comunidade, a algo que mereça o nome de país (WEISSHEIMER, 2006, p. 40).

Segundo Weissheimer (2006), os levantamentos do PNAD-2004 e do IBGE feitos em 2004 apontam uma redução na quantidade de famílias em estado de miséria, devido à atualização no limite para R\$120,00 naquele período e às melhorias na renda dos mais pobres. O MDS estimava que 100 mil famílias deixassem de ser atendidas por terem saído da faixa da pobreza. Então, teríamos uma redução dos atuais 11,2 para 11,1 milhões de famílias beneficiárias, com um investimento de R\$ 8,3 bilhões no Programa em 2006. Assim, de acordo com o relatório anual de gestão da SENARC (Brasil, 2005), o governo federal tinha a projeção de atingir 11,2 milhões de famílias beneficiadas até o final de 2006, tendo sido essa meta praticamente atingida no decorrer do ano de 2008, com expectativas de investimentos para essa área em torno de R\$ 16,5 bilhões.

Atualmente, 1,3 milhões de novos lares foram incluídos no BFA, que já atende a 12,4 milhões de domicílios. A expectativa do MDS é chegar a 12,9 milhões de famílias em 2010. A ampliação foi planejada para atender à estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base no Mapa de Pobreza, o orçamento destinado ao BFA para 2010 prevê investimentos da ordem de 12 bilhões de reais, um bilhão a mais que o previsto para 2009 (BRASIL, 2010).

O Programa oferece, às famílias atendidas, meios para que possam atingir a autonomia e a integração ao mercado de trabalho, ampliando-se a capacidade de geração de renda para seus membros. Tudo isso, se efetivamente consolidado em ações práticas, indicaria as reais possibilidades para a melhoria das condições sociais do grupo familiar, provocando-se uma suposta ruptura do círculo vicioso de reprodução da miséria, o que acarretaria o aumento da escolaridade dos mais pobres por meio da obrigatoriedade das contrapartidas do Programa.

As contrapartidas educacionais exigidas das famílias beneficiadas pelo Programa BFA são:

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola;
- Garantir a frequência de no mínimo 85% das aulas a cada mês. Se houver falta às aulas, é preciso informar à escola e explicar a razão;
- Garantir a frequência, dos adolescentes de 16 ou 17 anos, de no mínimo 75% das aulas a cada mês, e também é preciso informar à escola sobre a falta e explicar a razão da baixa frequência;
- Informar ao gestor do Programa na prefeitura sempre que alguma criança mudar de escola.

O Programa ainda ressalta aos pais a importância na participação da vida escolar de seus filhos:

- Acompanhando o aprendizado das crianças;
- Conversando sempre com o professor;
- Comparecendo às reuniões na escola (BRASIL, 2009).

O acompanhamento das condicionalidades é realizado de forma conjunta pelo MDS, MEC e Ministério da Saúde. Nos municípios, esse acompanhamento deve ser feito de forma articulada entre as áreas de Assistência Social, Saúde e Educação. Os objetivos do acompanhamento das condicionalidades são:

- Monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do Programa;
- Responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais excluídas e vulneráveis;
- Identificar, nos casos de não-cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade, e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias (BRASIL, 2009);

Para realizar o registro das informações de saúde e educação, os municípios dispõem de sistemas específicos para cada área, os quais são acessíveis por meio da internet. Veja o que demonstra o quadro a seguir:

Quadro 10 - Sistema de monitoramento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Área/Setor	Sistema/URL	Período de acompanhamento
Saúde	Sistema Bolsa Família na Saúde – SISVAN http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp	Semestral
Educação	Projeto Presença On-Line. http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br	Bimestral
Assistência Social	Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações sócio-educativas e de Convivência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Sispeti) (em fase piloto)	Bimestral

Fonte: BRASIL, MDS. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/Programabolsafamilia/condicionalidades/acompanhamento>>. Acesso em set.2009.

O acompanhamento das condicionalidades, nas áreas de educação e saúde, é feito de acordo com calendário estipulado, o qual define períodos para que o município faça o acompanhamento e o registro das informações relativas a cada área nos devidos sistemas. Veja o calendário de monitoramentos das condicionalidades no quadro 11:

Quadro 11 - O calendário de monitoramentos da condicionalidade de saúde do Programa Bolsa Família para o ano de 2009.

Período de acompanhamento	Data de abertura do sistema	Data de fechamento do sistema
Janeiro a junho (1º semestre)	2/2/2009	30/6/2009
Julho a dezembro (2º semestre)	3/8/2009	31/12/2009

Fonte: BRASIL, MDS. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/Programabolsafamilia/condicionalidades/acompanhamento>. Acesso em set.2009.

Observe o quadro 12, que representa o calendário de monitoramento das condicionalidades de educação:

Quadro 12 - O calendário de monitoramento da condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família para o mês de dezembro de 2009.

Período de acompanhamento	Data de abertura do sistema	Data de fechamento do sistema	Total de dias
Fev./mar./2009	23/3/2009	28/4/2009	37 dias
Abr./maio/2009	22/5/2009	30/6/2009	40 dias
Jun./jul./2009	24/7/2009	31/8/2009	39 dias
Ago./set./2009	23/9/2009	29/10/2009	37dias
Out./Nov./2009	17/11/2009	18/12/2009	32 dias

Fonte: BRASIL, MDS. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/Programabolsafamilia/condicionalidades/acompanhamento>>. Acesso em set.2009.

Na contrapartida educacional, os pais beneficiários do Programa devem matricular seus filhos de 6 a 17 anos, e a partir da efetuação da matrícula, as frequências desses alunos passam a ser monitoradas pelo Projeto Presença, em um engenhoso processo que une as esferas municipais, estaduais, e, finalmente, a esfera federal, constituída pelo MEC e pelo MDS, caracterizando assim uma política pública que possui a educação como um dos eixos emancipatórios para as famílias em estado de pobreza e vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

Ainda sobre o valor da educação, ressalta o MEC:

O valor da educação pode ser reconhecido nas crianças e nos adolescentes sob diversos fatores:

- Desenvolvimento da autoestima e da estima pelos outros;
 - Possibilidade de formular ou reformular seu Projeto de vida;
 - Relacionamento saudável com os outros;
 - Absorção de conhecimentos, despertando seu senso crítico e compreensão sobre o mundo à sua volta;
 - Habilidade para continuar a aprender ao longo da vida;
- Instrumento para enfrentar a vida prática – sua subsistência, sua vida profissional, sua vida emocional (MEC- MANUAL DE INSTRUÇÕES, p.5. 2009);

A valorização da educação não está relacionada exclusivamente à categoria das famílias abastadas financeiramente, mas também à categoria das famílias em situação de vulnerabilidade social, as quais deixam de priorizar a educação de seus filhos. Sendo assim existe o monitoramento da frequência escolar dos beneficiários do Programa BFA. Isso obriga tanto as famílias quanto o poder público a aumentarem suas responsabilidades em questões como: educação, saúde, assistência social e aprimoramento dos serviços e do sistema de controle das condicionalidades:

O Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar trouxe significativos avanços ao processo. Foi construído em plataforma web e disponibilizado na internet aos operadores municipais sem a necessidade de instalação de aplicativos. Com apresentação e operacionalização simples, o novo sistema permitiu acatamento das atualizações de série escolar e de escola/código INEP em tempo real. Isso conferiu agilidade ao trabalho dos operadores municipais. Outra inovação significativa foi a viabilização da informação da frequência a ser prestada pela própria escola (MEC-MANUAL DE INSTRUÇÕES, p.16, 2009).

Dados publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) demonstram que, nos meses de outubro e novembro de 2006, o registro da frequência alcançou 84% dos alunos de 6 a 15 anos, ou seja, 13,1 milhões dos 15,5 milhões de crianças e adolescentes tiveram a presença escolar informada pelos municípios. Pouco mais de 2% não frequentaram 85% das aulas que o Programa exige (BRASIL, 2009).

As famílias que descumprem as condicionalidades estão sujeitas a efeitos, de acordo com a [Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008](#). Esses efeitos são gradativos e vão desde a advertência à família, passando pela suspensão do benefício e podendo chegar ao cancelamento, se o descumprimento for repetido em cinco períodos consecutivos. Dessa forma:

- No primeiro descumprimento, a família receberá apenas uma advertência que não afeta ou altera o recebimento do benefício;
- No segundo descumprimento, a família terá uma sanção e o benefício será bloqueado por 30 dias, mas recebe acumulado no mês seguinte;
- No terceiro descumprimento, o benefício da família será suspenso por 60 dias;
- No quarto registro, o benefício da família será suspenso por 60 dias. Nesses dois períodos, as parcelas não serão geradas e a família fica sem receber o benefício;

- No quinto registro de descumprimento, a família poderá ter o benefício cancelado.

As sanções para as famílias com adolescentes de 16 ou 17 anos, beneficiárias do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), são:

- No primeiro registro de descumprimento, advertência;
- No segundo registro, o benefício será suspenso por 60 dias;
- No terceiro registro, o benefício referente ao jovem é cancelado. (BRASIL, 2009)

Os efeitos previstos para o BVJ incidirão exclusivamente no benefício do adolescente em situação de descumprimento. Com os efeitos gradativos é possível permitir que as famílias que não cumprem as condicionalidades sejam identificadas e acompanhadas, a fim de que os problemas que geraram o descumprimento possam ser resolvidos.

Ao final do acompanhamento, conforme o calendário de cada área (saúde e educação), o Governo Federal identifica as famílias que descumpriram os compromissos no período, notifica-as e procede à repercussão do descumprimento na folha de pagamento. Atualmente, a análise dos resultados do acompanhamento é feita de forma centralizada (BRASIL, 2009).

A informação sobre as famílias que não cumpriram as condicionalidades é periodicamente disponibilizada aos municípios no Sistema de Adesão, na Central de Sistemas (área de trabalho de acesso restrito aos gestores municipais). É importante que estas informações sejam compartilhadas entre as áreas de assistência social, saúde e educação (BRASIL, 2009).

Quando a família recebe a notificação, por descumprimento de condicionalidades, é orientada a procurar o gestor municipal do BFA. Se a família considerar que houve erro na informação do acompanhamento das condicionalidades ou que o descumprimento ocorreu por motivo justificável, o responsável familiar pode apresentar recurso ao gestor municipal. Neste recurso, este responsável deve explicar o erro da informação ou o motivo do descumprimento e solicitar que a sanção seja revista (BRASIL, 2009).

Cabe ao gestor municipal avaliar os recursos apresentados pela família e deferir ou indeferir o pedido de retirada da sanção. Caso seja deferido o recurso, a sanção será retirada do histórico da família. O gestor deve ficar atento aos procedimentos de

utilização do sistema de Recurso *on-line*, de acordo com as orientações da [Instrução Operacional nº 26](#) ou [Bolsa Família Informa nº 156](#) (BRASIL, 2009).

Cabe ressaltar que o descumprimento das condicionalidades, como já foi mencionado anteriormente, acarreta o desligamento das famílias do Programa BFA. De acordo com o MDS, só no mês de janeiro de 2009, de um total de 515.477 famílias que sofreram sanções pelo Programa, foram desligadas do Programa 23.722 por não cumprirem as condicionalidades exigidas pelo BFA, principalmente no que diz respeito à frequência escolar mínima de 85%. Em relação ao BJV, se por um lado não ocorreu nenhum cancelamento no ano de 2009, por outro 74.372 foram advertidas no que diz respeito à baixa frequência escolar (BRASIL, 2009). Cabe ressaltar que não há informações, nos documentos analisados, sobre os motivos para a baixa frequência escolar.

3.3 - O rendimento escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família

Para discutirmos o rendimento escolar no país, torna-se necessário um estudo mais detalhado em nível de Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 (Lei número 9.394/96). São esses os documentos que nortearão a definição de rendimento escolar, que possui em sua origem em um ténue equilíbrio entre frequência e desempenho escolar.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 206, estabelece a igualdade de acesso e permanência na escola, acesso este correspondente ao processo de matrículas nas unidades escolares brasileiras. Neste aspecto, a política educacional obteve grandes avanços no que se refere ao ensino fundamental que, de acordo com o censo de 2006 atingiu um total de 97% do universo das crianças de 6 a 14 anos, faixa etária considerada adequada a este nível de ensino. Contudo, no que tange à permanência e à progressão desses alunos na escola, o mesmo censo constatou que de 1999 a 2006 apenas 50% dos alunos concluíram a educação básica, e da quantidade de alunos não concluintes pelo menos 50% evadiram da escola ou foram retidos por causa da repetência (BRASIL, 2009).

A LDB de 20 de dezembro de 1996 (Lei número 9.394) evidencia que o rendimento escolar ocorre em duas etapas: na primeira, é obrigatória a frequência mínima às aulas, de 75%, e a segunda quanto ao desempenho do aluno:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V- a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação (BRASIL, 1996).

Dessa forma, podemos observar que o rendimento escolar dos alunos provém da junção da verificação do desempenho escolar, onde em uma avaliação final devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos observados ao longo do ano letivo. Contudo, mesmo se o aluno tiver rendimento satisfatório, mas frequência insatisfatória, este será considerado reprovado, fato que sinaliza que a priori a reprovação do ponto de vista legal está vinculada mais à frequência escolar que ao desempenho dos alunos nos bancos escolares brasileiros.

O Programa Bolsa Família, em sua exigência de frequência mínima de 85% para alunos de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 ou 17 anos incompletos, está alicerçado em um aparato de leis que se tem início na Constituição Federal, na LDB e se termina no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na Constituição Federal, os artigos nº 205 e 206 estabelecem a educação como um direito:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 2009)

A LDB de 1996 (Lei número 9.394) destaca a permanência na escola, conforme transcrevemos abaixo:

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 9º A União incumbir-se-á de

V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...)

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20.9.2001)

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

(...)

VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação. (BRASIL, 2009)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069, de 13 de junho de 1990) ressalta novamente a questão da permanência na escola:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

(...)

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I – maus-tratos envolvendo seus alunos;

II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III – elevados níveis de repetência. (BRASIL, 2009)

O sistema de controle de frequência escolar, de 2004 a 2006, ficou a cargo do sistema CEF, cabendo ao MEC a responsabilidade de efetivar um sistema de controle próprio, pois a partir de outubro de 2006 caberia a ele o controle da frequência escolar dos beneficiários.

As condicionalidades exigidas pelo Programa Bolsa Família têm por finalidade aumentar a sensibilização das famílias e do poder público na identificação das causas que levam ao não cumprimento da condicionalidade educacional e de saúde. Sendo assim, o Programa visa, por intermédio do acompanhamento da frequência escolar dos estudantes das famílias beneficiárias, alcançar a efetivação de uma política de combate à pobreza, combate à evasão escolar e ao abandono. O Programa também reforça o valor

da educação junto às famílias e à sociedade em geral, combatendo assim o ciclo de pobreza em nosso país.

Em consonância com essas ações, há estudos realizados por intermédio do cruzamento de informações entre o PNAD-2006, o Educacenso, o Núcleo de Opinião e Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco e o Sistema Presença. Essas informações são utilizadas pelo Ministério da Educação para verificar a frequência escolar dos alunos beneficiários do PBF e trazer informações importantes a respeito do rendimento escolar dos mesmos.

As taxas de aprovação são de 81,8% para os alunos beneficiários e de 72,6% para os alunos não beneficiários no ensino médio. No ensino fundamental, os índices são bem próximos: 80,5% para alunos beneficiários e 82,3% para os não beneficiários.

Os indicadores de evasão no ensino fundamental são de 3,6% para beneficiários e de 4,8% para não beneficiários; para o ensino médio, 7,2% para beneficiários e 14,3% para não beneficiários (BRASIL, 2010).

A tabela abaixo sintetiza os dados acima, evidenciando as taxas eleitas pelo MEC/MDS, por meio das quais se avalia o rendimento escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família:

Tabela 1 - A taxa de rendimento escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família em relação aos não beneficiários, no ano de 2006.

Taxa de Rendimento Escolar dos Beneficiários x Não Beneficiários do PBF.

	Beneficiários do Programa Bolsa Família	Total rede pública
Aprovação - Ensino Fundamental	80,5%	82,3%
Aprovação/Ensino Médio	81,1%	72,6%
Abandono/Ensino Fundamental	3,6%	4,8%
Abandono/Ensino Médio	7,2%	14,3%

Fonte: MEC-2010

Ainda no mesmo estudo, o MEC disponibilizou novos dados sobre o monitoramento da frequência escolar dos beneficiários, referentes aos meses de fevereiro e março de 2010. O balanço mostra que 95,7 % dos 14.117 milhões de crianças e jovens beneficiários cumprem a frequência mínima exigida pelo Programa. Aproximadamente 2% estão abaixo dessa frequência e, ainda, 2,3% sequer possuem registro de frequência, totalizando em todo o país 600 mil crianças em situação irregular (BRASIL, 2010).

Ainda sobre os índices de evasão escolar, Neri (2009) ressalta que, entre as crianças de 0 a 15 anos, o papel do benefício é mais importante para controle da

frequência do que para o controle da própria matrícula, uma vez que, nessa faixa etária, de 96% a 97% já estavam ou continuam na escola. O maior desafio no combate à evasão encontra-se na faixa de 16 a 18 anos, na qual os jovens abandonam os estudos diante da necessidade de aumentar a renda familiar em épocas de crise. Neri (2009, p.35) aponta os verdadeiros motivos para a evasão escolar entre os jovens de 16 a 18 anos:

Inicialmente, agregamos a partir destes elementos as motivações das pessoas que estão fora da escola enquanto grandes grupos:

I) Dificuldade de acesso à escola (10,9%);

II) Necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%);

III) Falta intrínseca de interesse (40,3%);

IV) Outros motivos (21,7%).

Neri (2009) ainda conclui que menos de um terço dos jovens evadidos da escola apontam a necessidade de trabalhar para aumentar a renda familiar; porém, quando se analisam os jovens de origem pobre, o benefício garante uma liquidez financeira das famílias, mantendo o jovem frequentando a escola:

Os resultados mostram que a chance relativa dos beneficiários potenciais do Bolsa Família de evadirem a escola por motivos de insuficiência de renda como motivo de baixa frequência escolar é consistente com a idéia do Bolsa Família de diminuir a restrição de liquidez (dificuldade econômica) que empurra as crianças e jovens adolescentes para o mercado de trabalho. (NERI, 2009, p.42)

Não se encontram garantias de empregos para quem estuda, mas sem escolaridade não há como acessar o mercado de emprego formal. Estudos mostram uma triste realidade: quanto mais precoce for a inserção do jovem no mercado de trabalho, maior será o risco do subemprego, fato este que dificultará ainda mais uma posterior ascensão profissional. Então, segundo Neri (2009), abandonar a escola não é um bom negócio para os jovens, e inserir-se no mercado de trabalho sem concluir ao menos o ensino médio, também não.

4 – METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção foi dividida em sete subseções. Na primeira subseção, iremos descrever e caracterizar a metodologia de pesquisa de nosso trabalho, enfatizando o local de pesquisa, os participantes da mesma e, finalmente, os procedimentos de pesquisa. Na segunda subseção, buscaremos caracterizar o município de Restinga (SP): inicialmente, sua origem histórica e, em seguida, a descrição das condições socioeconômicas de sua população e de seu sistema de ensino municipal. Essas informações são necessárias para que possamos traçar o perfil do município, compreendendo melhor nosso *locus* de trabalho. Na terceira subseção, buscamos analisar o perfil dos beneficiários do Programa BFA em Restinga, e na quarta subseção analisaremos os dados fornecidos pelos consolidados do Projeto Presença, em nível federal e estadual. O MEC é o gestor da frequência escolar e responsável pela retransmissão de dados ao MDS, o qual é o gestor do cumprimento das condicionalidades educacionais e de saúde do Programa em níveis federal, estadual, municipal e até na própria unidade escolar. Na quinta subseção, analisaremos os dados dos consolidados, fornecidos pelo sistema DECON/SENARC/MDS/MEC, sobre o monitoramento da frequência escolar em nível municipal e nas unidades escolares de Restinga e, a partir dessa análise, compararemos aqueles encontrados em nível federal e estadual com o municipal, buscando as possíveis distorções entre esses quatro níveis, com o intuito de verificarmos a eficiência do sistema com relação ao monitoramento das condicionalidades escolares. Na sexta subseção, analisaremos a evasão escolar, verificando o número de beneficiários evadidos em função do total de alunos evadidos de 2004 a 2009 - período de controle da frequência escolar dos alunos do BFA. Analisando a frequência e os índices de evasão coletados nas unidades escolares, teremos as informações necessárias para avaliarmos tanto a eficiência do Projeto frequência no município quanto o fluxo escolar dos alunos, pois tanto a frequência quanto a evasão são indicadores que também avaliam o desempenho educacional. Finalmente, na sétima subseção, apresentaremos nossas considerações parciais.

4.1. Metodologia

Considerando nossos objetivos de pesquisa, que consistem na discussão da lógica da contrapartida educacional, verificação da relação entre *benefício x rendimento escolar* e, ainda, a eficácia do Programa Bolsa Família com relação a seus objetivos educacionais, analisaremos alguns dos indicadores de educação, que consistem em frequência, evasão e aproveitamento escolar, e optamos por desenvolver uma pesquisa documental e explicativa de natureza quantitativa, com ênfase nas análises macro e microestruturais.

Quanto aos objetivos propostos, esta pesquisa é explicativa, uma vez que registra, analisa e interpreta os fenômenos estudados, sem perder sua função primordial, que é a de identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. (GIL, 2002) Também a consideramos como pesquisa quantitativa, pois, segundo Trindade (2003), a análise de dados quantitativos e dos cruzamentos entre as diversas informações coletadas vão produzir algo qualitativo, além de possibilitar ao pesquisador tirar conclusões que não poderiam ser tiradas sem o levantamento e o cruzamento de informações quantitativas.

Utilizaremos também como método de procedimento o estudo de casos, o que, devido a seu rigor metodológico, poderá levar-nos à compreensão dos indicadores que são o foco de nossas observações. Gil (2002) descreve um estudo de caso como um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, e, ainda, ressalta que esse método de pesquisa é amplamente utilizado nas ciências sociais e biomédicas.

4.1.1. Local da Pesquisa

A pesquisa empírica foi realizada no período de cinco anos, de 2004 a 2009, em Restinga, uma cidade do interior do estado de São Paulo. Em 1911, Paz de Restinga era distrito da cidade de Franca, porém, em 1964, foi elevada à categoria de município por meio do Decreto nº 8.092, de 18/02/1964. De acordo com o PNAD-2006, Restinga possuía 6.780 habitantes em novembro de 2009, sendo que a cidade possuía 391

famílias recebendo o benefício do BFA. Contudo, em 2004, esse número era de 289 famílias.

De acordo com levantamentos realizados no CadÚnico da Caixa Econômica Federal, observamos que o município possui 732 alunos beneficiários, resultado da somatória dos alunos do BV e do BVJ. Sendo assim, 31,1% do total de alunos matriculados no sistema de ensino do município são alunos que possuem a frequência escolar monitorada pelo Projeto Presença do sistema MEC/MDS. Restinga possui três escolas, duas municipais, uma de ciclo I e a outra de ciclo II, e uma de ensino médio, que pertence ao ensino público estadual.

4.1.2. Participantes da Pesquisa

São 289 famílias participantes cadastradas no CadÚnico da CEF, recebendo o benefício do Programa Bolsa Família em 2004. Em novembro de 2009, esse número aumentou para 391 famílias beneficiárias. Além desses participantes, o município de Restinga contava, em novembro de 2009, com 732 alunos matriculados na rede de ensino municipal, cujas famílias são beneficiárias. Sendo assim, esses alunos possuem suas frequências escolares monitoradas pelo sistema MEC/MDS (Projeto Presença).

A amostragem foi feita por meio da conveniência e da acessibilidade, pois escolhemos apenas as famílias que permaneceram ou foram incluídas no CadÚnico desde 2004 e, conseqüentemente, os alunos provenientes dessas famílias que permaneceram matriculados de 2004 a 2009. Quanto às escolas, a amostragem também foi por acessibilidade e conveniência. Entretanto, uma delas mostrou ser de pouca acessibilidade. Cabe ressaltar que a técnica de amostragem por conveniência ou acessibilidade é aquela em que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, entendendo que, de alguma forma, estes possam representar o universo da pesquisa. (GIL, 2002)

Em relação às famílias participantes da pesquisa, decidimos optar em pesquisar as características dos responsáveis pelo recebimento do benefício, uma vez que são esses os responsáveis, de acordo com o Programa, por zelar pelo cumprimento das condicionalidades impostas. Enfim, estudar as características desse grupo é vital para entendermos qual é a realidade social, econômica e cultural em que essas famílias estão inseridas.

A seguir, apresentaremos no quadro 13 a caracterização dos responsáveis pelo recebimento do benefício, quanto ao Sexo, Idade, Escolaridade, Situação Civil e Cor/Raça. Esses critérios foram elencados de acordo com as pesquisas publicadas por Weissheimer (2006).

Tabela 2 – A caracterização dos responsáveis pelo recebimento do benefício.

Sexo	Nº	Idade (anos)	Nº	Escolaridade	Nº	Situação Civil	Nº	Cor	Nº
Masculino	16	16 a 24	8	Analfabeto	21	Casado	136	Branco	233
Feminino	375	25 a 34	101	Ciclo I incompleto	268	Divorciado	72	Negro	35
		35 a 44	180	Ciclo I completo	29	Solteiro	180	Pardo	123
		45 a 59	93	Ciclo II incompleto	41	Viúvo	3		
		60 ou mais	9	Ciclo II completo	32				
				Ensino Médio incompleto	0				
				Ensino Médio completo	0				

Fonte: CadÚnico (CEF).

Em relação às características dos alunos pertencentes ao BV, são crianças de 6 a 14 anos, matriculadas na educação básica e frequentes, do município de Restinga, com frequência mínima exigida pelo Programa, de 85% do total de aulas dadas no bimestre. Já os alunos pertencentes ao BVJ são jovens de 15 a 17 anos, matriculados e com frequência mínima de 75% do total de aulas dadas no bimestre.

4.1.3. Procedimentos de Pesquisa

Os procedimentos de pesquisa envolveram levantamento bibliográfico e análise documental.

No que se refere ao levantamento bibliográfico, este permite por meio do auxílio de publicações, por sua vez indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa, o respaldo teórico, propiciando o embasamento para nossas análises, que foram feitas quanto aos dados coletados e por intermédio da reflexão. Teremos, assim, as respostas teóricas quanto às hipóteses e questionamentos pertinentes a nosso trabalho. (OLIVEIRA, 2000; GONSALVES, 2001)

A pesquisa documental consistiu em levantamento e análise de Leis, Decretos e Livros referentes à constituição e à evolução histórica das políticas educacionais e de assistência social no período de 1930, início da Era Vargas e da implementação das políticas de proteção social no país, até 1980, período de redemocratização do país.

Além disso, buscamos, também, por meio dessas fontes de pesquisa caracterizar o Programa Bolsa Família, sua origem, a política social de transferência de renda e suas condicionalidades, que, por sua vez, justificam os gastos com o Programa.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, o estudo utilizou-se de observações diretas e extensivas em documentos (consolidados) referentes à frequência escolar dos alunos atendidos pelo PBF e os documentos (consolidados) de evasão escolar fornecidos, respectivamente, pelo Projeto Presença MEC/MDS e Prodesp. Assim, buscamos meios para verificar a eficácia do Programa Bolsa Família quanto aos objetivos por ele propostos.

Com relação à pesquisa e às análises quantitativas dos consolidados (documentos) de frequência escolar e de evasão, analisamos treze consolidados referentes à frequência dos alunos atendidos pelo BFA: o primeiro consolidado fornecido pelo sistema de controle de frequência da Caixa Econômica Federal, os demais fornecidos pelo Projeto Presença sistema MEC/MDS, tendo em vista a complexidade dos dados gerados pelos consolidados. As informações levantadas e registradas tiveram dois parâmetros.

O primeiro parâmetro consiste na observação dos aspectos considerados como relevantes em níveis federal, estadual, municipal e, finalmente, em nível de unidade escolar dos consolidados de frequência escolar dos beneficiários do BFA. Dessa maneira, temos análises em aspectos macro e micro-estruturais, as quais se tornaram necessárias, uma vez que o próprio MDS o MEC não possuem metas de controle de frequência escolar a serem atingidas, mas primam pela redução dos elevados índices de evasão escolar no país, principalmente entre os alunos pertencentes às famílias pobres.

Quanto aos aspectos considerados como relevantes na análise dos consolidados, destacamos três categorias que utilizamos em nossa pesquisa:

- Aumento nos índices de controle e monitoramento da frequência escolar dos alunos beneficiados pelo BFA, tanto pelo BV quanto pelo BVJ;
- Redução nos índices de alunos com frequência escolar abaixo da exigida pelo Programa;
- Redução nos índices de alunos sem informações.

Essas categorias analisadas estão relacionadas com a eficácia do Programa quanto à redução nos índices de baixa frequência escolar que, conseqüentemente, culminam na evasão escolar. (BRASIL, 2009)

Alguns parâmetros nortearam-nos durante as observações realizadas nos consolidados. Tiveram como objetivo verificar se o sistema de controle de condicionalidades do BFA, isto é, o Projeto Presença, foi eficaz ou não quanto a seu objetivo, que é o de reduzir os altos índices de evasão escolar dos alunos pertencentes às famílias pobres e em estado de vulnerabilidade social.

Durante as análises dos consolidados fornecidos pelo Projeto Presença, as categorias apresentadas anteriormente foram o foco de nossas observações. Procuramos verificar em cada nível de governo se o Projeto Presença foi eficaz ou não quanto a sua atuação nas categorias consideradas por nós como relevantes, e criamos tabelas para o registro de nossas observações (tabelas 4, 5, 6,7 e 8).

O segundo parâmetro refere-se à observação e à análise dos consolidados de evasão escolar fornecidos pelo sistema Prodesp - São Paulo. Nos aspectos que consideramos relevantes para análise dos consolidados, destacamos três categorias que utilizamos em nossa pesquisa:

- Número de alunos evadidos pertencentes ao Programa Bolsa Família;
- Número de alunos evadidos não pertencentes ao Programa Bolsa Família;
- Número Total de alunos evadidos nas unidades escolares de Restinga pertencentes e não pertencentes ao BFA.

Nas análises dos consolidados de evasão escolar fornecidos pelo sistema Prodesp – São Paulo, as categorias apresentadas no segundo parâmetro de análise foram nosso foco de observação. Verificamos, em cada unidade escolar de Restinga, a relação de alunos evadidos e confrontamos esses dados com as listas de famílias cadastradas no CadÚnico, as quais recebiam regularmente o benefício do BV ou BVJ. Sendo assim, obtivemos o número de alunos evadidos pertencentes e os não pertencentes ao Bolsa Família. Criamos, assim, de acordo com as categorias apresentadas para a análise desse parâmetro de pesquisa, as figuras 2, 3,4 e 5.

Com base nos resultados das análises estatísticas dos dados obtidos pelos consolidados de frequência e evasão escolar, procedemos à análise dos dados.

Buscamos elementos que contribuíssem para a verificação da eficácia do Programa Bolsa Família quanto aos seus objetivos propostos.

Nesse contexto, nossa pesquisa está fundamentada na perspectiva crítico-dialética que segundo Lakato (2001), é um método que penetra o mundo dos fenômenos, por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e principalmente na sociedade. Temos como referência autores como Rosanvallon (1995), Saviani (2007), Torres (2006), Weissheimer (2006), Zotti (2004) e Neri (2009), os quais desenvolveram conceitos fundamentais para a interpretação de nossos dados, que são apresentados e discutidos a seguir.

4.2. Caracterização do município de Restinga (SP)

Restinga (SP) tem sua origem histórica, como outros municípios motivados pelos ciclos econômicos, no início do século XX. Com o advento da estrada de ferro Mogiana, firmou-se como posto de troca onde os comboios faziam suas paradas para descanso das tropas, além de oferecer hospedagem aos viajantes que desbravaram o sertão paulista (CITYBRAZIL, 2008).

Em meados de 1895, Restinga se constituía numa área pertencente a uma grande fazenda, chamada Monte Rolo, de propriedade do coronel Isaac Vilela de Andrade.

No final do século XX, a companhia Mogiana comprou alguns metros de terra da fazenda, com a ajuda de alguns fazendeiros da região, onde se construiu uma estação ferroviária que recebeu o nome de Restinga, nome sugerido pelo Sr. João Alexandre Dias, dono de uma fazenda homônima. (CITYBRAZIL, 2008)

Nessa mesma ocasião, o coronel Isaac, benfeitor da região, mandou que fosse construída uma capela para glorificação de Nossa Senhora Aparecida, deixando na frente uma área onde seria construída uma praça.

Após a inauguração da praça, começaram a ser construídas as primeiras casas de moradias e o comércio foi instalando-se no vilarejo, formando assim um pequeno grupo de comerciantes. Em 1911, por meio da Lei estadual número 1266, de 28 de outubro, foi criado o Distrito de Paz de Restinga, no município de Franca, sendo que a categoria de

município foi criada pelo Decreto número 8092, aprovada pela Assembléia Legislativa de São Paulo, em 28/02/1964 (CITYBRAZIL, 2008).

Atualmente, Restinga, de acordo com o censo escolar de 2009, possui três escolas, sendo duas municipais e uma estadual. São elas:

- EMEFEI PROFESSOR LÁZARO CASSIMIRO DE LIMA, situada na Rua José Luiz Ferracioli nº 296 - Parque Mogiana III - Restinga – Fone: (0XX) 16-3143-11-47, com aproximadamente 770 alunos distribuídos no ciclo I. São 166 alunos na pré-escola e 22 alunos especiais, sendo um na pré-escola e 21 nos anos iniciais da educação básica.
- EMEFEII PROFESSORA GILBERTA VILELA ROSA, situada na Rua Geraldo Veríssimo nº 860 - Centro – Restinga – Fone: (0XX) 16-3143-14-02, com aproximadamente 542 alunos distribuídos no ciclo II do ensino fundamental e dois alunos especiais.
- EEEM ISAAC VILELA DE ANDRADE, situada na Rua Geraldo Veríssimo nº 860 - Centro – Restinga – Fone (0XX) 16-3143-14-02, com aproximadamente 291 alunos distribuídos entre os três anos do ensino médio. A educação de jovens e adultos consta de 7 turmas na modalidade presencial; na semipresencial, 45 alunos no ensino fundamental e 64 no ensino médio.

Em 2008, segundo dados do MDS/PNAD-2006, o país possuía 189.604.313 habitantes, estimando-se que 22.231.781 eram de famílias pobres, de acordo com o perfil estipulado pelo Cadastro Único. Dessas famílias, 12.995.195 eram famílias pobres, com perfil Bolsa Família, evidenciando que 58,5% das famílias pobres do país estavam submetidas à pobreza e à vulnerabilidade social, conforme características propostas pelo Cadastro Único para o recebimento do benefício (BRASIL, 2009).

No estado de São Paulo, dos 41.011.635 habitantes, 3.188.926 eram de famílias pobres, com perfil do Cadastro Único, e, dessas famílias, 1.445.140 eram famílias pobres com perfil Bolsa Família, evidenciando que 45,3% das famílias pobres encontravam-se em estado de pobreza e vulnerabilidade social. Nesse mesmo ano, Restinga (SP) possuía uma população de 6.780 habitantes. Desse montante, o MDS estima, com informações da PNAD-2006 que o município possuía 763 famílias pobres com o perfil do Cadastro Único, isto é, famílias com renda *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo, e, dessas, 372 famílias possuíam o perfil para ingressarem no

Programa Bolsa Família, representando 48,8% do total de famílias pobres para o Cadastro Único, em situação de pobreza e vulnerabilidade social (BRASIL-2009).

Fica evidente que, tanto em nível nacional, estadual quanto municipal, o MDS, de acordo com PNAD-2006, estima que, das famílias pobres cadastradas no Cadastro Único, 50% delas estão sujeitas à pobreza e à vulnerabilidade social. O estado de São Paulo e o município de Restinga encontram-se abaixo da média nacional.

Vejam a tabela abaixo:

Tabela 3 - Informações do Cadastro Único referentes à cidade de Restinga junto à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.

UF: SP			
Nome do Município: RESTINGA			
Código IBGE do Município : 3542701			
			D
			ata de Referência
INFORMAÇÕES GERAIS	População Total do Município	6.780	2008
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (PNAD 2006)	372	2008
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (PNAD 2006)	763	2008
	Data de Adesão	00:00:00	
	Gestão Municipal		
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas*	748	30/10/2009
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família**	623	30/10/2009
	Total de Famílias Cadastradas - Habilitadas no Bolsa Família***	176	30/10/2009
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único****	727	30/10/2009
	Número de Cadastros Válidos*****	667	30/10/2009
	Número de Cadastros Atualizados a partir de 03/2005	540	30/10/2009
BENEFÍCIOS	Número de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	391	nov/09
	*O total de famílias cadastradas poderá, conforme a legislação do CadÚnico, incluir famílias que tenham renda familiar per capita maior que meio salário mínimo (R\$ 232,50). Isso explica a possível diferença de valores entre o total de famílias cadastradas e o total de famílias com perfil Cadastro Único.		
**Famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00.			
***Famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família que possuem informações cadastrais válidas e atualizadas, conforme consta na Portaria 341/2008.			
****Famílias com renda per capita mensal de R\$ 232,50 (1/2 salário mínimo em 2008), incluídas o total de famílias cadastradas - perfil Bolsa Família.			
*****Famílias que apresentam todos os campos obrigatórios do Formulário do Cadastro preenchidos integralmente por todos os membros. O responsável legal, de 16 anos ou mais, deve apresentar pelo menos um documento com controle de emissão nacional. (CPF e/ou título de eleitor)			

Fonte: BRASIL, 2009. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizsrch.asp>>. Acesso em Dez. 2009.

De acordo com os dados obtidos pelo MDS, observamos que o município possuía 391 famílias recebendo o benefício do BFA. Esse número corresponde a 105,1% do número estimado de famílias com o perfil do Bolsa Família, levando-se em conta as estimativas do PNAD-2006, de 372 famílias pobres com o perfil necessário

para o ingresso no Programa Bolsa Família (BRASIL, 2009). Porém, se compararmos o número de famílias que estão recebendo o benefício com o número de famílias com seus cadastros válidos pelo Cadastro Único, o índice de cobertura do PBF ficou em torno de 58,6%.

Nosso trabalho abrange o período de 2004 a 2009, tempo suficiente para verificarmos os indicadores de contrapartida educacional do Programa nas famílias. Em 2004, segundo documentos analisados pela Secretaria de Assistência Social de Restinga, o município possuía 289 famílias recebendo o benefício. Observamos que, no período de 2004 a 2008, 30,1% dessas famílias foram desligadas do Programa por motivos diversos. No ano 2009, o número de famílias assistidas pelo PBF aumentou para 391 e dessas 202 já eram beneficiárias do PBF desde sua implantação no município de Restinga. Logo, do número total de famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família, 51,6% já pertenciam ao Programa desde seu início, evidenciando que o fluxo de entrada no Programa é bem maior que o de saída, o que contraria um dos objetivos primordiais do Programa. Cabe ressaltar que o Programa tem como principal finalidade, justamente, a reinserção social, no quesito consumo, das famílias em estado de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, por meio das condicionalidades impostas às filhas (as) das famílias e das medidas socioeducativas, visa proporcionar a abertura de “*janelas sociais*”, por meio das quais essas famílias possam sair do ciclo da miséria em que estão inseridas (WEISSHEIMER, 2006; SUPPLY, 2002).

Restinga possui duas escolas municipais: a primeira de educação do ciclo I, escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima, e a segunda é a escola Gilberta Vilela Rosa, que atende ao ciclo II. A escola Isaac Vilela de Andrade, que atende ao ensino médio, pertence ao quadro de escolas do estado de São Paulo. Restinga conta ainda, com a creche Nossa Senhora Aparecida, estabelecimento particular, e com uma pré-escola municipal, no mesmo prédio da escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima, completando, assim, o quadro da educação do município.

A tabela abaixo descreve os resultados do censo escolar do município, no período de 2004 a 2009:

Tabela 4 - Os resultados do censo escolar do município de Restinga, estado de São Paulo, no período de 2004 a 2009, de acordo com o número de matrículas por modalidade educacional.

Resultados do Censo Escolar 2004 a 2009 – Educacenso - São Paulo																			
Ano	Município	Dependência	Matrícula Inicial																
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semipresencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)						
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}
2004	RESTINGA	Estadual	0	0	0	0	333	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Municipal	0	269	652	584	0	0	37	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Privada	109	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	109	269	652	584	333	0	37	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2005	RESTINGA	Estadual	0	0	0	0	253	0	0	0	126	87	0	0	0	0	0	0	0
		Municipal	0	201	649	562	0	0	31	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
		Privada	98	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	64	201	649	562	253	0	31	0	126	87	0	0	4	0	0	0	0
2006	RESTINGA	Estadual	0	0	0	0	270	0	0	0	98	98	0	0	0	0	0	0	0
		Municipal	0	246	624	564	0	0	26	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0
		Privada	116	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	116	246	624	564	270	0	26	0	98	98	0	0	5	0	0	0	0
2007	RESTINGA	Estadual	0	0	0	0	279	0	0	0	73	94	0	0	0	0	1	0	0
		Municipal	0	318	627	538	0	0	8	0	0	0	0	0	2	4	0	0	0
		Privada	51	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	51	318	627	538	279	0	8	0	73	94	0	0	2	4	1	0	0
2008	RESTINGA	Estadual	0	0	0	0	300	0	0	0	61	83	0	0	0	0	2	0	0
		Municipal	0	274	623	519	0	0	15	0	0	0	0	0	10	3	0	0	0
		Privada	64	43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	64	317	623	519	300	0	15	0	61	83	0	0	10	3	2	0	0
2009	RESTINGA	Estadual	0	0	0	0	291	0	0	0	45	64	0	0	0	0	0	0	0
		Municipal	0	166	770	542	0	0	7	0	0	0	0	1	21	2	0	0	0
		Privada	66	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	66	195	770	542	291	0	7	0	45	64	0	1	21	2	0	0	0

Fonte: INEP- Educacenso – 2009

No início de 2004, o sistema de ensino de Restinga possuía 1984 alunos, assim distribuídos: no ensino infantil 378 alunos (19%), no ensino fundamental 652 alunos

nos anos iniciais (32,8%) e 583 alunos nos anos finais (29,5%), e no ensino médio 333 alunos (16,8%). Na educação de jovens e adultos, na modalidade presencial havia 37 alunos cursando o ensino fundamental (1,9%). No ano de 2005, o sistema de ensino de Restinga passava a contar com a modalidade de ensino semipresencial para a educação de jovens e adultos. Além disso, o sistema de ensino naquele ano possuía 1977 alunos, assim distribuídos: no ensino infantil 378 alunos (19,1%), no ensino fundamental 652 alunos nos anos iniciais (33%) e 583 alunos nos anos finais (29,5%) e no ensino médio 333 alunos (16,8%). Na educação de jovens e adultos na modalidade presencial; 37 alunos cursando o ensino fundamental (2%); na modalidade semipresencial 126 alunos no ensino fundamental (6,4%), 87 alunos no ensino médio (4,4%) e a na educação especial constavam 4 alunos nos anos iniciais (0,2%).

Em 2006, o sistema de ensino possuía 2047 alunos, assim distribuídos: no ensino infantil havia 362 alunos matriculados (17,7%), no ensino fundamental 624 alunos nos anos iniciais (30,5%) e 564 alunos nos anos finais (27,6%), no ensino médio 270 alunos (13,2%). Na educação de jovens e adultos na modalidade presencial, 26 alunos cursando o ensino fundamental (1,3%); na modalidade semipresencial, 98 alunos no ensino fundamental (4,8%) e 98 alunos no ensino médio (4,8%). Na educação especial constavam 5 alunos nos anos iniciais (0,24%).

Em 2007, havia 1995 alunos, assim distribuídos: no ensino infantil 369 alunos (18,5%), no ensino fundamental 627 nos anos iniciais (31,5%) e 538 alunos nos anos finais (26,9%), e o ensino médio possuía 279 alunos (14%). A educação de jovens e adultos, na modalidade presencial, contava com 8 alunos no ensino fundamental (0,4%); em regime semipresencial havia 73 alunos no ensino fundamental (3,7%) e 94 alunos no ensino médio (4,7%). A educação especial possuía 2 alunos nos anos iniciais (0,1%) e 4 alunos nos anos finais no ensino fundamental (0,2%), e apenas um aluno no ensino médio (0,05%).

No ano de 2008, o município contava com 1997 alunos, assim distribuídos: no ensino infantil havia 381 alunos (19,1%), no ensino fundamental 623 nos anos iniciais (31,2%) e 519 alunos nos anos finais (26%), e o ensino médio possuía 300 alunos (15%). A educação de jovens e adultos, em regime presencial, contava com 15 alunos no ensino fundamental (0,8%), em regime semipresencial, 61 alunos estão matriculados no ensino fundamental (3,1%) e 83 alunos no ensino médio (4,1%). A educação especial possuía 10 alunos nos anos iniciais (0,5%) e 3 alunos nos anos finais no ensino fundamental (0,15%), e apenas 2 alunos no ensino médio (0,1%).

Em 2009, o sistema de ensino possuía 2004 alunos, assim distribuídos: no ensino infantil havia 261 alunos (13%), no ensino fundamental 770 alunos anos iniciais (38,4%) e 542 alunos nos anos finais (27%), e o ensino médio possuía 291 alunos (14,5%). A educação de jovens e adultos, em regime presencial, contava com 7 alunos no ensino fundamental (0,4%), e em regime semipresencial possuía 45 alunos no ensino fundamental (2,2%) e 64 alunos no ensino médio (3,2%). A educação especial possuía um aluno (0,04%) na pré-escola e 21 alunos nos anos iniciais (1,1%) e dois alunos nos anos finais no ensino fundamental (0,1%).

Em relação ao sistema de ensino de Restinga, podemos observar que a demanda de matrículas em nível de ensino fundamental está sendo suprida pelo município, mas em nível de ensino médio cerca de 42% dos alunos concluintes do ensino fundamental buscam concluir o ensino médio em outras cidades da região, o que não se observa na Educação de Jovens e Adultos. Talvez pelo fato de terem idade mais avançada, eles preferiram cursar essa modalidade de ensino, o que é oferecida pela Escola Estadual de Ensino Médio Isaac Vilela de Andrade, na própria cidade.

5. Características dos beneficiários do Programa Bolsa Família em Restinga – São Paulo

Conhecer o perfil dos beneficiários do PBF é de muita importância para analisar se a distribuição de renda, tão postergada historicamente neste país, está equalizada buscando atender àqueles grupos excluídos do acesso aos direitos sociais e inserindo-os tanto no mercado de trabalho quanto no mercado consumidor. Essas características são fundamentais para a vida cidadã contemporânea.

A figura abaixo traz o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Restinga, no estado de São Paulo:

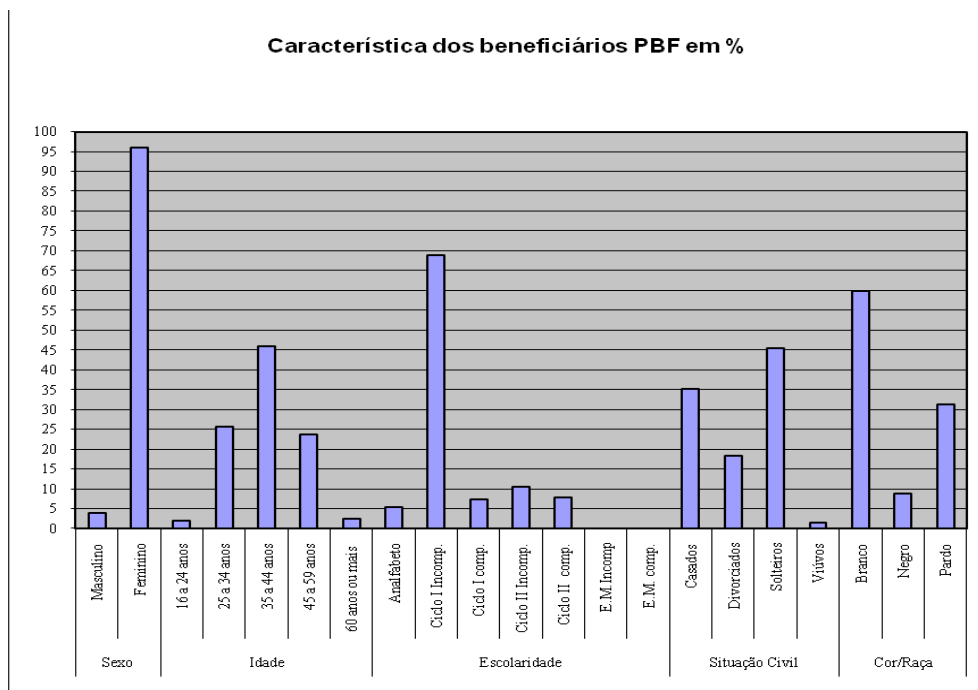


Figura 1 – O perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Restinga estado de São Paulo.

Fonte: MDS – 2009

A maioria das pessoas responsáveis pelo recebimento dos benefícios são mulheres (96%). Com relação à faixa etária, a predominância se localizou entre 35 e 44 anos (46%), e em segundo lugar entre 25 e 34 anos (25,7%). A escolaridade dessas famílias é muito baixa, predominando o ciclo I incompleto, o que corresponde ao ensino de 1ª a 4ª séries, se pensarmos no ensino seriado, com 68,8% dos beneficiários. No outro extremo, nenhum beneficiário com ensino médio completo ou incompleto.

Em relação à situação civil, 45,5% dos beneficiários dizem-se solteiros, e quanto à raça ou cor, 59,9% consideram-se brancos, 31,2% pardos e 9% negros. Nossas observações vão de encontro àquelas encontradas por Weissheimer (2006), quando de um total de 53 municípios pesquisados, 27 foram capitais dos estados. Nesses municípios, a maioria dos entrevistados eram mulheres, de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos, com escolaridade muito baixa (primário incompleto) e pardas, e em segundo lugar estavam as mulheres de cor branca.

5.1. Projeto Presença em nível federal e estadual (SP)

Inicialmente, é importante salientarmos que os dados abrangem o período de outubro de 2004 - início do Programa Bolsa Família - a setembro de 2006. Nesse período, o controle da frequência escolar dos beneficiários do BFA estava a cargo da Caixa Econômica Federal. Em 24 de abril de 2007, por meio do decreto nº 6.094, elegeram-se as 28 diretrizes norteadoras para as ações do PDE, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação e, conseqüentemente, do IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica). Todas as unidades da federação e todos os municípios brasileiros aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Coube ao MEC desenvolver um sistema de controle da frequência escolar dos alunos beneficiários; a partir de outubro de 2006, este já passa a monitorar a frequência escolar. Assim nascia o Projeto Presença, com a finalidade de monitorar, de forma mais eficiente, as condicionalidades educacionais do Programa Bolsa Família em todo o país.

Esse sistema de controle das condicionalidades escolares é dividido em duas partes: inicialmente, os dados de frequência escolar são coletados nas unidades escolares de todo o país e repassados ao sistema MEC, via internet. Esses dados irão compor o banco de dados do sistema PROJETO PRESENÇA/MEC, e, em seguida, serão repassados ao sistema DECON/SENARC/MDS, o que é responsável pela aplicação de sanções às famílias em descumprimento das condicionalidades impostas pelo BFA, e pelas ações, que vão desde uma simples advertência ao cancelamento do benefício. Nesta subseção, analisaremos os dados coletados pelo sistema MEC e repassados ao sistema DECON/SENARC/MDS.

Analisaremos os dados consolidados de descumprimentos das condicionalidades educacionais pelos beneficiários cujos filhos têm de 6 a 14 anos, assistidos pelo BFA, e ainda os consolidados de descumprimentos das condicionalidades pelos beneficiários cujos filhos têm de 16 a 17 anos, assistidos pelo BVJ. Esses consolidados foram emitidos pelo sistema DECON/SENARC/MDS, juntamente com os dados coletados pelo sistema MEC via Projeto Presença (BRASIL-2009).

A análise dos consolidados apontará a eficiência do Projeto Presença, quanto a seu objetivo principal: o combate à evasão escolar dos filhos das famílias pobres em estado de vulnerabilidade social, fato apontado por NERI (2009) como um dos motivos que levam os jovens de 15 a 17 anos a abandonarem os estudos. Para as crianças de até

14 anos, esse motivo pouco foi observado, pois o papel do benefício é mais importante para as famílias com filhos nessa idade. O desafio maior está em atender às demandas para os jovens, pois estes buscam no mercado de trabalho, por meio de subempregos, a oportunidade de complementarem a renda familiar.

Para avaliarmos a eficiência do Projeto Presença no combate à evasão escolar, analisaremos os consolidados de duas maneiras. Em um primeiro momento, buscaremos as correlações entre os índices de alunos que têm frequência acompanhada com os índices de alunos sem informação, ou seja, sem o acompanhamento de suas frequências; dessa maneira, teremos conclusões a respeito da eficiência do Projeto Presença quanto ao monitoramento dos beneficiários. Afinal, quanto maiores forem os índices de alunos com frequência monitorada pelo Projeto, em relação aos índices de alunos sem informação, maior será a eficiência do Projeto no combate à evasão escolar.

Em um segundo momento, analisaremos a eficiência do Projeto Presença em aumentar a frequência escolar dos alunos já monitorados pelo sistema. Esta característica é analisada na comparação entre os índices de alunos com frequência maior àquela determinada pelo BFA e BVJ, em relação aos índices de alunos em descumprimento da condicionalidade de frequência escolar, isto é, alunos com frequência menor que 85% para alunos de 6 a 15 anos, e 75% para alunos de 16 ou 17 anos.

Por meio dessas análises, teremos informações a respeito da eficiência no combate à evasão escolar do Projeto Presença, tanto no monitoramento quanto no aumento da frequência escolar dos alunos beneficiários pelo BV e pelo BVJ.

Outra análise que merece nossa atenção é sobre a eficiência das unidades escolares na localização e “resgate” dos alunos evadidos dos bancos escolares. Para isso, basta compararmos os índices de alunos sem informação com os índices de alunos não localizados, e compararmos a diminuição dos índices de alunos não localizados diante dos índices de alunos sem informação. Assim teremos uma ideia dos esforços dos gestores escolares para trazer de volta os alunos evadidos, uma vez que é responsabilidade das unidades escolares zelar pelo acompanhamento da frequência escolar de seus alunos, e informar aos pais e ao conselho tutelar da região sobre os alunos menores de 17 anos com frequência escolar insuficiente.

Caso contrário, os gestores escolares estarão em desobediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente e, principalmente, em relação à Constituição Federal, pois são eles que possuem o dever de buscar meios, com o auxílio dos profissionais pertencentes

ao juizado da infância e juventude da região onde a escola está inserida, de trazer de volta o aluno em estado de evasão, garantindo, assim, seu direito ao acesso e à permanência na escola, visto que é na escola que se inicia o combate à evasão escolar.

Uma vez que os dados dos consolidados são emitidos mensalmente, decidimos analisá-los no início e no final de cada ano letivo, buscando, assim, as eficiências do sistema no ano e depois entre os anos letivos; dessa forma, construímos tabelas que propiciarão um maior entendimento de nossos levantamentos estatísticos, tornando as análises mais significativas e dinâmicas.

Apresentaremos abaixo as tabelas que informam a eficiência do Projeto Presença em relação aos objetivos propostos em nível nacional, estadual e finalmente municipal, no período de 2004 a 2009. Cabe ressaltar que, para o período de 2004 a 2006, o sistema de controle das condicionalidades educacionais do Programa BFA era controlado pelo sistema da Caixa Econômica Federal, no qual eram gerados apenas dados em nível federal. Assim sendo iniciaremos nossas análises com a tabela que representa a eficiência do sistema CEF:

Tabela 5 - A eficiência do Programa quanto ao objetivo do BV proposto pelo Programa BFA, sob controle do sistema de coleta de dados Caixa Econômica Federal.

Unidades Escolares em nível de:	Eficiência no monitoramento da frequência $\geq 85\%$	Eficiência na redução dos alunos com frequência $< 85\%$	Eficiência na localização dos alunos evadidos.
2004			
Brasil	Primeiros índices de frequência 50,6%.	Primeiros índices de frequência 2,2%	Primeiros índices de alunos evadidos 7,8%
2005			
Brasil	Eficiente, aumento nos índices de 60,1% para 74,6%.	Ineficiente, aumento nos índices de 1,3% para 2,2%	Eficientes, os índices reduziram de 14,4% para 9,8%.
2006			
Brasil	Eficiente, aumento nos índices de 62,9% para 66,8%.	Ineficiente, aumento nos índices de 2,2% para 3,4%	Eficientes, os índices reduziram de 14,3% para 11,7%.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS

Observamos, conforme a tabela 5, organizada a partir dos dados do anexo A, a eficiência do Programa BFA no aumento da frequência escolar de seus beneficiários, pois os índices de monitoramento e controle da frequência escolar dos alunos beneficiários do BV apresentaram aumentos significativos, os mesmos aumentos que comprovaram a eficiência por parte das unidades escolares brasileiras na localização de alunos evadidos e sua reinserção no ambiente escolar. Porém, o Programa ainda

evidencia a ineficiência na redução do número de alunos com frequência abaixo da exigida pelo Programa, uma vez que estes se encontram inseridos no ambiente escolar e mesmo assim apresentam frequência inadequada. Possivelmente, essa parcela da população escolar ainda não se adaptou ao contexto educacional, resultado, talvez, de anos de segregação social e educacional, aos quais seus pais e familiares foram submetidos.

Se compararmos os três anos de controle da frequência escolar pelo sistema CEF, devemos relatar que os índices de alunos com a frequência abaixo da exigida pelo Programa, os quais evidenciariam possíveis casos de evasão escolar, ficaram abaixo daqueles apontados pelo MEC/MDS (PNAD-2006) de 4,8% para alunos não beneficiários da rede pública (BRASIL-2010). Uma vez que o maior índice analisado por nós foi de 3,4%, em setembro de 2006, observamos que o Programa BFA atingiu seu objetivo: a redução dos índices de evasão escolar entre os alunos de famílias pobres em estado de vulnerabilidade social, fato que afastou esses alunos do meio escolar, inserindo-os no mercado de trabalho com mão de obra infantil.

No período de outubro de 2006 ao final de 2009, a frequência escolar passa a ser controlada pelo sistema MEC/MDS, sendo que a emissão dos dados sobre a frequência dos alunos fica a cargo dos municípios e a eles compete informar ao sistema nacional chamado Projeto Presença, cujo gestor é o MEC.

É muito importante ressaltar que o MEC, em relação ao Projeto Presença, não possui metas a serem atingidas, porém seu objetivo é bem definido: diminuir os índices de evasão escolar no país e combater a baixa frequência escolar. Assim, a evolução nos índices de alunos com frequência maior ou igual a 85% já é considerada um importante avanço para o Projeto, uma vez que, até então nenhum outro modelo de controle de frequência escolar antecedeu a este na história do país (BRASIL, 2010). Veja o que nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 6 - A eficiência do BFA quanto aos objetivos do BV propostos pelo Programa no país, de 2007 a 2009, sob controle do sistema de coleta de dados Projeto Presença/MEC.

Unidades Escolares em nível de:	Eficiência no monitoramento da frequência $\geq 85\%$	Eficiência na redução dos alunos com frequência $< 85\%$	Eficiência na localização dos alunos evadidos.
2007			
Brasil	Eficiente, aumento nos índices de 66,2% para 84,7%.	Ineficiente, aumento nos índices de 1,4% para 2,7%	Eficientes, os índices reduziram de 19,8% para 7,4%.
São Paulo	Eficiente, aumento nos índices de 69,6% para 86,2%.	Ineficiente, aumento nos índices de 3,6% para 7,2%.	Eficientes, os índices reduziram de 14,1% para 4,6%.
2008			

Brasil	Eficiente, aumento nos índices de 83,0% para 84,8%.	Ineficiente, aumento nos índices de 1,0% para 2,4%	Eficientes, os índices reduziram de 9,8% para 9,1%.
São Paulo	Eficiente, aumento nos índices de 83,3% para 86,8%.	Ineficiente, aumento nos índices de 2,6% para 5,5%.	Ineficientes, os índices aumentaram de 5,7% para 8,9%.
2009			
Brasil	Eficiente, aumento nos índices de 85,6% para 89,6%.	Ineficiente, aumento nos índices de 1,2% para 2,5%	Eficientes, os índices reduziram de 8,9% para 6,5%.
São Paulo	Eficiente, aumento nos índices de 86,6% para 91,9%.	Ineficiente, aumento nos índices de 4,6% para 5,7%.	Eficientes, os índices reduziram de 10,2% para 6,6%.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS.

De acordo com a tabela 6, organizada a partir dos dados dos anexos B e D, no período de controle e de coleta de dados pelo sistema Projeto Presença/MEC, o Programa mostrou-se eficiente no controle da frequência escolar dos alunos beneficiários, e por parte das unidades escolares, na localização e reinserção no ambiente escolar dos alunos evadidos. Ao contrário, a ineficiência foi comprovada no aumento da frequência escolar dos alunos beneficiários com a frequência abaixo da exigida pelo Programa, comprovando que a universalização do acesso à escola já foi atingida e é uma realidade; porém, para um pequeno grupo, a permanência é algo que ainda deve ser garantido. Cabe ressaltar, entretanto, que as mesmas eficiências e ineficiências que observamos, no período em que o sistema de coleta de dados esteve a cargo do sistema CEF, foram encontradas no sistema Projeto Presença/MEC nos três anos consecutivos a 2006, tanto em nível federal quanto estadual.

O Benefício Variável Jovem (BVJ) teve sua implantação no início de 2008 e é uma extensão do Programa Bolsa Família, cujo objetivo é manter o aluno de 16 a 17 anos, proveniente de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, frequentando a escola e não se sentindo forçado a abandonar os estudos para buscar o mercado de trabalho informal, com o intuito de garantir a subsistência de suas famílias. Cabe ressaltar que o controle de frequência escolar é feito por intermédio do Projeto Presença, sob controle do MEC. Veja abaixo:

Tabela 7 - A eficiência do BFA quanto aos objetivos do BVJ propostos pelo Programa no país, em 2008 e 2009, sob controle do sistema de coleta de dados Projeto Presença/MEC.

Unidades Escolares em nível de:	Eficiência no monitoramento da frequência $\geq 75\%$	Eficiência na redução dos alunos com frequência $< 75\%$	Eficiência na localização dos alunos evadidos.
--	---	---	---

2008			
Brasil	Sem definição, pois os índices praticamente não se alteraram de 78,3% para 78,4%.	Ineficiente, aumento nos índices de 2,4% para 4,4%	Eficientes, os índices reduziram de 7,5% para 15%.
São Paulo	Eficiente, aumento nos índices de 75,5% para 79,4%.	Ineficiente, aumento nos índices de 5,3% para 9,0%.	Ineficientes, os índices reduziram de 6,3% para 14,8%.
2009			
Brasil	Eficiente, aumento nos índices de 77,8% para 79,5%.	Ineficiente, aumento nos índices de 2,5% para 5,5%	Ineficientes, os índices aumentaram de 15% para 15,9%.
São Paulo	Eficiente, aumento nos índices de 78,2% para 78,8%.	Ineficiente, aumento nos índices de 7,8% para 12,1%.	Ineficientes, os índices aumentaram de 16,8% para 18,3%.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS

De acordo com a tabela 7, organizada a partir dos dados dos anexos C e E, no período de 2008 a 2009, o Projeto mostrou eficiência no monitoramento da frequência escolar dos alunos beneficiários; porém, quanto ao aumento da frequência escolar dos alunos com frequência abaixo de 75%, foi comprovada a ineficiência do Programa, uma vez que os índices apresentaram um grande aumento. A ineficiência na localização e reinserção dos alunos evadidos, por parte da escola, também foi observada.

Neri (2009) afirma que muitos alunos de 16 a 17 anos ou não encontram interesse na escola ou preferem inserir-se no mercado de trabalho de forma prematura, comprometendo seu futuro educacional e profissional, uma vez que os mesmos estarão sujeitos aos subempregos e aos subsalários.

Os consolidados do BFA e do BVJ evidenciam a maior eficiência do primeiro sistema de acompanhamento de frequência sobre o segundo; contudo, um fato nos chama a atenção e merece considerações: o primeiro Programa controla a frequência de alunos cuja faixa etária é de 6 a 15 anos, e o segundo, cuja faixa etária é de 16 a 17, anos, idade em que os jovens possuem maior independência social e até financeira de suas famílias, dificultando o processo de coleta de dados sobre a frequência escolar dos beneficiários nas unidades escolares brasileiras.

5.2. Projeto Presença em nível municipal.

Em um primeiro momento, analisaremos os consolidados fornecidos pelo sistema MEC/MDS - Projeto Presença em nível municipal e em nível de unidades escolares, buscando dados que nos informem a eficiência do sistema com relação ao objetivo proposto na subseção anterior. Por meio da elaboração de uma tabela, em um segundo momento compararemos essas observações em nível municipal com aquelas que relatamos em nível nacional e estadual. Dessa maneira, poderemos ter uma visão geral do sistema de monitoramento de frequência escolar, desde a origem, na unidade escolar do município, até sua composição final em nível de Brasil, buscando adequar nossas análises à realidade do Projeto Presença, tanto em nível micro-organizacional (município) quanto em nível macro-organizacional (Brasil, 2009).

Abaixo apresentaremos a tabela 7, que informa o índice de alunos beneficiários em descumprimento com as condicionalidades em nível municipal, no período de 2007 a 2009:

Tabela 8- A eficiência do BFA quanto aos objetivos do BV propostos pelo Programa, sob controle do sistema de coleta de dados Projeto Presença/MEC, no município de Restinga, estado de São Paulo.

Unidades Escolares em nível de:	Eficiência no monitoramento da frequência $\geq 85\%$	Eficiência na redução dos alunos com frequência $< 85\%$	Eficiência na localização dos alunos evadidos.
2007			
Restinga	Eficiente, aumento nos índices de 77,4% para 99,8%.	Não eficiente, aumento nos índices de 0% para 0,9%.	Eficientes, pois os índices permaneceram praticamente constantes 0% a 0,2%.
Escola Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI)	Eficiente, índices constante em torno de 100%.	Eficiente, os índices em torno de 0%.	Eficiente, índices em torno de 0%.
Escola Prof. Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII)	Eficiente, aumento nos índices de 75,5% para 100%.	Eficiente, os índices permaneceram em 0%.	Eficiente, pois os índices reduziram de 24,5% para 0%.
Escola Isaac Vilela de Andrade (EEEM)	Eficiente, aumento nos índices de 73,9% para 89,8%.	Ineficiência, os índices aumentaram de 0% para 10,2%.	Eficiência, os índices reduziram de 26,5% para 0%.
2008			
Restinga	Ineficiente, redução nos índices de 99,5% para 98,3%.	Não eficiente, aumento nos índices de 0% para 2%.	Eficientes, pois os índices permaneceram praticamente constantes 0,5% a 0,2%.
Escola Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI)	Eficiente, os índices aumentaram de 82,6% para 95%.	Eficiente, os índices em torno de 0%.	Eficiente, os índices diminuíram de 17,4% para 5,0%.
Escola Prof. Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII)	Eficiente, aumento nos índices de 85,9% para 94%.	Ineficiente, aumento nos índices de 0% para 4,1%.	Eficiente, pois os índices reduziram de 14,8% para 1,8%.
Escola Isaac Vilela de	Eficiente, aumento nos	Eficiência, os índices	Eficiência, os índices

Andrade (EEM)	índices de 85,7% para 100%.	permaneceram em 0% .	reduziram de 14,3% para 0%.
2009			
Restinga	Ineficiente, diminuição nos índices de 99,8% para 96,4%.	Ineficiente, aumento nos índices de 0% para 2%.	Ineficientes, pois os índices aumentaram de 0,2% a 3,6%.
Escola Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI)	Eficiente, índices constante em torno de 99%.	Ineficiente, os índices aumentaram de 0% para 1%.	Eficiente, índices em torno de 0%.
Escola Prof. Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII)	Ineficiente, reduziram os índices de 100% para 95,2%.	Ineficiente, os índices aumentaram de 0% para 4,7%.	Eficiente, pois os índices permaneceram em 0%.
Escola Isaac Vilela de Andrade (EEM)	Eficiente, os índices permaneceram em 100%.	Eficiência, os índices permaneceram em 0%.	Eficiência, os índices permaneceram em 0%.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS.

Por intermédio da tabela 8, organizada a partir dos dados dos anexos F, H, J e L, no ano letivo de 2007 observamos a eficiência do Projeto, tanto do município quanto das escolas, em relação ao controle ou monitoramento da frequência escolar dos alunos beneficiários; porém, a ineficiência do município, em relação ao aumento da frequência dos alunos com frequência abaixo de 85%, foi observada. Um fato curioso é que, tanto a escola Lázaro Cassimiro de Lima quanto a escola Professora Gilberta Vilela Rosa, demonstraram eficiência no aumento da frequência escolar dos alunos beneficiários com frequência abaixo de 85%. No entanto, a ineficiência observada na escola Isaac Vilela de Andrade quanto ao aumento nos índices de frequência escolar, que está acima dos 75%, explica a ineficiência encontrada no município.

No ano de 2008, observamos um fato curioso, a ineficiência do Projeto em nível municipal no controle da frequência escolar dos alunos beneficiários (Anexo F), pois seus índices reduziram de 99,5% para 98%. Porém, suas unidades escolares apresentaram índices que comprovaram eficiência nesse sentido, fato perfeitamente explicado devido ao aumento dos índices de monitoramento por unidade escolar (Anexos H e J). Apesar de os índices serem bem elevados, a ineficiência do Projeto no aumento da frequência escolar dos alunos com frequência abaixo de 85% foi evidenciada no município em função da elevação desses índices na escola Professora Gilberta Vilela Rosa.

Quanto à eficiência das unidades escolares do município na localização e reinserção dos alunos em estado de evasão escolar, foi comprovada em todas as unidades escolares do município, levando-o à eficiência nesse item, em 2008.

O ano de 2009 foi atípico, pois o município apresentou ineficiência em todos os itens por nós analisados, apesar de índices bem próximos dos 96,4% com relação aos

alunos do município com frequência monitorada. Enquanto a escola Lázaro Cassimiro de Lima e a escola Isaac Vilela de Andrade apresentaram eficiência, a escola Professora Gilberta Vilela Rosa apresentou redução neste índice, ocasionando a ineficiência do Programa. Um fato que nos deixou intrigados refere-se à eficiência na localização e reinserção dos alunos evadidos da escola no ambiente escolar. Os consolidados emitidos pelo sistema MEC/MDS evidenciam a ineficiência do município neste item, porém os consolidados em nível de unidades escolares não apontam para essa realidade. Assim observamos, pela primeira vez, o conflito na geração dos dados desses consolidados.

Comparando os consolidados de acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do BFA, no período de 2006 a 2009, em relação aos três níveis, federal, estadual e municipal, os índices de alunos com acompanhamento da frequência escolar no município de Restinga seguem os mesmos padrões daqueles analisados em nível federal e estadual, evidenciando a eficiência no acompanhamento da frequência dos alunos munícipes beneficiários. No que se refere à diminuição nos índices de evasão escolar, o município também foi eficiente, ao contrário do que observamos em nível federal e estadual. Quanto à localização dos alunos sem informações, o município provou ser ineficiente, ao contrário dos demais níveis, que provaram ser eficientes. Observe a tabela abaixo:

Tabela 9 - A eficiência do BFA quanto aos objetivos do BVJ propostos pelo Programa, sob controle do sistema de coleta de dados Projeto Presença/MEC, no município de Restinga, estado de São Paulo.

Unidades Escolares em nível de:	Eficiência no monitoramento da frequência $\geq 75\%$	Eficiência na redução dos alunos com frequência $< 75\%$	Eficiência na localização dos alunos evadidos.
2008			
Restinga	Eficiente, aumento nos índices de 0,0% para 97,1%.	Não eficiente, aumento nos índices de 0% para 19,0%.	Sem conceito, pois os índices eram de 0% e permaneceram em 0%.
Escola Lazaro Cassimiro de Lima (EMEFEI)	Eficiente, os índices aumentaram de 50% para 100%.	Eficiente, os índices permaneceram em 0%.	Sem conceito, os índices permaneceram em 0%.
Escola Prof. Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII)	Eficiente, aumento nos índices de 57,9% para 81,5%.	Ineficiente, os índices aumentaram de 0% para 18,5%.	Eficiente, pois os índices reduziram de 42% para 0%.
Escola Isaac Vilela de Andrade (EEEM)	Eficiente, aumento nos índices de 35,6% para 76,9%.	Ineficiência, os índices aumentaram de 0% para 18%.	Eficiência, os índices reduziram de 64,4% para 5,1%.
2009			
Restinga	Ineficiente, diminuição nos índices de 100% para 0%.	Mesmo com a redução nos índices de 5,5% para 0%, não apresentou eficiência, pois todos os alunos ficaram sem monitoramento.	Ineficientes, pois os índices aumentaram de 0% para 100%.
Escola Lazaro Cassimiro de Lima	Ineficiente, os índices permaneceram em 0%	Mesmo com a redução nos índices de 100%	Ineficiente, os índices aumentaram de 0% para

(EMEFEI)		para 0%, não apresentou eficiência pois todos os alunos ficaram sem monitoramento.	100%.
Escola Prof. Gilberta Vilela Rosa (EMEFEI)	Ineficiente, os índices diminuíram de 56,3% para 0%.	Mesmo com a redução nos índices de 16,3% para 0%, não apresentou eficiência, pois todos os alunos ficaram sem monitoramento.	Ineficiente, pois os índices aumentaram de 0% para 100%.
Escola Isaac Vilela de Andrade (EEM)	Ineficiente, redução nos índices de 83,7% para 0%.	Eficiência, os índices permaneceram em 0% .	Eficiência, os índices reduziram de 14,3% para 0%.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS.

A tabela 9 foi organizada a partir dos dados dos anexos G, I, K e M, para o ano letivo de 2008. Observamos a eficiência do Programa quanto ao monitoramento da frequência escolar dos alunos beneficiários em nível municipal e em nível de unidades escolares. A ineficiência do Programa no aumento da frequência para 75% foi detectada no município, em decorrência da ineficiência do Programa na escola Professora Gilberta Vilela Rosa e na escola Isaac Vilela de Andrade. Contudo, em relação à eficiência das unidades escolares na localização e reinserção dos alunos evadidos, tanto o município quanto suas unidades escolares foram eficientes.

No ano letivo de 2009, foi detectada a ineficiência do Programa em todos os itens de análise e em todos os níveis de análise, e acreditamos que algo tenha acontecido no desempenho dos gestores municipais do Programa, pois esses índices contrariam aqueles que encontramos em nível federal e estadual.

Na comparação entre os consolidados do BVJ, entre os índices da unidade escolar e os índices municipais do BVJ, evidenciamos ineficiência do Projeto no monitoramento da frequência escolar e na diminuição da evasão escolar dos beneficiários, o que nos mostra a falta de ações eficazes por parte dos gestores presentes na unidade escolar, para reverter esses índices (BRASIL, 2009).

5.3. Percentual de abandono nas escolas de Restinga, de 2004 a 2009

O combate à evasão escolar é uma das principais metas do plano nacional de educação firmado entre a União, estados e municípios, monitorado pelo MEC. Dessa forma, monitorar a frequência escolar dos filhos dos beneficiários do PBF torna-se muito importante, pois essas famílias estão em situação de vulnerabilidade social e por tal fato são privadas do acesso aos direitos sociais, constitucionalmente garantidos, como educação, saúde e assistência social. Logo, o controle da frequência escolar visa garantir a permanência dos filhos dos beneficiários do BFA na escola, propiciando os meios necessários para o rompimento do ciclo da pobreza.

Nesta subseção, analisaremos os índices de evasão escolar dos alunos beneficiários e dos alunos não beneficiários, no período de 2004 a 2009. Assim sendo, teremos informações a respeito da eficiência do Projeto Presença no combate à evasão escolar no município de Restinga.

Os percentuais de evasão escolar no município de Restinga foram calculados levando-se em conta o número de alunos matriculados e os nomes dos alunos evadidos, por consulta ao sistema PRODESP, tanto na escola Lázaro Cassimiro de Lima quanto na escola Gilberta Vilela Rosa. Esses nomes foram comparados às listas de famílias beneficiárias, emitidas mês a mês pelo sistema CadÚnico da Caixa Econômica Federal. Tivemos, assim, os percentuais de alunos evadidos, pertencentes e não pertencentes ao PBF.

Como já foi apresentado na subseção 3.3 de nosso trabalho, um dos índices para a verificação do rendimento escolar é o índice de evasão. Sendo assim, se os índices de evasão escolar dos beneficiários forem menores do que os índices dos não beneficiários, obtemos meios para verificação do rendimento escolar destes alunos.

Como já foi anteriormente dito, o MEC não possui metas a atingir quanto à evasão escolar; contudo, quanto menores forem os índices, maior será a eficiência do Projeto. Para fins de comparação, utilizaremos os índices publicados em 2009 sobre as taxas de Rendimento Escolar dos beneficiários versus não beneficiários do PBF, com índices de evasão escolar de 3,6 % para beneficiários e de 4,8% para não beneficiários, para o ensino fundamental, e para o ensino médio de 7,2% para beneficiários e 14,3% para não beneficiários, de acordo com o PNAD (2006).

Finalmente, compararemos os índices de evasão escolar, calculados por meio dos dados fornecidos pelo sistema PRODESP com os dados fornecidos pelos consolidados do sistema Presença MEC/MDS. Teremos, então uma nova fonte para observarmos se os sistemas são informados de maneira semelhante pelos gestores de cada unidade escolar, identificando, assim, possíveis distorções entre os sistemas oficiais de controle de frequência escolar, tanto em nível federal (Projeto Presença) quanto em nível estadual (sistema PRODESP).

Na figura abaixo, procuramos comparar o número de alunos que abandonaram a escola, levando-se em conta o ano, a escola, a série que os alunos frequentavam naquele período e, ainda, se o aluno beneficiário era assistido pelo PBF:

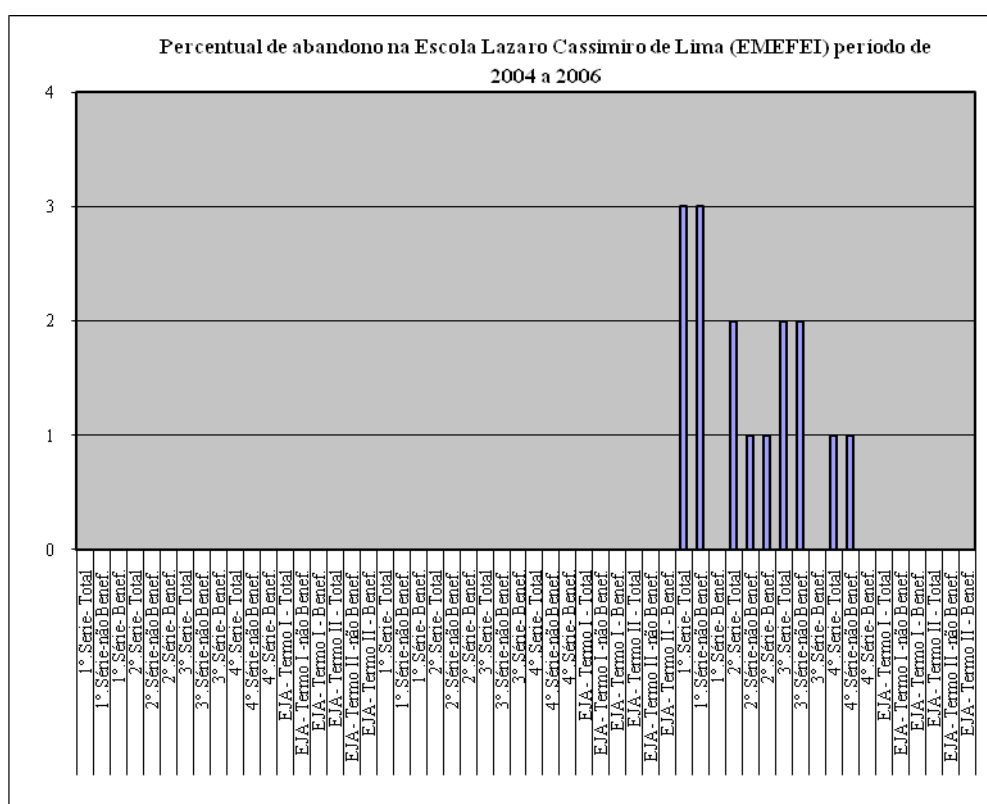


Figura 2 – O total de alunos da escola professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2004 a 2006.

Do ano de 2004 a 2005, a escola não apresentou abandonos; contudo, em 2006, a escola teve 20 alunos evadidos. Deste montante, três alunos pertenciam ao 1º ano do ciclo I e nenhum deles pertencia ao BFA; no 2º ano houve dois alunos e, destes, apenas um pertencia ao BFA; no 3º ano, dois alunos abandonaram os estudos e nenhum deles pertencia ao Programa; finalmente, no 4º ano havia um único aluno, não pertencente ao Programa, que abandonou os estudos. Na pré-escola - modalidade de ensino também

atingida pela evasão escolar - observamos dois alunos evadidos na segunda etapa; no entanto, estes não pertenciam ao BFA. Na EJA - 1º termo, observamos 10 abandonos, sendo que estes não pertenciam ao Programa. Cabe ressaltar que, do total de 20 alunos em situação de abandono, apenas um pertencia ao BFA, número que representa 5% do total de alunos evadidos nesta escola.

Os índices de evasão escolar para alunos beneficiários, no ano letivo de 2006, foram de 0,15%, para alunos beneficiários e 1,15%, para não beneficiários, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS no ano de 2006, os quais estavam abaixo tanto na média nacional quanto em relação aos alunos não beneficiários. Os alunos beneficiários do PBF apresentaram melhor rendimento que os não beneficiários.

A figura abaixo representa o total de alunos da escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima, do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2007 a 2009.

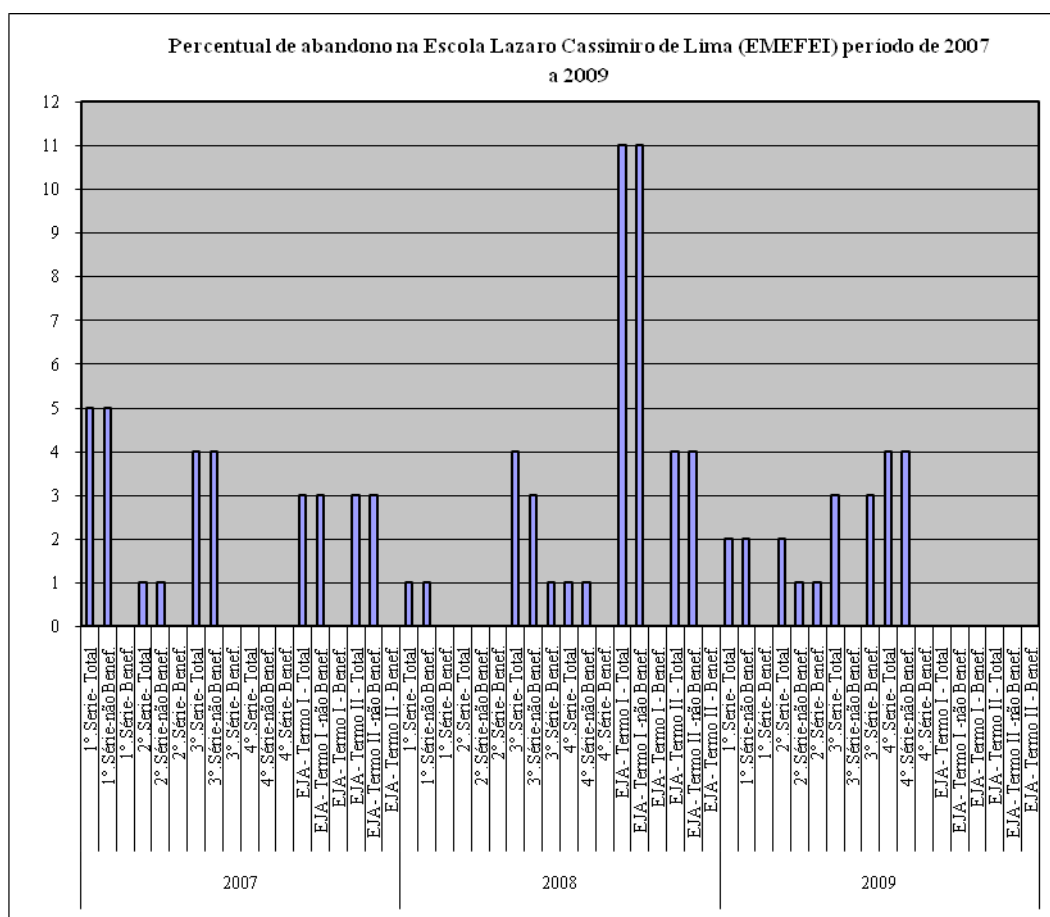


Figura 3 - O total de alunos da escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEL), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2007 a 2009.

No ano de 2007, podemos observar que: no 1º ano do ciclo I constam cinco abandonos, nenhum aluno pertencia ao BFA; no 2º ano houve um abandono, mas o

aluno não pertencia ao Programa; no 3º ano houve quatro abandonos e nenhum aluno pertencia ao BFA; o 4º ano não apresentou evasão escolar. Quanto ao ensino de jovens e adultos, tanto o termo I (1ª e 2ª séries do ciclo I) quanto o termo II (3ª e 4ª séries do ciclo I), apresentaram seis alunos evadidos, sendo três de cada termo, mas nenhum pertencia ao BFA. Cabe ressaltar, ainda, que o controle da frequência escolar para os alunos da EJA presencial só entrou em vigor em 2008, com o BVJ. Em 2007, do total de 16 alunos evadidos nenhum pertencia ao PBF. Os índices de evasão escolar para alunos beneficiários, nesse ano, foram de 0 % e para não beneficiários de 0,9%, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS no ano de 2006. Então, podemos observar o maior rendimento escolar dos alunos beneficiários em relação aos alunos não beneficiários.

Contudo, comparando os índices de alunos beneficiários sem informações com consolidados MEC/MDS (Anexo H), estes conferem com os dados sobre evasão escolar que encontramos na unidade escolar, nesse ano letivo; sendo assim, os sistemas MEC/MDS e PRODESP não apresentaram distorções de informações.

Em 2008, tivemos um aluno evadido no 1º ano do ciclo I, mas este não pertencia ao PBF; no 2º ano, nenhuma evasão; no 3º ano, do total de quatro alunos evadidos, um aluno pertencia ao PBF; finalmente, no 4º ano, houve um aluno evadido, o que não pertencia ao BFA. O ensino de jovens e adultos no termo I apresentou onze alunos evadidos, mas destes nenhum pertencia ao BVJ. Já o termo II apresentou quatro alunos evadidos, sendo que nenhum pertencia ao BVJ. Assim, constatamos que, do total de 21 alunos evadidos, apenas um pertencia ao PBF, ou seja, 4,76 % do total de alunos evadidos.

Os índices de evasão escolar para alunos beneficiários, no ano letivo de 2008, foram de 0,16%, e para não beneficiários, de 3,2%, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS no ano de 2006. Observamos, assim, o maior rendimento escolar dos alunos beneficiários em relação aos não beneficiários.

Quando comparamos os dados fornecidos pelos consolidados MEC/MDS (Anexo H) com aqueles fornecidos pela PRODESP, observamos que, dos 19 alunos sem informação no sistema MEC/MDS, apenas um evadiu-se da escola, segundo o sistema PRODESP, demonstrando que ocorreram distorções entre as informações transferidas aos sistemas; porém, esta distorção pode ser explicada devido ao fato que, segundo a LDB de 1996 (Lei nº9.394), para um aluno ser considerado evadido deve ter faltas superiores a 75% do total de aulas ministradas no ano letivo. Cabe lembrarmos que a

frequência mínima exigida pelo BFA é de 85% da frequência bimestral. Possivelmente, esses 18 alunos não foram considerados evadidos e avançaram de série/ano, pois só se tornaram evadidos pelo sistema Projeto Presença apenas no último bimestre de 2008.

Em 2009; tanto no 1º quanto no 2º ano houve dois alunos evadidos em cada um, mas apenas um do 2º ano pertencia ao PBF; no 3º ano, de três alunos evadidos, três pertenciam ao PBF; finalmente, no 4º ano, houve quatro alunos evadidos e nenhum pertencia ao BFA. Na EJA, tanto o termo I quanto o termo II não apresentaram alunos evadidos. Nesse ano, observamos que, do total de 11 alunos evadidos, quatro pertenciam ao PBF, ou seja, 36,36% do total de alunos evadidos.

Os índices de evasão escolar para alunos beneficiários, no ano letivo de 2009, foram de 0,5%, e para não beneficiários, de 0,9%, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS no ano de 2006. Sendo assim, observamos o maior rendimento escolar dos alunos beneficiários em relação aos não beneficiários.

Quando comparamos os dados fornecidos pelos consolidados MEC/MDS (Anexo H) com aqueles fornecidos pela PRODESP, observamos que os quatro alunos tiveram frequência abaixo da exigida pelo Programa e evadiram-se da escola, de acordo com o sistema PRODESP. Dessa maneira, tanto o sistema MEC/MDS quanto o sistema PRODESP não apresentam distorções nas informações a eles enviadas pelos gestores da unidade escolar.

A figura a seguir representa o total de alunos da escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2004 a 2006:

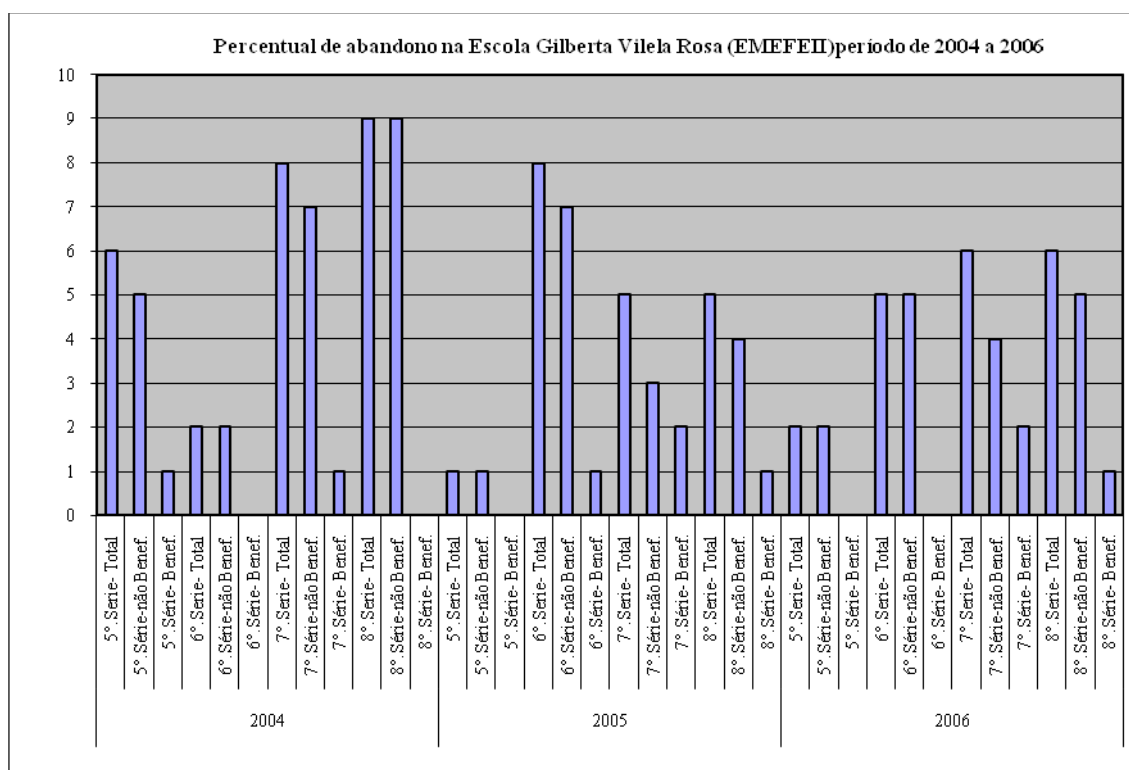


Figura 4 – O total de alunos da escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEI), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2004 a 2006.

No ano de 2004, observamos que, no 5º ano do ciclo II, seis alunos abandonaram os estudos e, destes, um era beneficiário do BFA; no 6º ano, houve dois alunos evadidos, contudo nenhum deles pertencia ao PBF; o 7º ano apresentou oito alunos em situação de abandono e, destes, um aluno era beneficiário; o 8º ano possuía nove alunos evadidos, sendo que, destes, um era beneficiário. Em 2004, existiam 25 alunos, os quais abandonaram os estudos e apenas dois deles pertenciam ao PBF, ou seja, 8% do total de alunos evadidos. No ano de 2004, os índices de evasão escolar foram de 0,350 para alunos beneficiários e 3,92 para não beneficiários, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS no ano de 2006, evidenciando um maior rendimento escolar dos alunos beneficiários em relação aos não beneficiários.

Em 2005, houve um aluno evadido no 5º ano do ciclo II, mas este não pertencia ao PBF; no 6º ano, do total de oito alunos que evadiram, apenas um era beneficiário do BFA; no 7º ano, do total de cinco alunos evadidos, apenas dois pertenciam ao PBF, e, finalmente, no 8º ano, do total de cinco alunos que abandonaram os estudos, apenas um pertencia ao BFA. Logo, do montante de 19 alunos evadidos no ano de 2005, quatro pertenciam ao PBF e tinham suas frequências acompanhadas, representando 21,05% do

total de alunos evadidos naquele período. No ano letivo de 2005, os índices de evasão escolar foram de 0,7% para alunos beneficiários, 2,79% para não beneficiários e de 2,7%, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS no ano de 2006. Novamente observamos um maior rendimento escolar dos alunos beneficiários pelo PBF.

Em 2006, observamos que dois alunos, não pertencentes ao BFA, abandonaram os estudos no 5º ano; no 6º ano, dos cinco alunos que abandonaram os estudos, nenhum pertencia ao BFA; no 7º ano, dos seis alunos evadidos, dois pertenciam ao Programa, e no 8º ano, do total de seis alunos, apenas um pertencia ao Programa. Nesse período, a escola apresentou 19 evasões, das quais três são alunos assistidos pelo PBF e tinham suas frequências acompanhadas pelo Projeto Presença, representando 15,8% do total de alunos evadidos no período. No ano letivo de 2006, os índices de evasão escolar foram de 0,5% alunos beneficiários e 2,8% para não beneficiários, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS no ano de 2006. Novamente evidenciamos um maior rendimento escolar dos alunos beneficiários do PFA.

A figura abaixo representa o total de alunos da escola Professora Gilberta Vilela Rosa que abandonaram os estudos no período de 2007 a 2009:

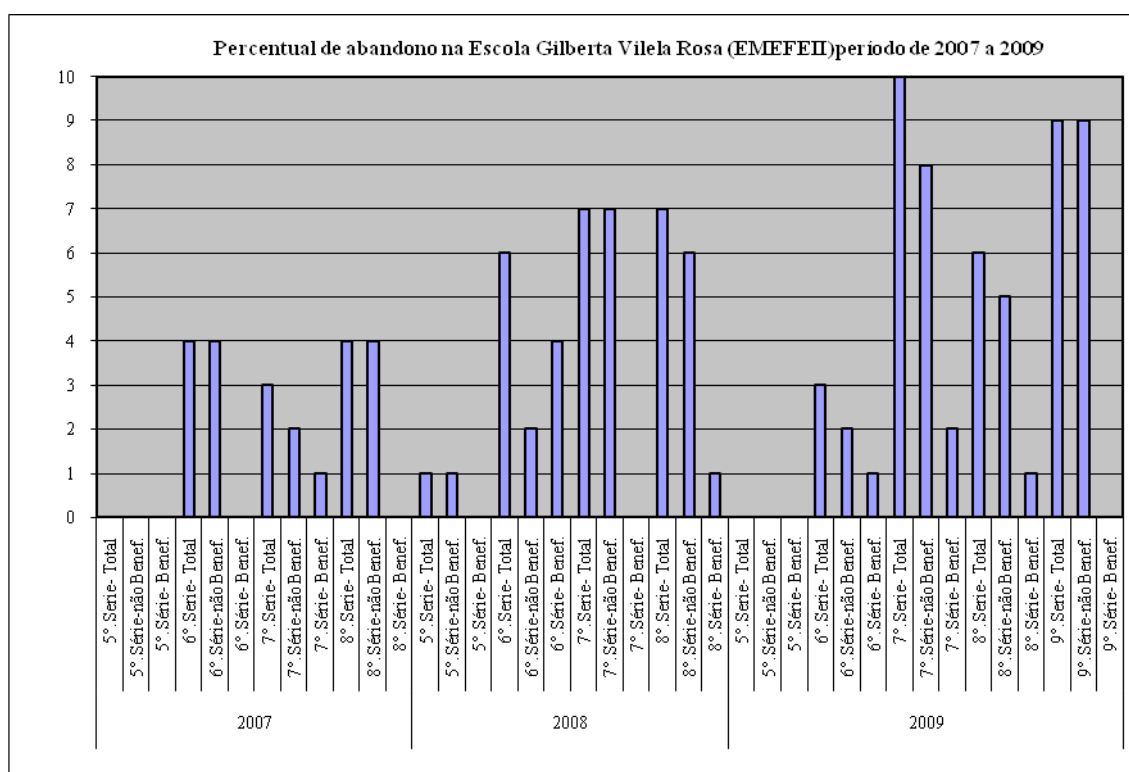


Figura 5 – O total de alunos da escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEEII), do município de Restinga, que abandonaram os estudos no período de 2007 a 2009

No ano de 2007, observamos que, no 5º ano do ciclo II, não ocorreram evasões; no 6º ano, foi quatro o número de abandonos, mas nenhum dos alunos pertencia ao PBF; no 7º ano, houve três alunos evadidos e, destes, um era beneficiário do BFA; no 8º ano, houve quatro alunos evadidos e, destes, nenhum pertencia ao PBF. Nesse ano, observamos que 11 alunos abandonaram os estudos e apenas um deles pertencia ao PBF, ou seja, 9% do total de alunos evadidos. No ano letivo de 2007, os índices de evasão escolar foram de 0,25% para alunos beneficiários e para não beneficiários, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS no ano de 2006. Um maior rendimento escolar dos beneficiários é novamente observado.

Quando comparamos os dados fornecidos pelos consolidados MEC/MDS (Anexo J) com aqueles fornecidos pela PRODESP, observamos que nenhum aluno teve frequência abaixo da exigida pelo Programa e um aluno foi informado ao sistema PRODESP como evasão. Dessa maneira, concluímos que ocorreram distorções nos dados informados entre os sistemas.

Em 2008, tivemos um aluno evadido no 5º ano do ciclo II, mas este não pertencia ao PBF; no 6º ano, dos seis alunos evadidos dois eram alunos beneficiários do BFA; no 7º ano, dos sete alunos evadidos nenhum pertencia ao PBF, e, finalmente no 8º ano, dos sete alunos evadidos apenas um pertencia ao BFA. Nesse ano, observamos cinco alunos num total de 21 evadidos, 3 pertenciam ao PBF, representando 14,3% do total de alunos evadidos. Os índices de evasão escolar foram de 1% para alunos beneficiários e 3,1% para não beneficiários, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS para ano de 2006. Um maior rendimento escolar dos beneficiários é novamente observado.

Porém, quando comparamos os dados fornecidos pelos consolidados MEC/MDS (Anexo J) com aqueles fornecidos pela PRODESP, observamos 10 alunos, sendo que sete possuem frequência abaixo da exigida pelo Programa e três estão evadidos (sem informação); desses, cinco alunos foram informados ao sistema PRODESP como evadidos. Assim sendo, podemos observar uma distorção entre os dados informados ao sistema MEC/MDS em relação ao sistema PRODESP; porém, essa distorção pode ser justificada tendo em vista os critérios em nível de LDB de 1996 (Lei nº9.394), necessários para caracterização de evasão escolar. Possivelmente, esses cinco alunos não foram considerados evadidos e avançaram de série/ano, pois só se tornaram

evadidos e ou faltosos pelo sistema Projeto Presença apenas no último bimestre de 2008.

Em 2009, tivemos o acréscimo da nona série ao ciclo II e não observamos nenhum abandono no 5º ano; no 6º ano, dos três abandonos um deles pertencia ao BFA; no 7º ano, dos dez alunos evadidos dois pertenciam ao Programa, no 8º ano, dos seis alunos, um aluno pertencia ao Programa; no 9º ano, dos nove alunos, nenhum pertencia ao Programa. Nesse período, a escola apresentou 28 evasões e, destas, três foram de alunos assistidos pelo PBF, representando 10,7% do total dos alunos evadidos.

Os índices de evasão escolar foram de 0% para alunos beneficiários e 1,7% para não beneficiários, índices bem abaixo dos encontrados pelo MEC/MDS para ano de 2006, demonstrando um maior rendimento escolar dos beneficiários em relação aos alunos não beneficiários.

Quando comparamos os dados fornecidos pelos consolidados MEC/MDS (Anexo J) com aqueles fornecidos pela PRODESP, observamos que oito alunos possuem frequência abaixo da exigida pelo Programa e, destes, apenas três alunos foram informados ao sistema PRODESP como evadidos. Evidencia uma possível distorção entre os dados informados aos sistemas em análise, fato novamente explicável de acordo com os critérios definidos em nível de LDB de 1996 (Lei nº9.394), necessários para caracterização de evasão escolar. Possivelmente, esses cinco alunos foram considerados aptos a prosseguir seus estudos, não caracterizando evasão escolar.

5.4 – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nesta subseção, discutiremos nossas considerações parciais referentes aos dados observados na seção quatro. Em primeiro lugar, faremos nossas considerações a respeito das características da população de Restinga, levando em conta alguns aspectos, como: o número de famílias pobres, o número de famílias pobres em estado de vulnerabilidade social e, ainda, as características do sistema de ensino do município.

Em segundo lugar, discutiremos as características dos responsáveis pelo recebimento dos benefícios, levando em consideração alguns aspectos, como: gênero, idade, escolaridade, estado civil e cor/raça. Em seguida, faremos as considerações a respeito da eficiência do Projeto Presença, quanto ao controle da frequência escolar dos

beneficiários, quanto à redução dos índices da frequência exigida pelo Programa e, ainda, a eficiência dos gestores escolares na localização dos alunos evadidos das unidades escolares, em nível federal e estadual.

Por conseguinte, faremos as mesmas considerações feitas anteriormente ao Projeto Presença, mas agora em nível municipal e em nível de unidade escolar. Dessa forma, teremos considerações do sistema abrangendo tanto o nível macroestrutural quanto o microestrutural. E, finalmente, exporemos nossas considerações a respeito dos índices de evasão escolar analisados pelos sistemas PRODESP e MEC/MDS (Projeto Presença).

5.4.1. As características da população de Restinga e de seu sistema de ensino

Em relação ao número de famílias pobres em estado de pobreza e vulnerabilidade social, podemos concluir que, no ano de 2008, o município de Restinga possuía em estimativas, de acordo com o PNAD-2006, 763 famílias pobres com o perfil para o Cadastro Único e, destas, 372 famílias estavam em estado de pobreza e vulnerabilidade social; porém, o número de famílias cadastradas foi de 727, atingindo 95% das estimativas realizadas pelo MDS/PNAD-2006. O número de famílias pobres, em estado de vulnerabilidade social, atendidas pelo Programa Bolsa Família, superou as estimativas em 105,1%, pois em 2009 o município possuía 391 famílias recebendo o benefício.

Concluimos que, em 2009, no município de Restinga, de acordo com o PNAD-2006, do total de famílias pobres, 53,8% estavam em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Estes índices foram encontrados, entre aqueles, em nível federal 58,5% e estadual 45,3%, no mesmo período (BRASIL, 2009).

Concluimos, também, que o fluxo de entrada e saída do Programa Bolsa Família apresentou características bem peculiares, uma vez que, de um total de 289 famílias que ingressaram no Programa em 2004, 87 foram desligadas do mesmo por motivos diversos, representando 30,1% das famílias que ingressaram naquele ano. E, ainda, ao compararmos com o total de famílias assistidas em 2009, concluimos que o PBF contava com 51,6% de famílias já atendidas desde o ano de 2004; assim, o fluxo de entrada do Programa, é bem maior que o de saída, contrariando um dos objetivos

primordiais do Programa que é a retirada das famílias da pobreza e da vulnerabilidade social. (WEISSHEIMER, 2006)

O sistema de ensino de Restinga atende à demanda de matrículas em nível de ensino fundamental; porém, em nível de ensino médio não há demanda, pois 42% dos alunos concluintes do ensino fundamental buscam, nas cidades circunvizinhas, melhores condições de estudo. Cabe, ainda, ressaltar que esse processo não foi observado em alunos pertencentes à educação de jovens e adultos, pois estes preferem permanecer na própria cidade. Observamos também, de acordo com o consolidado (Anexo M), elevação nos índices de abandono escolar nessa unidade de ensino.

Quanto às características dos beneficiários do PBF, podemos concluir que a maioria dos responsáveis pelo recebimento do benefício são mulheres, na faixa etária de 35 a 44 anos e de 25 a 34 anos, de escolaridade muito baixa (predomina o ciclo I incompleto), declarando-se predominantemente solteiras e de cor branca. Nossas observações vão de encontro àquelas apresentadas por Weissheimer (2006).

5.4.2. A eficiência do Projeto Presença em nível federal e estadual

Em relação ao controle da Caixa Econômica Federal sobre o Projeto Presença, no período de 2004 até 2006, concluímos que o sistema, em nível nacional, foi eficiente tanto no controle da frequência escolar quanto no aumento da mesma; contudo, as escolas não foram eficientes na localização dos alunos evadidos, pois os índices de alunos sem informações, no final de 2006, eram de aproximadamente 30%, indicando que um terço dos alunos beneficiários estava fora do ambiente escolar. Concluímos, também, que o sistema de controle de frequência escolar da CEF apresentava certa fragilidade no controle de dados, uma vez que o sistema não permitia a verificação, por intermédio de relatórios, do controle de frequência em nível estadual, municipal e unidade escolar.

Em outubro de 2006, o controle da frequência escolar dos beneficiários passa a ser feito pelos sistemas de dados do MEC, momento este em que passa a ser chamado de Projeto Presença. O monitoramento passa a ser mais eficiente, pois agora o sistema possui meios de informar a frequência escolar em diversos níveis, do federal à unidade

escolar. É por intermédio deste sistema que os dados, a respeito da frequência escolar dos beneficiários, são coletados.

O Projeto Presença, em nível nacional e estadual, forneceu dados que evidenciaram a dificuldade das unidades escolares do país em verificarem a frequência escolar dos alunos beneficiários, uma vez que os percentuais de alunos sem informações, no início dos anos letivos de 2007 e 2008, superaram os índices de 30%. No decorrer desses anos letivos, esses índices sofreram significativa redução, constatando um maior empenho das unidades escolares do país no acompanhamento e controle da frequência escolar. Nesse mesmo período, o sistema MEC/Projeto Presença mostrou ser eficiente tanto no acompanhamento quanto na redução dos alunos com frequência abaixo da exigida pelo Programa BFA. Assim, o Programa cumpriu seu objetivo de combater a evasão escolar.

Nos primeiros meses de 2009, concluímos que as dificuldades no controle da frequência escolar, típicas de início de ano letivo, foram reduzidas em 50%, demonstrando uma melhoria no acompanhamento da frequência por parte dos gestores das unidades escolares já no início do ano, algo até este momento inédito. A eficiência do Projeto Presença, quanto ao acompanhamento da frequência escolar e quanto à redução dos índices de alunos com frequência abaixo da exigida pelo Programa, foi constatada, e as unidades escolares brasileiras foram eficientes na localização dos alunos em evasão escolar. Infelizmente, essa eficiência por nós descrita não pode ser aferida em relação às metas propostas pelo MEC, dado que esse Programa de controle de frequência escolar é um Projeto até agora inédito, em toda a história brasileira, e não possui metas específicas a serem atingidas. No entanto, a busca pela redução dos índices de evasão escolar no país não foi esquecida, pois a cada dez alunos que inicia seus estudos, apenas cinco concluem o ensino fundamental no país. (BRASIL, 2009)

Em relação ao controle da frequência escolar dos beneficiários do BVJ, benefício este pago às famílias com filhos com idade de 15 a 17 anos e matriculados na rede pública de ensino, as unidades escolares do país apresentaram dificuldades ainda maiores que àquelas que concluímos quanto ao BV, benefício pago às famílias com filhos entre 6 e 15 anos incompletos e matriculados na rede pública de ensino.

Os índices de alunos sem informações superaram os 69% no início do ano letivo de 2008, primeiro ano da implantação de benefício; contudo, ao longo dos anos letivos de 2008 e 2009, esses índices tiveram uma sensível redução, evidenciando um maior empenho dos gestores escolares no acompanhamento da frequência escolar dos

beneficiários do Programa. Dessa maneira, concluímos que houve eficiência do Projeto Presença, tanto no controle da frequência quanto no aumento da frequência dos alunos com frequência escolar abaixo da exigida pelo PBA. Em nível federal, foi comprovada a eficiência das unidades escolares na localização dos alunos evadidos, pois os índices de alunos em situação de abandono escolar, isto é, alunos sem informação, diminuíram significativamente.

As reduções observadas quanto aos índices de evasão escolar dos beneficiários do PBF estão em consonância com os dados públicos emitidos pelo MEC/MDS em 2010, nos quais os relatórios apontaram para a redução dos índices de evasão escolar deste grupo social, o que é privado historicamente do acesso aos bancos escolares e da permanência nos mesmos. (SAVIANI, 2007; ZOTTI, 2004)

Cabe ressaltar que os alunos de 15 a 17 anos, segundo Neri (2009), necessitam de uma atenção especial, visto que estão mais sujeitos a abandonarem os estudos para ingressarem no mercado de trabalho, reduzindo sua escolarização e submetendo-se a salários baixos e ao subemprego. Além disso, gera mão de obra de baixa capacidade produtiva e intelectual, atrasando o processo de expansão capitalista, em que o país está inserido no presente momento.

Concluímos que as dificuldades apresentadas nas unidades escolares brasileiras são as mesmas que identificamos nas unidades escolares paulistas. Essas dificuldades foram detectadas tanto no controle da frequência escolar dos alunos beneficiários quanto no aumento da frequência escolar exigida pelo BFA. Contudo, as unidades escolares paulistas não demonstraram a mesma eficiência, em relação às demais unidades escolares brasileiras, no controle da frequência escolar dos beneficiários, pois os índices em nível federal são bem próximos aos índices em nível estadual. Quanto ao aumento da frequência dos alunos, que se encontravam abaixo da mínima exigida pelo Programa, as escolas paulistas não comprovaram eficiência, dado que os índices foram bem maiores que o dobro daqueles apresentados em nível federal.

Um fato muito positivo foi quanto à eficiência das unidades escolares na localização dos alunos evadidos e sua reinserção no ambiente escolar. Neste quesito, as escolas paulistas demonstraram eficiência superior àquela encontrada em nível federal, evidenciando que todo o aparato administrativo estadual, no que se refere à fiscalização dos alunos evadidos, inicia-se no ambiente escolar e passa pelo juizado da infância e da juventude, sendo que este se revela mais organizado do que aquele de outros estados da federação. Talvez este fato explique os elevados índices estaduais de alunos

beneficiários com frequência abaixo da exigida pelo Programa em relação às demais unidades federativas.

No que se refere ao Benefício Variável Jovem, as escolas paulistas apresentaram índices que evidenciaram eficiência no monitoramento da frequência escolar de seus alunos de 16 ou 17 anos, assim como na localização dos alunos evadidos das escolas paulistas; contudo, foram ineficientes no aumento da frequência escolar daqueles que possuíam frequência abaixo da exigida pelo Programa.

Se compararmos os índices do estado de São Paulo com os demais índices do país, o estado possui índices bem menores do que aqueles em nível federal, no que diz respeito ao monitoramento da frequência escolar dos beneficiários. Outro fato interessante está nos índices de alunos com frequência abaixo da exigida pelo Programa. Os índices estaduais estão bem acima, são o dobro daqueles apresentados em nível federal; além disso, o mesmo fato foi observado com relação aos índices de alunos evadidos. Uma das possíveis explicações para essa realidade pode estar em Neri (2009), pois, para os estados mais ricos da federação, as oportunidades de trabalho para os jovens são maiores, transferindo sua atenção dos estudos para o mercado de trabalho informal e para o subemprego. Essa realidade não é encontrada em outros estados mais pobres de federação, nos quais os jovens permanecem na escola, pois o benefício é fundamental para a subsistência das famílias pobres.

5.4.3. A eficiência do Projeto Presença em nível municipal e em nível de unidade escolar

As escolas do município de Restinga apresentaram as mesmas dificuldades de controle da frequência escolar de seus alunos beneficiários no início do ano letivo de 2007, ou seja, havia 22,6% de alunos sem informações e, possivelmente, em estado de evasão escolar. Entre os anos de 2007 e 2009, as escolas do município provaram ser eficientes no controle da frequência escolar de seus alunos beneficiários, chegando a quase 100% de controle, e foram igualmente eficientes na localização dos alunos de 6 a 14 anos e na reinserção dos mesmos no ambiente escolar. Em contraponto, demonstraram ineficiência com relação aos índices de alunos com frequência abaixo da exigida pelo Programa, pois os consolidados apontaram para o aumento desses índices.

As escolas do município apresentaram grandes dificuldades no monitoramento da frequência escolar dos alunos beneficiários de 15 a 17 anos, pois os índices de monitoramento de frequência sofreram grande diminuição, chegando a 0% no final do ano letivo de 2009. Esses índices informavam a taxa de 100% de alunos em estado de evasão escolar, demonstrando total ineficiência nesse sentido.

Podemos concluir que a escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI) apresentou, no período de 2007 a 2009, quanto ao BVJ para alunos de 6 a 14 anos, eficiência no controle da frequência escolar, chegando a 99% de controle, índice este bem superior àqueles apresentados em nível federal e estadual; entretanto, a escola não foi eficiente no aumento da frequência dos alunos com frequência abaixo da exigida pelo Programa. Apesar disso, esse índice é considerado baixo quando comparado aos encontrados em outros níveis, quando foram apresentados quatro alunos com frequência abaixo de 85%. No que se refere à localização de alunos evadidos e ao BVJ, a escola mostrou-se eficiente em todos os aspectos, no ano de 2008; porém, esse desempenho não foi observado em 2009.

A escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII), com relação ao controle da frequência escolar de seus alunos beneficiários do BV e à localização dos alunos evadidos e sua reinserção nos bancos escolares, apresentou índices que demonstraram eficiência; porém, a escola não demonstrou a mesma eficiência na redução dos índices de alunos beneficiários com frequência abaixo da exigida pelo Programa. Quanto ao BVJ, a mesma eficiência não foi encontrada, evidenciando índices de 100% de ausência de monitoramento e na localização dos alunos evadidos, isto é, ao todo havia 22 alunos evadidos dos 22 monitorados.

A escola Isaac Vilela de Andrade (EEEM) demonstrou ser eficiente no monitoramento da frequência escolar dos alunos beneficiários do BV, na redução dos índices de alunos abaixo da frequência mínima exigida e, principalmente, na localização dos alunos evadidos do ambiente escolar, apesar da grande migração dos alunos dessa escola do BV para BVJ. Os índices de monitoramento da frequência escolar dos alunos do BVJ e os índices de alunos com frequência escolar abaixo da exigida pelo Programa caíram para 0%, em 2009; entretanto, houve um aumento, totalizando 100% de alunos evadidos nesse período, ou seja, havia 51 alunos evadidos de um total de 51 alunos, demonstrando a ineficiência da escola no controle dos índices de frequência escolar dos alunos beneficiários.

Um fato que merece maiores esclarecimentos, por parte dos gestores do Projeto Presença, em todos os níveis analisados, é em relação às variações entre as quantidades bimestrais de alunos beneficiários e, conseqüentemente, de alunos monitorados pelo Projeto Presença. Nada, até agora estudado, explica essas constantes variações que ocorrem mês a mês, mesmo quando analisamos do ponto de vista interministerial, ou seja, o Projeto Presença pertence ao MEC e o sistema de gestão de condicionalidades do PBF pertence ao SERNAC, MDS e MEC. Logo, resta-nos um questionamento: se a coleta de dados, que foi realizada pelos gestores do Projeto Presença em nível municipal, é a única fonte de coleta, o que justificaria essas diferenças entre os sistemas?

5.4.4. Os índices de abandono escolar no município de Restinga

Os índices de abandono escolar no município de Restinga evidenciaram quais são as taxas de rendimento escolar dos alunos pertencentes à rede municipal e estadual de ensino. As taxas de abandono escolar são referentes à frequência abaixo de 75% do total de aulas anuais, e as taxas de aprovação e reprovação referem-se ao aproveitamento escolar dos alunos, que é analisado segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação, Lei nº 9394, de 1996.

Como os municípios do estado de São Paulo estão desde 1998 sob o regime de progressão continuada, as taxas de aprovação e reprovação tornaram-se de pouca importância para nossas análises; então, nosso foco principal são os índices de evasão escolar.

A escola Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI) apresentou, no período de 2004 a 2009, índices de evasão escolar bem abaixo dos publicados pelo MDS (2010); porém, as taxas de evasão dos alunos não beneficiários foram maiores do que as taxas de alunos beneficiários. Concluímos, assim que o Programa BFA, por meio de sua condicionalidade educacional, representa um grande avanço nas políticas sociais de combate à evasão escolar, uma vez que a transferência de renda tem aumentado a assiduidade escolar, a que acarreta o aumento do rendimento escolar. Como já havíamos apresentado na seção 3.3, o rendimento escolar é caracterizado pela frequência acima de 75% e desempenho escolar dos alunos por meio de avaliações que envolvam todo um

conjunto de saberes adquirido ao longo do ano letivo. Com o aumento da frequência escolar e com baixos índices de evasão escolar podemos concluir a eficiência do BFA no que se refere a sua condicionalidade escolar, pois seus beneficiários apresentaram melhoras no rendimento escolar, se os compararmos com os alunos não beneficiários de Restinga. Concluimos, também, que o grande gargalo educacional, do ponto de vista de evasão escolar, está concentrado nos últimos anos das terceiras e quartas séries do ciclo I, série final do ciclo I, em que ocorre reprovação, as quais merecem um cuidado mais acentuado por parte dos gestores da unidade escolar.

A escola Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII) possui alunos que estão na faixa etária entre 11 e 14 anos; assim, os índices de evasão escolar desta unidade são maiores que os índices da escola anterior, mas mesmo com essa característica seus índices de evasão escolar são bem menores do que aqueles publicados pelo MDS (2010), referente ao país. Novamente notamos que os índices de evasão escolar em relação aos alunos não beneficiados são maiores do que os índices dos alunos beneficiados, evidenciando a eficiência do Programa no combate à evasão e na melhora de rendimento escolar de seus beneficiários. O gargalo educacional, nesta instituição de ensino está nas séries finais, as quais possuem índices bem acentuados de evasão escolar e merecem um cuidado mais acentuado por parte dos gestores educacionais.

Independente da utilização de pedidos formais, com os devidos esclarecimentos sobre a natureza de nossa pesquisa, a afirmação de que nenhum nome de aluno seria publicado e de que apenas seriam feitos levantamentos estatísticos, por isso precisaríamos identificar os beneficiários e os não beneficiários evadidos da unidade escolar, as informações sobre os índices de evasão da escola estadual Isaac Vilela de Andrade nos foram negadas, em todos os níveis (direção, supervisão e em nível de diretoria de ensino de Franca (SP)).

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como escopo a análise crítica da evolução histórica das políticas sociais e educacionais do pós-30 até o período de redemocratização do país, e, ainda, a discussão da lógica entre *benefício x contrapartida* educacional.

O interesse pela pesquisa foi motivado por minhas inquietações e tornou-se latente até que ingressei no magistério oficial do estado de São Paulo, deparando-me com diversas dificuldades decorrentes da profissão e, principalmente, na busca por melhor entender a realidade educacional dos alunos de origem pobre pertencentes ao PBF.

O presente trabalho inicia-se com uma revisão da literatura, com o intuito de entendermos a evolução histórica das políticas sociais e educacionais no país. Pesquisas como as de Rosanvallon (1995), Saviani (2007), Torres (2006), Weissheimer (2006) e Zotti (2004), que abordam a temática, reforçam ainda mais a preocupação de entendermos a evolução das políticas sociais e educacionais, e de que maneira elas contribuíram para elaboração das atuais políticas de transferência de renda e suas condicionalidades.

Na revisão da literatura, procuramos fazer um levantamento desde a criação do Programa Bolsa Família, enfatizando em que situação este ocorreu, e ainda quais são seus objetivos em relação às condicionalidades educacionais exigidas das famílias beneficiárias como contrapartida. Constatou-se que o Programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória nº 132, de outubro de 2003, a partir da unificação de vários programas federais de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), para o auxílio às famílias pobres em situação de vulnerabilidade social, buscando combater a miséria e a exclusão social, por intermédio do acesso aos direitos básicos, tais como: saúde, alimentação, educação e assistência social. (WEISSHEIMER, 2006)

No decorrer das discussões, preocupamo-nos em observar as principais características da população de Restinga e de seu sistema de ensino, pois é de grande importância ao pesquisador conhecer seu *locus* de investigação. O município de Restinga possuía, em 2008, uma população de 6.780 habitantes. Desse montante, 763 famílias estavam em situação de pobreza (95% do total estimado pelo PNAD-2006), e

dessas, 391 famílias estavam em situação de pobreza e vulnerabilidade social (105,1% do total estimado pelo PNAD-2006). Comparando-se o número de famílias beneficiárias com o número de cadastros válidos, encontramos um índice de cobertura de 58,6% - índice que demonstra que o benefício tem alcançado aqueles que realmente precisam do mesmo, pois o índice brasileiro de famílias pobres em estado de vulnerabilidade social é de 58,5%.

Restinga possui três escolas, uma de ciclo I e outra de ciclo II, municipalizadas desde 2003, e ainda uma de ensino médio pertencente à rede pública do estado de São Paulo. Quanto aos níveis de ensino de Restinga, concluímos que o ensino fundamental atinge seus objetivos, porém o ensino médio não atinge, pois 42% do total de alunos concluintes do fundamental deslocam-se para outras cidades.

As observações realizadas, por intermédio do CadÚnico da Caixa Econômica Federal, propiciaram-nos o conhecimento das características dos responsáveis pelo recebimento do benefício na cidade de Restinga e, ainda, o fluxo de entrada e de saída das famílias beneficiárias do PBF. Inicialmente, destacamos as características dos responsáveis pelo recebimento do benefício: a maioria são mulheres, solteiras, com faixa etária predominante de 35 a 44 anos, com baixa escolaridade (ciclo I incompleto) e de etnia branca. Essas características, encontradas em nossas pesquisas, estão em consonância com as pesquisas realizadas por Weissheimer (2006).

Quanto ao fluxo de saída do PBF, concluímos que é menor que o fluxo de entrada, pois, nesse período de observações, 87 famílias foram desligadas, porém dois terços do total de famílias beneficiárias já pertenciam ao Programa. Isso evidencia a necessidade de serem criadas “portas de saídas” mais eficientes para o Programa, tão necessárias à emancipação das famílias em estado de pobreza e vulnerabilidade social.

A coleta de dados para a pesquisa foi realizada por meio da observação direta e extensiva dos consolidados de frequência escolar fornecidos pelo Projeto Presença, pelo sistema CEF e, posteriormente, pelos sistemas MEC e MDS e, ainda, os consolidados de evasão escolar fornecidos pelo sistema Prodesp.

Essas técnicas resultaram em importantes informações para pesquisa e fonte em nossas discussões. Ao analisarmos os resultados das observações em relação aos consolidados de frequência escolar emitidos pelo sistema CEF e pelo Projeto Presença, concluímos que, de 2004 a 2006, o Projeto Presença (BV), sob controle da CEF, foi eficiente no controle da frequência escolar e no aumento da frequência dos alunos que estavam com frequência abaixo da mínima exigida pelo Programa. Contudo, as escolas

não foram eficientes na localização dos alunos evadidos, pois um terço dos alunos beneficiários estava em situação de evasão escolar em nível federal.

A partir de outubro de 2006, o Projeto Presença passa a ser controlado pelo sistema MEC/MDS. Dessa forma, pudemos analisar a eficácia do Programa em diversos níveis. Inicialmente em níveis nacional, estadual e municipal e, finalmente, em nível de unidade escolar. A partir daí, obtivemos informações que iniciaram do macro estrutural em direção ao micro estrutural, enriquecendo ainda mais nossas análises e discussões. Por intermédio desse tipo de análise, concluímos que o Projeto Presença, no período de 2006 a 2009, no que se refere aos beneficiários do BV, foi eficiente no controle da frequência escolar, na redução da evasão e na localização e reinserção dos alunos evadidos. Quanto aos beneficiários do BVJ, em nível estadual e em nível federal, se compararmos os consolidados do BVJ federal e estadual, observamos a mesma eficiência na redução da evasão escolar e no controle da frequência dos alunos beneficiários, porém com índices bem menores do que aqueles que encontramos nos consolidados do BV. Em nível estadual, o Projeto Presença foi eficiente no controle da frequência escolar, mas não no aumento da mesma dos alunos com frequência abaixo da exigida pelo PBF. Contudo, as escolas paulistas foram eficientes na localização e na reinserção dos alunos evadidos do ambiente escolar.

No que se refere ao município, o Projeto foi eficiente no controle da frequência escolar dos beneficiários do BV, mas não no aumento da frequência dos alunos, com a frequência abaixo da exigida. As escolas municipais foram eficientes na localização e reinserção dos alunos evadidos. Quanto ao BVJ, observamos a ineficiência em todas as categorias analisadas.

As unidades escolares de Restinga, no que se refere ao BV, comprovaram a eficiência em todas as categorias de análise no período de 2006 a 2008. Em 2009, apenas a escola Isaac Vilela de Andrade apresentou eficiência nas categorias analisadas; porém, nesta, observamos um aumento considerável no número de beneficiários do BVJ e a redução do número de beneficiários do BV, explicando a possível causa da eficiência observada. Quanto ao BVJ, a análise dos consolidados das unidades escolares pôde concluir que, no ano de 2008, ocorreu eficiência em todas as categorias de análise. Em 2009, porém todas as escolas, em todas as categorias, por nós analisadas, mostraram-se ineficientes, demonstrando que as escolas do município, nesse período, enfrentaram grandes dificuldades no monitoramento da frequência escolar dos alunos

beneficiários, de 15 a 17 anos, pois os índices de monitoramentos diminuíram bruscamente, de 100% para 0%.

Analisando os consolidados de evasão escolar fornecidos pelo sistema Prodesp, concluímos que, em ambas as escolas municipalizadas, os alunos beneficiários apresentaram maior rendimento escolar em relação aos alunos não beneficiários, em todos os anos de nossas análises, de acordo com os critérios de rendimento escolar propostos pela LDB de 1996 (Lei nº 9.394/96) e pelos indicadores de rendimento escolar publicados pelo MEC/MDS. (BRASIL, 2010)

Concluimos, então, que o PBF, por meio de sua condicionalidade educacional, é um importante avanço nas políticas sociais de combate à evasão escolar, pois tanto na escola de ciclo I quanto nas escolas de ciclo II de Restinga, os índices de evasão escolar dos alunos beneficiários estiveram abaixo dos índices publicados pelo MEC/MDS. (BRASIL, 2010). Entretanto, quando analisamos o fluxo de entrada e de saída das famílias do Programa, concluímos também que as políticas sociais que propiciam a criação de “portas de saída” do Programa necessitam de maior atenção por parte dos gestores em nível federal do Programa Bolsa Família.

A pesquisa não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas discutir e esclarecer conceitos que poderão ser pensados e refletidos por outros pesquisadores, almejando, assim, a possibilidade de esclarecimento de outras questões a respeito das políticas de transferência de renda mínima e suas condicionalidades (contrapartidas).

Para isso, sugere-se aos pesquisadores interessados em estudos relacionados às políticas de transferência de renda mínima que façam outras pesquisas empíricas, utilizando-se das referências teóricas já alcançadas em outros estudos científicos, propiciando, assim, maior enriquecimento para os estudos das políticas de transferência de renda no país como forma de se garantir a cidadania que, de certa forma, é roubada da população mais pobre do país por políticas que, há muito tempo, aumentaram a concentração de renda das elites estrangeira e brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - 05 de Outubro de 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 19.890**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Diário Oficial da União. 04 de maio de 1931.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (lei nº 9.394). Diário Oficial da União. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto-Lei no. 8.069**. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Diário Oficial da União. 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Gestão SENARC- 2005**. Diário Oficial da União. 09 de novembro de 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto-Lei nº5.209 - 09/2004-Regulamentação da lei no. 10.836. Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família**. Diário Oficial da União. 09 de janeiro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . **Portaria MEC/MDS nº 3.789. Dispõe sobre atribuições e normas para o cumprimento da Condicionalidade da Frequência Escolar no Programa Bolsa Família**. Diário Oficial da União. 17 de novembro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família – Notícias**. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-faz-diferenca-para-estudantes>. Acesso em 06/05/2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família – Critérios para a inclusão**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o Programa bolsa família/critérios-de-inclusão](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o Programa%20bolsa%20familia/criterios-de-inclusao). Acesso em 06/05/2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família – Notícias**. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-completa-seis-anos-com-investimentos-de-r-52-7-bilhoes>. Acesso em 06/05/2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família – Notícias**. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/relator-do-orcamento-aumenta-recursos-para-o-bolsa-familia-e-para-o-pac>. Acesso em 06/05/2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família - Condicionalidades**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/Programabolsafamilia/condicionalidade>. Acesso em 06/07/2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - Informações Cadastro Único**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizsrch.asp>. Acesso em 10/12/2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTELS, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale**. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CITYBRAZIL. **História da cidade de Restinga Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://citybrazil.uol.com.br/sp/restinga/historia-da-cidade>. Acesso em 02/04/2008.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo, Cortez, 2004.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. Revista USP, n.º 17, abril e maio de 1993.

_____. Qualidade de vida e reformas de Programas sociais: o Brasil no cenário latino-americano. In: Lua Nova Revista de Cultura e Política, n.º 31, 1993a.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1.995.

_____. “Renda Mínima: uma avaliação”. In: Sposati, Aldaíza de Oliveira (org.). Renda Mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. “Saídas para a ‘crise’: o debate teórico em torno do Programa de renda mínima francês”. Sposati, Aldaíza de Oliveira (org.). *Renda Mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento?* São Paulo: Cortez, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1984.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002. 175p.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre a Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Alinea, 2001.

HAJNAL, Ruth Aguilar. **Curso de Previdência Social**. São Paulo: Coleção SESI-Orientação Social, n. 26, 1973.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6°. Ed. São Paulo: Editora Atlas. 2001.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Editora Cortez. 1996.

MARCELINO, Gileno F. Em busca da flexibilidade do Estado: o desafio das reformas planejadas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, FGV, v.37, n 3, p. 641-658, maio/jun 2003.

MELLO, João M. C. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NERI, Marcelo. **Motivos da Evasão Escolar**- Centro de Políticas Sociais, FGV. São Paulo. 2009

O’CONNOR, James. **EUA: a crise fiscal do Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia Científica, Planejamento e Técnicas de Pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano**. São Paulo: LTR, 2000.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. **La nouvelle question sociale**: repenser l'état-providence. Paris: Édition de Seuil, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro, Câmpus, 1979.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Autores Associados – Campinas, São Paulo. 2007.

SCHERER, Elenise. **Renda mínima de inserção**: inclusão e exclusão. SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (Org.). Renda Mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira Da. **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da et al. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos Programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVEIRA, Antonio Maria. **Redistribuição de renda**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: FGV, v. 29, n. 2, abr./jun. 1975.

SOUZA, Clarilza Prado(org)- **Avaliação do rendimento Escolar**. 5°.ed.São Paulo: Editora Papirus. 2001

SUPLICY, Eduardo. **Renda de Cidadania**: A saída é pela porta. Editora Fundação Perseu Abramo / Cortez Editora. São Paulo. 2002.

_____. **Programas de Garantia de Renda Mínima**. Brasília: Gráfica do Senado, 1992.

_____. **Programas de Garantia de Renda Mínima**. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

TORRES, Júlio César - **O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e a universalização da renda social mínima no Brasil:** caminhos para uma reforma da seguridade social. São Paulo Tese (Doutorado em Sociologia) – Unesp- Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara – Araraquara. 2006.

TORRES, Júlio César - **Programa Bolsa-Família e contrapartida educacional:** a reinterpretação dos direitos sociais brasileiros. 31º. Encontro Anual da ANPOCS, de 22 - 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG.

TRINDADE, A. A. [Comentário sobre pesquisas](#) feito sobre o relatório de aprendizagem 02 na ferramenta Portfólio (Renata A Fonseca del Castillo) do Teleduc. 2003.

VAITSMAN, Jeni (org). **Avaliação de políticas e Programas do MDS - Resultados.** volume II. Brasília. 2007.

VIANNA, Maria Lucia T. Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil:** estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1998.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família, avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de família no Brasil.** Editora Fundação Abramo - São Paulo. 2006.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade e Currículo no Brasil:** dos jesuítas aos anos de 1980. Autores Associados – Campinas, São Paulo. 2004.

ANEXOS

Anexo A - A frequência dos alunos beneficiários pelo Programa Bolsa Família no país de 2004 a 2006 pelo sistema da Caixa Econômica Federal.

Período	Qtd Alunos	Alunos com freq. igual ou superior a 85%	Alunos com freq. inferior a 85%	Alunos Não Loc.	Alunos S/ Inform.	% de alunos com inform.	% Não Loc.	Munic. S/ Info.
Out/Nov - 2004	12.442.388	6.026.438	277.387	970.287	5.099.428	50,66	7,80	1.690
Fev/Mar/Abr - 2005	12.975.071	7.795.909	174.924	1.866.455	3.137.783	61,43	14,38	241
Mai/Jun/Jul - 2005	13.393.187	8.562.603	268.366	1.244.464	3.317.754	65,94	9,29	43
Ago/Set - 2005	12.689.850	9.648.882	282.742	1.484.591	1.273.635	78,26	11,70	15
Out/Nov - 2005	12.755.226	9.512.395	280.268	1.254.985	1.707.578	76,77	9,84	182
Fev/Mar/Abr - 2006	13.639.563	8.590.289	296.227	1.953.055	2.799.992	65,15	14,32	51
Mai/Jun/Jul - 2006	14.484.820	9.864.226	477.799	2.197.835	1.944.960	71,40	15,17	6
Ago/Set - 2006	16.278.615	10.883.512	549.128	1.904.962	2.941.013	70,23	11,70	172

Fonte: MEC – 2009

Anexo B – O descumprimento das condicionalidades frequência escolar, dos beneficiários do BFA de 2006 a 2009 no Brasil.

Consolidado: Brasil – Descumprimento de Condicionalidades															
1) Acompanhamento da Frequência Escolar – Número de beneficiários de 6 a 15 anos - BFA															
Ano/mês	Beneficiários no perfil educação (1)	Beneficiários acompanhados (2)										Sem informação			
		Total		Freq. = > 85%		Total		Freq. < 85%		Total	Não localizados				
		n°.	%	n°.	%	n°.	%	Motivo não caracteriza descumprimento (3)	Motivo caracteriza descumprimento (4)						
2006															
Outubro	15.244.078	9.569.524	62,8	9.253.746	96,7	315.778	3,3	92.842	1	222.936	2,3	5.674.554	37,2	2.933.430	19,2
Novembro	15.240.978	9.569.119	62,8	9.260.949	96,8	308.170	3,2	83.105	0,9	225.065	2,4	5.674.959	37,2	2.933.430	19,2
2007															
Fevereiro	14.725.983	9.751.242	66,2	9.610.278	98,6	140.964	1,4	44.985	0,5	95.979	1,0	4.974.741	33,8	2.920.863	19,8
Março	14.725.983	9.751.302	66,2	9.598.793	98,4	152.509	1,6	48.055	0,5	104.454	1,1	4.974.681	33,8	2.920.863	19,8
Abril	14.725.983	10.336.290	68,9	10.090.475	97,6	245.815	2,4	63.292	0,6	182.523	1,8	4.655.273	31,1	2.882.596	19,2
Mai	14.991.563	10.336.290	68,9	10.055.197	97,3	281.093	2,7	70.610	0,7	210.483	2,0	4.655.273	31,1	2.882.596	19,2
Junho	15.198.047	11.993.892	78,9	11.625.100	96,9	368.792	3,1	97.987	0,8	270.805	2,3	3.204.155	21,1	1.973.576	13
Julho	15.198.047	11.993.892	78,9	11.669.960	97,3	323.932	2,7	81.584	0,7	242.348	2,0	3.204.155	21,1	1.973.576	13
Agosto	15.385.338	12.092.606	78,6	11.635.833	96,2	456.773	3,8	101.094	0,8	355.679	2,9	3.292.732	21,4	1.986.242	12,9

Setembro	15.385.338	12.092.606	78,6	11.687.910	96,7	404.696	3,3	85.872	0,7	318.824	2,6	3.292.732	21,4	1.986.242	12,9
Outubro	15.541.593	13.170.979	84,7	12.770.570	97	400.409	3	94.852	0,7	305.557	2,3	2.370.614	15,3	1.148.865	7,4
Novembro	15.541.593	13.170.965	84,7	12.815.605	97,3	355.360	2,7	82.164	0,6	273.196	2,1	2.370.628	15,3	1.148.865	7,4
2008															
Fevereiro	15.705.317	13.039.884	83	12.904.561	99	135.323	1	47.731	0,4	87.592	0,7	2.665.433	17	1.464.412	9,3
Março	15.705.317	13.039.879	83	12.867.359	98,7	172.520	1,3	55.980	0,4	116.540	0,9	2.665.438	17	1.464.412	9,3
Abril	15.008.856	12.771.063	85,1	12.505.464	97,9	265.599	2,2	79.853	0,6	185.746	1,5	2.237.793	14,9	1.008.755	6,7
Maió	15.008.856	12.771.063	85,1	12.473.853	97,7	297.210	2,3	88.386	0,7	208.824	1,6	2.237.793	14,9	1.008.755	6,7
Junho	15.356.120	13.040.343	84,9	12.676.899	97,2	363.444	2,8	97.783	0,7	265.661	2	2.315.777	15,1	1.255.897	8,2
Julho	15.356.120	13.040.343	84,9	12.767.795	97,9	272.548	2,1	63.624	0,5	208.924	1,6	2.315.777	15,1	1.255.897	8,2
Agosto	15.138.787	12.590.418	83,2	12.160.008	96,6	430.410	3,4	97.180	0,8	333.230	2,6	2.548.369	16,8	1.366.176	9
Setembro	15.138.787	12.590.418	83,2	12.178.095	96,7	412.323	3,3	89.235	0,7	323.088	2,6	2.548.369	16,8	1.366.176	9
Outubro	15.027.257	12.748.864	84,8	12.387.973	97,2	360.891	2,2	95.368	0,7	265.523	2,2	2.278.393	15,2	1.364.182	9,1
Novembro	15.027.257	12.748.864	84,8	12.438.989	97,6	309.875	2,4	77.373	0,6	232.502	1,8	2.278.393	15,2	1.364.182	9,1
2009															
Fevereiro	14.465.758	12.381.375	85,6	12.235.376	98,8	145.999	1,2	39.869	0,3	106.130	0,9	2.084.383	14,4	1.292.005	8,9
Março	14.465.758	12.381.375	85,6	12.236.250	98,8	145.125	1,2	39.258	0,3	105.867	0,9	2.084.383	14,4	1.292.005	8,9
Abril	14.792.430	12.504.628	84,5	12.229.863	97,8	274.765	2,2	74.518	0,6	200.247	1,6	2.287.802	15,5	1.463.867	9,9
Maió	14.792.430	12.504.628	84,5	12.219.170	97,7	285.458	2,3	79.968	0,6	205.490	1,6	2.287.802	15,5	1.463.867	9,9
Junho	15.214.447	13.035.587	85,7	12.684.714	97,3	350.873	2,7	87.480	0,7	263.393	2	2.178.860	14,3	1.425.897	9,4
Julho	15.214.447	13.035.587	85,7	12.773.855	98,0	261.732	2,0	59.290	0,5	202.442	2	2.178.860	14,3	1.425.897	9,4
Agosto	15.555.396	13.638.964	87,7	13.241.328	97,1	397.636	2,9	124.407	1	273.229	2	1.916.432	12,3	1.276.833	8,2
Setembro	15.555.396	13.638.964	87,7	13.237.122	97,1	401.842	2,9	115.287	0,8	286.555	2,1	1.916.432	12,3	1.276.833	8,2
Outubro	15.646.570	14.026.573	89,6	13.638.050	97,2	388.523	2,8	101.992	0,7	286.531	2,0	1.619.997	10,4	1.024.555	6,5
Novembro	15.646.570	14.026.573	89,6	13.680.379	97,5	346.194	2,5	83.257	0,6	262.937	1,9	1.619.997	10,4	1.024.555	6,5

Notas:

- (1) Crianças e Adolescentes de 6 e 15 anos de idade, membros de famílias beneficiárias pelo PBF.
- (2) Beneficiários com informação de frequência escolar registrada no sistema de acompanhamento.
- (3) Não há descumprimento de condicionalidades nos seguintes casos de baixa frequência, devidamente identificados pelo município:
 - a) doença do aluno, b) doença/óbito na família, c) inexistência de oferta de serviços educacionais, d) fatores impeditivos da liberdade de ir e vir - violência,
 - e) inexistência de serviço/atendimento a pessoa com deficiência e
 - f) beneficiário com ensino médio fundamental concluído.
- (4) Beneficiários em descumprimento de condicionalidades no período.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS

Anexo C– O Descumprimento das Condicionais do Benefício Variável Jovem de 2008 a 2009 no Brasil.

Consolidado- Brasil – Descumprimento de Condicionais															
1) Acompanhamento da Frequência Escolar – Número de beneficiários de 16 a 17 anos - BVJ															
Ano/mês	Beneficiários no perfil educação (1)	Beneficiários acompanhados (2)										Sem informação			
		Total		Freq. = 75%		Total		Freq. < 75%		Total		Não localizados			
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	Motivo não caracteriza descumprimento (3)	Motivo caracteriza descumprimento (4)	n.º	%	n.º	%		
2008															
Abril	1.196.876	937.254	78,3	914.678	97,6	22.576	2,4	3.019	0,3	19.557	2,1	259.622	21,7	89.513	7,5
Maio	1.196.876	937.254	78,3	914.267	97,5	22.987	2,5	2.821	0,3	20.166	2,2	259.622	21,7	89.513	7,5
Junho	1.624.145	1.275.707	78,5	1.226.483	96,1	49.224	3,9	5.444	0,4	43.780	3,4	348.438	21,5	202.842	12,5
Julho	1.624.145	1.275.707	78,5	1.234.274	96,8	41.433	3,2	3.742	0,3	37.691	3	348.438	21,5	202.842	12,5
Agosto	1.661.950	1.253.925	75,4	1.191.954	95,1	61.971	4,9	5.364	0,4	56.607	4,5	408.025	24,6	253.558	15,3
Setembro	1.661.989	1.253.960	75,4	1.192.124	95,1	61.836	4,9	4.832	0,4	57.004	4,5	408.029	24,6	253.562	15,3
Outubro	1.974.656	1.547.284	78,4	1.476.363	95,4	70.921	4,6	5.494	0,4	65.427	4,2	427.372	21,6	295.831	15
Novembro	1.974.656	1.547.284	78,4	1.478.432	95,6	68.852	4,4	4.593	0,3	64.259	4,2	427.372	21,6	295.831	15
2009															
Fevereiro	1.876.800	1.459.751	77,8	1.423.974	97,5	35.777	2,5	10.006	0,7	25.771	1,8	417.049	22,2	281.180	15
Março	1.876.812	1.459.761	77,8	1.420.105	97,3	39.656	2,7	10.499	0,7	29.157	2	417.051	22,2	281.181	15
Abril	1.943.445	1.468.026	75,5	1.394.708	95	73.318	5	25.192	1,7	48.126	3,3	475.419	24,5	347.008	17,9
Maio	1.943.445	1.468.026	75,5	1.393.513	94,9	74.513	5,1	25.061	1,7	49.452	3,4	475.419	24,5	347.008	17,9
Junho	1.943.445	1.468.026	75,5	1.393.513	94,9	74.513	5,1	25.061	1,7	49.452	3,4	475.419	24,5	347.008	17,9
Julho	1.927.142	1.478.522	76,7	1.405.019	95	73.503	5	13.773	0,9	59.730	4	448.620	23,3	358.991	8,6
Agosto	1.927.142	1.478.522	76,7	1.417.913	95,9	60.609	4,1	10.627	0,7	49.982	3,4	448.620	23,3	358.991	18,6
Setembro	2.026.474	1.575.393	77,7	1.486.076	94,3	89.317	5,7	24.242	1,5	65.075	4,1	451.081	22,3	366.327	18,1
Outubro	2.026.474	1.575.393	77,7	1.483.297	94,2	92.096	5,8	23.573	1,5	68.523	4,3	451.081	22,3	366.327	18,1
Novembro	2.148.337	1.706.878	79,5	1.612.293	94,5	94.585	5,5	12.939	0,8	81.646	4,8	441.459	20,5	341.257	15,9
Notas:															
(1) Crianças e Adolescentes de 6 e 15 anos de idade, membros de famílias beneficiárias pelo PBF.															
(2) Beneficiários com informação de frequência escolar registrada no sistema de acompanhamento.															
(3) Não há descumprimento de condicionais nos seguintes casos de baixa frequência, devidamente identificados pelo município:															
a) doença do aluno, b) doença/óbito na família, c) inexistência de oferta de serviços educacionais, d) fatores impeditivos da liberdade de ir e vir - violência,															
e) inexistência de serviço/atendimento a pessoa com deficiência e															
f) beneficiário com ensino médio fundamental concluído.															
(4) Beneficiários em descumprimento de condicionais no período.															

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS

Anexo D – O descumprimento das condicionalidades frequência escolar, dos beneficiários do BFA de 2006 a 2009 no estado de São Paulo.

Consolidado- São Paulo – Descumprimento de Condicionalidades															
1) Acompanhamento da Frequência Escolar – Número de beneficiários de 6 a 15 anos - BFA															
Ano/mês	Beneficiários no perfil educação (1)	Beneficiários acompanhados (2)										Sem informação			
		Total		Freq. = > 85%		Total		Freq. < 85%		Total		Não localizados			
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	Motivo não caracteriza descumprimento (3)	Motivo caracteriza descumprimento (4)	n.º	%	n.º	%		
2006															
Outubro	1.636.184	1.202.229	73,5	1.139.042	94,7	63.187	5,3	9.357	0,8	53.830	4,5	433.955	26,5	239.123	14,6
Novembro	1.636.184	1.202.271	73,5	1.135.924	94,5	66.347	5,5	9.732	0,8	56.615	4,7	433.913	26,5	239.123	14,6
2007															
Fevereiro	1.612.116	1.122.316	69,6	1.081.648	96,4	40.668	3,6	7.772	0,7	32.896	2,9	489.800	30,4	227.845	14,1
Março	1.612.116	1.122.269	69,6	1.078.060	96,1	44.209	3,9	8.175	0,7	36.034	3,2	489.847	30,4	227.845	14,1
Abril	1.644.630	1.255.325	76,3	1.176.227	93,7	79.098	6,3	14.154	1,1	64.944	5,2	389.305	23,7	184.557	11
Mai	1.644.630	1.255.325	76,3	1.159.730	92,4	95.595	7,6	18.468	1,5	77.127	6,1	389.305	23,7	184.557	11
Junho	1.681.883	1.375.929	81,8	1.260.011	91,6	115.918	8,4	18.524	1,3	97.394	7,1	305.954	18,2	137.831	8
Julho	1.681.883	1.375.929	81,8	1.272.887	92,5	103.042	7,5	16.043	1,2	86.999	6,3	305.954	18,2	137.831	8,2
Agosto	1.701.032	1.406.626	82,7	1.268.905	90,2	137.721	9,8	22.347	1,6	115.374	8,2	294.406	17,3	132.124	7,8
Setembro	1.701.032	1.406.626	82,7	1.282.458	91,2	124.168	8,8	19.188	1,4	104.980	7,5	294.406	17,3	132.124	7,8
Outubro	1.739.465	1.500.170	86,2	1.382.962	92,2	117.208	7,8	20.737	1,4	96.471	6,4	239.295	13,8	79.364	4,6
Novembro	1.739.465	1.500.170	86,2	1.392.631	92,8	107.539	7,2	17.848	1,2	89.691	6,0	239.295	13,8	79.364	4,6
2008															
Fevereiro	1.774.886	1.479.151	83,3	1.441.044	97,4	38.107	2,6	9.589	0,6	28.518	1,9	295.735	16,7	101.496	5,7
Março	1.774.886	1.479.151	83,3	1.424.686	96,3	54.465	3,7	13.416	0,9	41.049	2,8	295.735	16,7	101.496	5,7
Abril	1.633.830	1.421.323	87	1.343.258	94,5	78.065	5,5	16.500	1,2	61.565	4,3	212.507	13	64.180	3,9
Mai	1.633.830	1.421.323	87	1.332.112	93,7	89.211	6,3	19.479	1,4	69.732	4,9	212.507	13	64.180	3,9
Junho	1.627.084	1.489.030	91,5	1.395.683	93,7	93.347	6,3	17.693	1,2	75.654	5,1	138.054	8,5	77.162	4,7
Julho	1.627.084	1.489.030	91,5	1.418.235	95,2	70.795	4,8	12.124	0,8	58.671	3,9	138.054	8,5	77.162	4,7
Agosto	1.604.351	1.406.238	87,7	1.266.984	90,1	139.254	9,9	20.871	1,5	118.383	8,4	198.113	12,3	123.034	7,7
Setembro	1.604.351	1.406.238	87,7	1.271.406	90,4	134.832	9,6	19.758	1,4	115.074	8,2	198.113	12,3	123.034	7,7
Outubro	1.592.620	1.382.278	86,8	1.293.080	93,5	89.198	6,5	20.937	1,5	68.261	4,9	210.342	13,2	142.410	8,9
Novembro	1.592.620	1.382.278	86,8	1.306.103	94,5	76.175	5,5	17.141	1,2	59.034	4,3	210.342	13,2	142.410	8,9
2009															
Fevereiro	1.417.471	1.227.729	86,6	1.171.162	95,4	56.567	4,6	8.333	0,7	48.234	3,9	189.742	13,4	145.013	10,2
Março	1.417.471	1.227.729	86,6	1.177.059	95,9	50.670	4,1	7.344	0,6	43.326	3,5	189.742	13,4	145.013	10,2
Abril	1.502.317	1.332.728	88,7	1.254.696	94,1	78.032	5,9	13.811	1	64.221	4,8	169.589	11,3	126.432	8,4
Mai	1.502.317	1.332.728	88,7	1.254.119	94,1	78.609	5,9	13.800	1	64.809	4,9	169.589	11,3	126.432	8,4
Junho	1.544.798	1.386.588	89,8	1.288.102	92,9	98.486	7,1	16.091	1,2	82.395	5,9	158.210	10,2	123.818	8

Julho	1.544.798	1.386.588	89,8	1.332.651	96,1	53.937	3,9	5.516	0,4	48.421	3,5	158.210	10,2	123.818	8
Agosto	1.564.218	1.403.035	89,7	1.311.950	93,5	91.085	6,5	24.355	1,7	66.730	4,8	161.183	10,3	118.708	7,6
Setembro	1.564.218	1.403.035	89,7	1.296.280	92,4	106.755	7,6	29.353	2,1	77.402	5,5	161.183	10,3	118.708	7,6
Outubro	1.559.081	1.432.095	91,9	1.339.817	93,6	92.278	6,4	20.926	1,5	71.352	5	126.986	8,1	102.411	6,6
Novembro	1.559.081	1.432.095	91,9	1.350.604	94,3	81.491	5,7	16.498	1,2	64.993	4,5	126.986	8,1	102.411	6,6

Notas:

(1) Crianças e Adolescentes de 6 e 15 anos de idade, membros de famílias beneficiárias pelo PBF.

(2) Beneficiários com informação de frequência escolar registrada no sistema de acompanhamento.

(3) Não há descumprimento de condicionalidades nos seguintes casos de baixa frequência, devidamente identificados pelo município:

a) doença do aluno, b) doença/óbito na família, c) inexistência de oferta de serviços educacionais, d) fatores impeditivos da liberdade de ir e vir - violência,

e) inexistência de serviço/atendimento a pessoa com deficiência e

f) beneficiário com ensino médio fundamental concluído.

(4) Beneficiários em descumprimento de condicionalidades no período.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS

Anexo E – O Descumprimento das Condicionalidades do Benefício Variável Jovem de 2008 a 2009 no estado de São Paulo.

Consolidado- São Paulo – Descumprimento de Condicionalidades															
1) Acompanhamento da Frequência Escolar – Número de beneficiários de 16 a 17 anos - BVJ															
Ano/mês	Beneficiários no perfil educação (1)	Beneficiários acompanhados (2)								Sem informação					
		Freq. >= 75%				Freq. < 75%				Total			Não localizados		
		Total		Freq. >= 75%		Total		Motivo não caracteriza descumprimento (3)		Motivo caracteriza descumprimento (4)		Total		Não localizados	
n°.	%	n°.	%	n°.	%	n°.	%	n°.	%	n°.	%	n°.	%	n°.	%
2008															
Abril	108.935	82.290	75,5	77.898	94,7	4.392	5,3	186	0,2	4.206	5,1	26.645	24,5	6.845	6,3
Maio	108.935	82.290	75,5	77.831	94,6	4.459	5,4	185	0,2	4.274	5,2	26.645	24,5	6.845	6,3
Junho	137.812	116.157	84,3	107.194	92,3	8.963	7,7	327	0,3	8.636	7,4	21.655	15,7	13.250	9,6
Julho	137.812	116.157	84,3	108.823	93,7	7.334	6,3	258	0,2	7.076	6,1	21.655	15,7	13.250	9,6
Agosto	140.780	109.228	77,6	95.432	87,4	13.796	12,6	370	0,3	13.426	12,3	31.552	22,4	21.080	15
Setembro	140.780	109.228	77,6	95.109	87,1	14.119	12,9	351	0,3	13.768	12,6	31.552	22,4	21.080	15
Outubro	167.032	132.584	79,4	120.333	90,8	12.251	9,2	392	0,3	11.859	8,9	34.448	20,6	24.689	14,8
Novembro	167.032	132.584	79,4	120.665	91	11.919	9	330	0,2	11.589	8,7	34.448	20,6	24.689	14,8
2009															
Fevereiro	152.685	119.400	78,2	110.043	92,2	9.357	7,8	1.783	1,5	7.574	6,3	33.285	21,8	25.582	16,8
Março	152.685	119.400	78,2	109.923	92,1	9.477	7,9	1.752	1,5	7.725	6,5	33.285	21,8	25.582	16,8
Abril	163.585	128.585	78,6	111.642	86,8	16.943	13,2	5.554	4,3	11.389	8,9	35.000	21,4	29.048	17,8
Maio	163.585	128.585	78,6	111.785	86,9	16.800	13,1	5.407	4,2	11.393	8,9	35.000	21,4	29.048	17,8
Junho	156.060	122.634	78,6	106.923	87,2	15.711	12,8	1.949	1,6	13.762	11,2	33.426	21,4	28.862	18,5

Julho	156.060	122.634	78,6	111.823	91,2	10.811	8,8	1.475	1,2	9.336	7,6	33.426	21,4	28.862	18,5
Agosto	161.087	125.448	77,9	109.243	87,1	16.205	12,9	4.955	3,9	11.250	9	35.639	22,1	30.455	18,9
Setembro	161.087	125.448	77,9	107.640	85,8	17.808	14,2	5.058	4	12.750	10,2	35.639	22,1	30.455	18,9
Outubro	164.095	129.306	78,8	113.349	87,7	15.957	12,3	1.904	1,5	14.053	10,9	34.789	21,2	29.953	18,3
Novembro	164.095	129.306	78,8	113.601	87,9	15.705	12,1	1.840	1,4	13.865	10,7	34.789	21,2	29.953	18,3

Notas:

(1) Crianças e Adolescentes de 6 e 15 anos de idade, membros de famílias beneficiárias pelo PBF.

(2) Beneficiários com informação de frequência escolar registrada no sistema de acompanhamento.

(3) Não há descumprimento de condicionalidades nos seguintes casos de baixa frequência, devidamente identificados pelo município:

a) doença do aluno, b) doença/óbito na família, c) inexistência de oferta de serviços educacionais, d) fatores impeditivos da liberdade de ir e vir - violência,

e) inexistência de serviço/atendimento a pessoa com deficiência e

f) beneficiário com ensino médio fundamental concluído.

(4) Beneficiários em descumprimento de condicionalidades no período.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS

Anexo F – O descumprimento das condicionalidades frequência escolar, dos beneficiários do BFA de 2006 a 2009 no município de Restinga, estado de São Paulo.

1) Acompanhamento da Frequência Escolar – Número de beneficiários de 6 a 15 anos - BFA															
Ano/mês	Beneficiários no perfil educação (1)	Beneficiários acompanhados (2)										Sem informação			
		Total		Freq. = > 85%		Total		Freq. < 85%		Total		Não localizados			
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	Motivo não caracteriza descumprimento (3)	Motivo caracteriza descumprimento (4)	n.º	%	n.º	%		
2006															
Out/Nov	407	338	83	331	97,9	7	2,1	0	0	7	2,1	69	17	19	4,7
2007															
Fev/Mar	505	391	77,4	391	100	0	0	0	0	0	0	114	22,6	0	0
Abr/Mai	556	544	97,8	544	100	0	0	0	0	0	0	12	2,2	0	0
Jun/Jul	573	562	98,1	562	100	0	0	0	0	0	0	11	1,9	9	1,6
Ago/Set	574	567	98,8	553	97,5	14	2,5	1	0,2	13	2,3	7	1,2	2	0,3
Out/Nov	585	584	99,8	579	99,1	5	0,9	0	0	5	0,9	1	0,2	1	0,2
2008															
Fev/Mar	603	600	99,5	600	100	0	0	0	0	0	0	3	0,5	3	0,5
Abr/Mai	597	596	99,8	596	100	0	0	0	0	0	0	1	0,2	1	0,2
Jun/Jul	598	595	99,5	593	99,7	2	0,3	0	0	2	0,3	3	0,5	1	0,2
Ago/Set	575	573	99,7	572	99,8	1	0,2	0	0	1	0,2	2	0,3	1	0,2
Out/Nov	604	594	98,3	582	98,1	12	2	0	0	12	2	10	1,7	1	0,2
2009															
Fev/Mar	578	577	99,8	576	99,8	1	0,2	0	0	1	0,2	1	0,2	1	0,2
Abr/Mai	598	597	99,8	597	100	0	0	0	0	0	0	1	0,2	1	0,2
Jun/Jul	612	610	99,7	610	100	0	0	0	0	0	0	2	0,2	2	0,3
Ago/Set	610	579	94,9	579	100	0	0	0	0	0	0	31	5,1	28	4,6
Out/Nov	658	634	96,4	622	98,1	12	1,9	0	0	12	1,9	24	3,6	22	3,3

Notas:

(1) Crianças e Adolescentes de 6 e 15 anos de idade, membros de famílias beneficiárias pelo PBF.

(2) Beneficiários com informação de frequência escolar registrada no sistema de acompanhamento.

(3) Não há descumprimento de condicionalidades nos seguintes casos de baixa frequência, devidamente identificados pelo município:

a) doença do aluno, b) doença/óbito na família, c) inexistência de oferta de serviços educacionais, d) fatores impeditivos da liberdade de ir e vir - violência,

e) inexistência de serviço/atendimento a pessoa com deficiência e

f) beneficiário com ensino médio fundamental concluído.

(4) Beneficiários em descumprimento de condicionalidades no período.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS.

Anexo G – O descumprimento das condicionalidades frequência escolar, dos beneficiários do BVJ de 2008 a 2009 no município de Restinga, estado de São Paulo.

Acompanhamento da Frequência Escolar – Número de beneficiários de 16 a 17 anos - BVJ															
Ano/mês	Beneficiários no perfil educação (1)	Beneficiários acompanhados (2)										Sem informação			
		Total		Freq. = > 75%		Total		Freq. < 75%		Total		Não localizados			
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	Motivo não caracteriza descumprimento (3)	Motivo caracteriza descumprimento (4)	n.º	%	n.º	%		
2008															
Fev/Mar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Abr/Mai	47	47	100	47	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jun/Jul	56	55	98,2	51	92,7	4	7,3	0	0	4	7,3	1	1,8	0	0
Ago/Set	59	59	100	59	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Out/Nov	68	66	97,1	53	80,3	13	19,7	0	0	13	19,7	2	2,9	0	0
2009															
Fev/Mar	73	73	100	56	76,7	17	23,3	4	5,5	13	17,8	0	0	0	0
Abr/Mai	66	66	100	63	95,5	3	4,5	0	0	3	4,5	0	0	0	0
Jun/Jul	62	62	100	62	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ago/Set	71	1	1,4	1	100	0	0	0	0	0	0	70	100	0	0
Out/Nov	74	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74	100	0	0

Notas:

(1) Crianças e Adolescentes de 6 e 15 anos de idade, membros de famílias beneficiárias pelo PBF.

(2) Beneficiários com informação de frequência escolar registrada no sistema de acompanhamento.

(3) Não há descumprimento de condicionalidades nos seguintes casos de baixa frequência, devidamente identificados pelo município:

a) doença do aluno, b) doença/óbito na família, c) inexistência de oferta de serviços educacionais,

d) fatores impeditivos da liberdade de ir e vir - violência, e) inexistência de serviço/atendimento a pessoa com deficiência e

f) beneficiário com ensino médio fundamental concluído.

(4) Beneficiários em descumprimento de condicionalidades no período.

Fonte: Sistema MEC de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF / Projeto Presença. Ministério da Educação - MEC. Elaboração própria DECON/SENARC/MDS.

Anexo H – A frequência dos alunos beneficiários pelo Programa Bolsa Família na escola Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI), no período de 2007 a 2009.

Ano: 2007-2009								
Região: Sudeste								
Estado: SP								
Município: Restinga/SP								
Escola: Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI)								
Dep. Municipal								
Ano	Mês	Maior ou igual a 85%		Menor que 85%		Sem Informação		Qtd. Total
		qtd	Perc (%)	qtd	Perc(%)	qtd	Perc(%)	
2007	Fev/Mar	215	100	0	0	0	0	215
	Abr/Mai	248	100	0	0	0	0	248
	Jun/Jul	311	100	0	0	0	0	311
	Ago/Set	312	87,806	2	0,627	5	1,567	319
	Out/Nov	327	100	0	0	0	0	327
2008	Fev/Mar	327	82,58	0	0	69	17,42	396
	Abr/Mai	398	100	0	0	0	0	398
	Jun/Jul	368	98,92	0	0	4	1,08	372
	Ago/Set	372	100	0	0	0	0	372
	Out/Nov	359	94,97	0	0	19	5,03	378
2009	Fev/Mar	399	100	0	0	0	0	399
	Abr/Mai	414	100	0	0	0	0	414
	Jun/Jul	426	100	0	0	0	0	426
	Ago/Set	414	99,76	0	0	1	0,24	415
	Out/Nov	458	99,13	4	0,87	0	0	462

Fonte: MEC-2009.

Anexo I - A frequência dos alunos beneficiários pelo Benefício Variável Jovem (BVJ) na escola Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI), no ano de 2008-09.

Ano: 2008 - 2009								
Região: Sudeste								
Estado: SP								
Município: Restinga/SP								
Escola: Professor Lázaro Cassimiro de Lima (EMEFEI)								
Dep. Municipal								
Ano	Mês	Maior ou igual a 75%		Menor que 75%		Sem Informação		Qtd. Total
		qtd	Perc(%)	qtd	Perc(%)	qtd	Perc(%)	
2008	Fev/Mar	2	50	0	0	2	50	4
	Abr/Mai	1	100	0	0	0	0	1
	Jun/Jul	3	100	0	0	0	0	3
	Ago/Set	3	100	0	0	0	0	3
	Out/Nov	5	100	0	0	0	0	5
2009	Fev/Mar	0	0	2	100	0	0	2
	Abr/Mai	0	0	2	100	0	0	2
	Jun/Jul	1	100	0	0	0	0	1

	Ago/Set	0	0	0	0	1	100	1
	Out/Nov	0	0	0	0	1	100	1

Fonte: MEC-2009.

Anexo J - A frequência dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na escola professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII), no período de 2007 a 2009.

Ano:2007-2009								
Região : Sudeste								
Estado: SP								
Município: Restinga/SP								
Escola:Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII)								
Dep. Municipal								
Ano	Mês	Maior ou igual a 85%		Menor que 85%		Sem Informação		Qtd. Total
		qtd	Perc (%)	qtd	Perc(%)	qtd	Perc(%)	
2007	Fev/Marc	157	75,481	0	0	51	24,519	208
	Abr/Mai	220	100	0	0	0	0	220
	Jun/Jul	198	100	0	0	0	0	198
	Ago/Set	199	97,549	5	2,451	0	0	204
	Out/Nov	207	100	0	0	0	0	207
2008	Fev/Marc	171	85,93	0	0	28	14,07	199
	Abr/Mai	192	100	0	0	0	0	192
	Jun/Jul	190	98,96	0	0	2	1,04	192
	Ago/Set	190	99,48	0	0	1	0,52	191
	Out/Nov	158	94,05	7	4,17	3	1,79	168
2009	Fev/Marc	172	100	0	0	0	0	172
	Abr/Mai	180	100	0	0	0	0	180
	Jun/Jul	181	100	0	0	0	0	181
	Ago/Set	163	98,79	0	0	2	1,21	165
	Out/Nov	160	95,24	8	4,76	0	0	168

Fonte: MEC-2009.

Anexo K - A frequência dos alunos beneficiários do Benefício Variável Jovem (BVJ) na escola professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII), no período de 2008 a 2009.

Ano:2008 - 2009								
Região : Sudeste								
Estado: SP								
Município: Restinga/SP								
Escola:Professora Gilberta Vilela Rosa (EMEFEII)								
Dep. Municipal								
Ano	Mês	Maior ou igual a 75%		Menor que 75%		Sem Informação		Qtd. Total
		Qtd.	Perc(%).	Qtd.	Perc(%).	Qtd.	Perc(%).	
2008	Fev/Mar	11	57,89	0	0	8	42,11	19
	Abr/Mai	8	100	0	0	0	0	8
	Jun/Jul	15	100	0	0	0	0	15
	Ago/Set	15	100	0	0	0	0	15
	Out/Nov	22	81,48	5	18,52	0	0	27
2009	Fev/Mar	9	56,25	7	43,75	0	0	16
	Abr/Mai	16	94,12	1	5,88	0	0	17

	Jun/Jul	15	100	0	0	0	0	15
	Ago/Set	0	0	0	0	20	100	20
	Out/Nov	0	0	0	0	22	100	22

Fonte: MEC-2009.

Anexo L - A frequência dos alunos beneficiários pelo Programa Bolsa Família na escola Isaac Vilela de Andrade (EEEM), no período de 2007 a 2009.

Ano: 2007 - 2009								
Região: Sudeste								
Estado: SP								
Município: Restinga/SP								
Escola: Isaac Vilela de Andrade (E.E.E.M)								
Dep. Estadual								
Ano	Mês	Maior ou igual a 85%		Menor que 85%		Sem Informação		Qtd. Total
		qtd	Perc (%)	qtd	Perc(%)	qtd	Perc(%)	
2007	Fev/Mar	17	73,913	0	0	6	26,087	23
	Abr/Mai	26	100	0	0	0	0	26
	Jun/Jul	50	100	0	0	0	0	50
	Ago/Set	42	85,714	7	14,286	0	0	49
	Out/Nov	44	89,796	5	10,204	0	0	49
2008	Fev/Mar	6	85,71	0	0	1	14,29	7
	Abr/Mai	5	100	0	0	0	0	5
	Jun/Jul	8	100	0	0	0	0	8
	Ago/Set	9	90	1	10	0	0	10
	Out/Nov	1	100	0	0	0	0	1
2009	Fev/Mar	2	100	0	0	0	0	2
	Abr/Mai	3	100	0	0	0	0	3
	Jun/Jul	3	100	0	0	0	0	3
	Ago/Set	2	100	0	0	0	0	2
	Out/Nov	4	100	0	0	0	0	4

Fonte: MEC-2009.

Anexo M - A frequência dos alunos beneficiários do Benefício Variável Jovem (BVJ) na escola Isaac Vilela de Andrade (EEEM), no ano de 2008 a 2009.

Ano: 2008 – 2009								
Região : Sudeste								
Estado: SP								
Município: Restinga/SP								
Escola: Isaac Vilela de Andrade (E.E.E.M)								
Dep. Estadual								
Ano	Mês	Maior ou igual a 75%		Menor que 75%		Sem Informação		Qtd. Total
		qtd	Perc (%)	qtd	Perc(%)	qtd	Perc(%)	
2008	Fev/Mar	16	35,56	0	0	29	64,44	45
	Abr/Mai	39	100	0	0	0	0	39
	Jun/Jul	37	90,24	4	9,76	0	0	41
	Ago/Set	41	100	0	0	0	0	41
	Out/Nov	30	76,92	7	17,95	2	5,13	39
2009	Fev/Mar	41	83,67	8	16,33	0	0	49
	Abr/Mai	48	100	0	0	0	0	48
	Jun/Jul	46	100	0	0	0	0	46

	Ago/Set	1	20	0	0	49	98	50
	Out/Nov	0	0	0	0	51	100	51

Fonte: MEC-2009.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)